



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**V Legislatura**

**Número: 66**

**III Sessão Legislativa**

**Horta, Quinta-feira, 07 de Setembro de 1995**

**Presidente:** *Deputado Madruga da Costa*

**Secretários:** *Deputados Gaspar da Rosa e Hélio Pombo (Substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado António Gomes)*

### Sumário

*(Os trabalhos iniciaram-se às 10,20 horas)*

No **Período Antes da Ordem do Dia**, foi lida a correspondência entrada na Mesa e foi mencionado um Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão sobre a "Lagoa das Sete Cidades".

Passou-se de seguida ao período destinado às Intervenções de Interesse Político Relevante para a Região, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Manuel Brasil (*PSD*), Rui Pedro Ávila (*PS*), Fernando Menezes (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Victor Cruz (*PSD*), Manuel António Martins (*Ind.*), António Almeida (*PSD*), Rui Melo (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Fernando Lopes (*PS*), Rui Luís (*PSD*), Fátima Oliveira (*PSD*), Rogério Serpa (*PS*) e Hélio Pombo (*PS*).

No **Período da Ordem do Dia** deu-se continuidade à apreciação dos Relatórios ao abrigo do Artigo 119.º.

Assim, intervieram os Srs. Deputados relatores Fátima Oliveira (*PSD*) e Rui Luís (*PSD*).

Posteriormente, foram apreciadas as seguintes iniciativas legislativas:

**- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Aprovação do Regulamento Policial da RAA".**

Esta proposta foi aprovada por maioria tanto na generalidade como na especialidade. Proferiram intervenções os Srs. Deputados Jorge Valadão (*PSD*), Fernando Menezes (*PS*) e Paulo Valadão (*PCP*).

**- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Atribuição de competências ao Instituto de Gestão de Regimes de Segurança Social para emitir o documento previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 70.º do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10 de Dezembro - Situação contributiva para efeitos de concessão e fornecimento de Obras Públicas".**

Sobre este ponto, intervieram os Srs. Deputados Rui Melo (*PSD*), Fernando Fonte (*PS*) e Paulo Valadão (*PCP*), tendo sido aprovada por maioria tanto na generalidade como na especialidade.

**- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Desafectação de terreno do núcleo florestal da Achada para implementação da Escola de Bombeiros e Campo de Manobras", a qual foi aprovada por unanimidade.**

**- Proposta de Decreto Legislativo Regional de alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 1/91/A - "Sistema de incentivos à aquisição de terra por rendeiros".**

Sobre este assunto, intervieram os Srs. Deputados Francisco de Oliveira (*PS*), Manuel António Martins (*Ind.*), António Almeida (*PSD*) e Paulo Valadão (*PCP*), a qual foi rejeitada por maioria.

**- Proposta de Resolução sobre "Orçamento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para 1996", a qual foi aprovada por unanimidade.**

**- Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão (*PS*) sobre "Novo concurso Público Nacional para atribuição de frequências de Radiodifusão - Rádio Locais".**

Proferiram intervenções, os Srs. Deputados Rui Pedro Ávila (*PS*), Jorge Cabral (*PSD*) e Paulo Valadão (*PCP*), tendo sido o mesmo rejeitado.

**- Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 2/80/A, de 7 de Dezembro - "Medidas de protecção para a paisagem das Sete Cidades".**

Sobre este assunto, usaram da palavra os Srs. Deputados Rui Melo (*PSD*), Fernando Menezes (*PS*) e Paulo Valadão (*PCP*), tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

**- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Medidas de Protecção para a paisagem das Sete Cidades".**

A proposta em apreço foi aprovada por unanimidade e usaram da palavra sobre este assunto os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Rui Melo (*PSD*).

**- Proposta de Resolução da Mesa declarando findo o Período Legislativo de Setembro**, a qual foi aprovada por unanimidade.

*Os trabalhos terminaram às 20.00 horas.*

---

**Presidente:** Srs. Deputados, bom dia. Agradecia que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: **PSD** - Alberto Madruga da Costa, Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Almeida, Artur Martins, Carlos Silva, Fátima Oliveira, Gaspar da Rosa, Gastão Barbosa Pacheco, Homem de Gouveia, Humberto Melo, João Cunha, Jorge Cabral, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José Manuel Nunes, José Maria Bairos, Manuel Amaral, Manuel Brasil, Manuel Gil Ávila, Mark Marques, Rosa Maria Machado, Rui Luís, Rui Melo, Victor Cruz; **PS** - António Gomes, António Silva Melo, Dionísio Sousa, Fernando Fonte, Fernando Lopes, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Humberto Chaves, José Nascimento Ávila, Lisete Silveira, Manuel Serpa, Nélia Figueiredo, Ricardo Barros, Rui Pedro Ávila; **PP** - Alvarino Pinheiro; **PCP** - Paulo Valadão; **Dep. Indep.** - Manuel António Martins).*

**Presidente:** Estão presentes 44 Srs. Deputados. Declaro aberta Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início ao Período de Antes da Ordem do Dia com a leitura da correspondência entrada na Mesa.

**Secretário** (*Gaspar da Rosa*): Do Sr. Deputado Regional do PS, António Gomes, o seguinte requerimento:

"Na última visita oficial que o Governo fez à Ilha de São Jorge prometeu, mais uma vez, aos Jorgenses a tão necessária, intervenção na Área Ecológica Especial da Caldeira de Santo Cristo e dizia que:

"Na área do ambiente, dar-se-á início no Verão ao ordenamento da Área Ecológica Especial da Caldeira de Santo Cristo e diligenciar-se-á no sentido da realização dos trabalhos de desobstrução da ligação da lagoa ao mar."

Tendo em vista que estamos a escassos 15 dias do fim de Verão e que desconheço o arranque das promessas supracitadas, (não obstante o facto de por diversas vezes me ter deslocado, no decurso da época acima referida, à Fajã da Caldeira de Santo Cristo), ao abrigo das disposições Estatutárias e Regimentais, requeiro ao Governo Regional que me informe quais as diligências que encetou ao nível da realização dos trabalhos da desobstrução da ligação da lagoa ao mar, bem como do ordenamento da referida Área Ecológica Especial.

Ainda desejo saber que intervenção física pretende o Governo ter, especificamente, para a protecção da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo.

Horta, 6 de Setembro de 1995

**Deputado Regional do PS, António Neves Lopes Gomes".**

- Também do Sr. Deputado Regional do PS, António Gomes, um requerimento do seguinte teor:

"O Governo informou os Jorgenses de que o estudo preliminar para a intervenção no porto da Calheta estava concluído e fez questão em referir que o mesmo contemplava cinco soluções alternativas.

Ainda disse que os vários cenários seriam analisados em termos de custo/benefícios por forma a elaboração do respectivo projecto definitivo.

Considerando que estão em causa melhoramentos de uma estrutura de grande importância para São Jorge, pergunto ao Governo Regional se já foi elaborado o projecto definitivo e se pretende executar a obra no decurso do próximo ano, último da gestão deste V Governo Regional.

Ainda solicito o favor de me remeterem os estudos elaborados para a obra acima referida com indicação da solução escolhida.

Horta, 6 de Setembro de 1995

**O Deputado Regional do PS, António Neves Lopes Gomes".**

- Foi presente à Mesa com um Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, relativo à Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Lagoa das Sete Cidades".

**Presidente:** Lida a correspondência entrada na Mesa e não havendo votos, vamos passar ao 3.º ponto do Período de Antes da Ordem do Dia reservado às intervenções de interesse político relevante para a Região.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

João Soares de Albergaria de Sousa, na sua Coreografia Açórica, Descrição Física, Política e Histórica dos Açores, diz acerca dos jorgenses que estes: "são altos, e bem proporcionados; sagazes e dotados de boas qualidades próprias às ciências: eles distinguem-se pela pureza dos seus bons costumes".

Se tivermos em conta, que João Soares de Albergaria de Sousa, era jorgense dos quatro costados, no afirmar dos seus biógrafos, bastante culto e inteligente. Não admira pois que este nosso conterrâneo, tivesse uma noção bastante acertada, acerca da índole, dos jorgenses seus patrícios.

Hoje, decorridos 173 anos, da publicação da famosa Coreografia Açórica, os jorgenses continuam ainda a distinguir-se " pela pureza dos seus bons costumes", só que : oh!...vã ilusão!

Que serve aos jorgenses, manterem os bons costumes?

Que serve aos jorgenses, preservarem as tradições?

Que serve aos jorgenses, a sua riqueza etnográfica e cultural?

Que serve aos jorgenses, o colossal património das fajãs, talvez único no mundo?

Que serve aos jorgenses, um ambiente ainda em muitos casos bem conservado, com ecossistemas sui generis, únicos na Região, como é o caso da Laguna da Fajã da Caldeira, que a passos largos avança para o assoreamento total, levando a curto prazo, na nossa opinião, ao desaparecimento de uma das jóias ecológicas, mais valiosas de toda a nossa Região?

E nós insistimos, que serve aos jorgenses, todas estas e muitas outras coisas, que poderíamos enumerar, se São Jorge, embora no centro do Arquipélago dos Açores, apenas a 10 milhas marítimas do Pico, 16 do Faial, 21 da Terceira e 20 da Graciosa, se encontra quase tão isolado com a ilha de Páscoa, lá nas longínquas paragens do Pacífico Sul.

Talvez sejamos exagerados, e é verdade que o somos senão tivermos em atenção que o isolamento, hoje não é nem pode ser considerado só físico, mas é também cultural, económico e político.

Uma ilha ou região, que não divulgue a sua cultura, está isolada.

Uma ilha ou região, que não abra a sua economia à livre iniciativa, ao debate económico, à divulgação dos seus interesses, das suas potencialidades e à demonstração dos métodos mais eficazes de maximizar o seu potencial, está isolada.

Uma ilha ou região, que não analise politicamente todos os factores inerentes, à preservação e bem estar da sua sociedade, está isolada.

São Jorge, visto à luz de alguns dos princípios enunciados, e de outros que poderíamos enunciar, é uma ilha, que vai ficando cada vez mais isolada, se não se alterarem as regras do jogo, em sectores vitais, como o são, os transportes e as comunicações.

No primeiro caso basta só colocarmos a seguinte questão:

Queremos ou não turismo para os Açores?

Se queremos, e aí parece-nos sermos todos unânimes, então por certo, que ninguém com bom senso e conhecendo bem São Jorge, pode admitir que esta ilha, fique fora dos circuitos turísticos dos Açores. Porque se alguém o fizer é com intenção deliberada de prejudicar, não só São Jorge, como os Açores, e os jorgenses, pela parte que lhe toca, não podem de modo algum pactuar com vilanias dessa natureza.

Mas como pode uma ilha, seja ela qual for, ter um turismo dinâmico se não tem transportes com regularidade e qualidade que dêem acesso, segurança e conforto, aos utentes que os utilizam para entrarem ou saírem dessa ilha.

Como pode uma ilha, seja ela qual for, ser divulgada, anunciada, promovida, numa última adjectivação mostrada, se a comunicação que dela fazemos tem tendência para o zero.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Embora o problema dos transportes, já tenha sido tratado noutras intervenções anteriormente aqui proferidas, não podemos de modo algum, deixar de enquadrar aspectos fundamentais, daquela empresa que em termos de transportes marítimos de passageiros, mais relacionada está com São Jorge.

A Transmaçor, a empresa focada no parágrafo anterior, embora sendo uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, não deixa de ter 20% do seu capital social, subscrito pelo Governo Regional, e, portanto é capital da Região. Além disso, os dois cruzeiros que circulam na referida empresa, são também eles propriedade da Região.

Se tivermos em conta, que na Constituição da Sociedade Transmaçor, no seu artigo primeiro número dois, diz textualmente que: " O seu objecto é o transporte marítimo e actividades conexas e acessórias não previstas em lei especial", isto, nada nos diz das obrigações que esta empresa possa ter no transporte de passageiros, de e para São Jorge.

Por outro lado, a Resolução n.º 14/88, de 20 de Janeiro, que entrega os cruzeiros de exploração à Transmaçor, também nada transcreve dos deveres e obrigações da Transmaçor, para com o transporte de passageiros. Neste contexto, e dado o mau serviço que no presente Verão, esta empresa, tem prestado aos utentes que se tem dirigido a São Jorge, a bordo dos seus barcos, os Jorgenses, como os principais prejudicados necessitam de ser esclarecidos acerca de:

Para quando, uma legislação clara e precisa acerca do serviço de transportes marítimos, na Região Autónoma dos Açores, para passageiros inter-ilhas?

A Transmaçor, está só comprometida, a prestar um serviço de passageiros regular e com alguma qualidade entre Pico/ Faial, ou este é extensivo às ilhas do triângulo?

Uma vez que a ligação marítima do triângulo, para passageiros feita pela Transmaçor, e nomeadamente aquela que se relaciona com São Jorge, é como todos sabemos executada, na maioria das vezes, por uma embarcação obsoleta, lembrando aquelas usadas para tais fins, em alguns países do terceiro mundo; o que nos leva à seguinte questão:

Este panorama, é para ser alterado a muito curto prazo ou é para se manter?

Estas, e muitas outras perguntas, poderíamos aqui colocar acerca do actual sistema de transportes marítimos de passageiros que no presente serve São Jorge, mas que de modo nenhum serve os reais interesses da nossa ilha.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs Membros do Governo:

São Jorge, não é na actualidade, só isolado, pelo sistema de transportes da Transmaçor, outros organismos que prestam serviços de ordem pública, na área da informação, como é o caso da RTP - Açores, tem tido uma actuação para com esta ilha, no que respeita à emissão de notícias e programas, que muito deixa a desejar.

É que de acordo com a Lei n.º 21/92, de 14 de Agosto, que transforma a Rádio Televisão Portuguesa, E.P., em sociedade anónima, nomeadamente a alínea c) do n.º 3 do seu artigo 4.º, que atribuiu à concessionária entre outras as seguintes obrigações " contribuir para a informação, recreio e promoção educacional e cultural do público em geral no respeito pela identidade nacional e tendo em conta os diversos interesses, origens e idades".

De acordo com a alínea supra citada a RTP - Açores, tal como a RTP Nacional, deve ter em conta os diversos interesses origens e idades, no caso específico da Região, para todas as ilhas dos Açores, e não ser apenas uma RTP - Açores 3 ou quando muito 4, neste último caso, apenas em dias de mar manso. Os jorgenses, tal qual como os outros açorianos, gostam também de ver no écran da sua televisão as tradições da sua ilha, isto é, quando se fazem programas, sobre cantar os Reis ou as festas do Espírito Santo, São Jorge, com ricas e variadas tradições, neste sector cultural tem todo o direito, de ver as suas manifestações de igual índole, serem incluídas em tais programas, o que infelizmente não tem acontecido.

Mas, estes procedimentos vão-se paulatinamente alargando, até que manifestações festivas se tem feito noutras ilhas, com a participação de representatividades de São

Jorge, e qual não é o nosso espanto, quando a RTP - Açores, não só transmite a actuação das representatividades da ilha anfitriã, dizendo o apresentador, que havia iguais manifestações de outras ilhas, mas não referenciando o nome destas e muito menos, qualquer plano da actuação das mesmas. Se isto fosse tudo, ainda poderiam os jorgenses, com a sua boa índole desculpar e mais uma vez ficarem desculpados, como tantas e tantas vezes, o tem sido. Mas o caso é outro, é que até os emigrantes, em terras da diáspora, notam sem dúvida esta discriminação. Pois segundo eles, lá de séculos a séculos quando vêem passar algo de São Jorge na televisão, é sempre de forma reduzida, à última possibilidade de imagem e informação. Por outro lado, ficam sem dúvida admirados, quando para certas ilhas, o comportamento é completamente diferente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Lei n.º 21/92, de 14 de Agosto, no seu artigo 4.º n.º 5 diz que: " A responsabilidade pela selecção e o conteúdo da programação e informação da RTP, S.A., pertencem, directa e exclusivamente, aos directores que chefiam aquelas áreas, nos termos dos estatutos aprovados pela presente lei e da demais legislação aplicável".

Não colocamos em causa ninguém, em particular na RTP - Açores, mas tal como os jorgenses, nossos conterrâneos, não podemos concordar, com a marginalização que está a ser feita à nossa ilha, por este órgão tão importante de informação. É que São Jorge, não tem só interesse quando lá vai o Governo Regional, ou quando se realiza a Semana Cultural, pois muitas outras manifestações acontecem em São Jorge, que podem, merecem e devem ter cobertura.

Como é que a RTP - Açores, pode fazer uma cobertura coerente a São Jorge? É também um problema que se põe porque sabemos que esta empresa, não pode fazer deslocar a cada evento, que se realize na nossa ilha, uma equipa da RTP - Açores. No entanto, a RTP - Açores pode viabilizar o correspondente que tem em São Jorge, equipando-o melhor e dando-lhe a necessária formação profissional, para a prática de um jornalismo adequado às realidades da ilha, tudo isto complementado, com um adequado programa de cobertura, dos principais acontecimentos da ilha, de acordo com as autarquias, prevendo o mesmo, os casos imprevistos que possam acontecer e que devem ter sempre cobertura. Não tendo a pretensão, de meter foice em seara

alheia, parece-nos no entanto, que este esquema proposto é bem mais possível, de uma cobertura razoável, que o actualmente em vigor, com um correspondente em São Jorge, pago por recibo verde e comando à distância, não tendo poder de iniciativa, mesmo que esse seja favorável à informação e a São Jorge. Mas, o pior ainda, é que estando o comando à distância se esquecem quase sempre que existe o comandado, e por conseguinte que São Jorge, também existe.

Assim não!... São Jorge, não merece tal, e os jorgenses não o podem aceitar.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PSD e PS)*

**Presidente:** O Sr. Deputado Rui Ávila pede a palavra com que finalidade?

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Para prestar um esclarecimento, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas um esclarecimento em abono da verdade, não porque não concordo quase na totalidade com a intervenção do Sr. Deputado Manuel Brasil, que até parecia não vir daquela bancada, mas porque concordo perfeitamente com as situações que aqui foram explanadas e muito bem, pelo Sr. Deputado.

Um pequeno reparo, e é preciso que aqui fique dito, a RTP-Açores não cobre na Ilha do Pico os acontecimentos só quando o mar está manso como aqui quis deixar claro o Sr. Deputado Manuel Brasil. A RTP-Açores, quanto à Ilha do Pico, pode fazer melhor, mas tem feito bastante e é preciso que isto fique aqui registado.

Por outro lado, não devemos também só assacar à Transmaçor todas as dificuldades que têm surgido e que surgiram este Verão. Todos nós e o povo que vive nas ilhas do Grupo Central sentiram-nas.

É preciso que saibamos ver o que é que se fez hoje, o que é que se fez ontem e o que é que falta fazer, porque não é a Transmaçor com o capital social que tem, que pode fazer os investimentos vultuosos que ainda hoje são precisos fazer para que, realmente, fique regularizado o transporte marítimo do Grupo Central.

Eu não tenho procuração de ninguém, mas, por exemplo, ainda hoje vi sair a Espalamaca para S. Jorge e quem compra um bilhete para lá ir e põem-lhe na frente um transporte daqueles, fica defraudado .

Eu não tenho nenhuma procuração da Transmaçor, mas é preciso ver quais são os capitais que são precisos para investir em mais uma ou duas embarcações que só servem em três meses no ano e é preciso termos o mínimo de responsabilidade para vermos que, ou será em regime de afretamento, ou noutra regime qualquer. Agora, durante o ano, nós sabemos que apenas em três meses é usado e é, extremamente, procurado aquele transporte.

Que fique claro este pequeno registo, quer em relação à Transmaçor, quer em relação à RTP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil para dar esclarecimentos.

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O esclarecimento que queria prestar ao Sr. Deputado Rui Pedro Ávila é o seguinte:

Eu estou de acordo com o Sr. Deputado quando diz que a RTP-Açores tem prestado um bom serviço ao Pico. Talvez não seja o suficiente e também sou capaz de ver isso. Por isso, na minha intervenção, se estive bem atento, eu dizia que por vezes passava o canal RTP 4 quando o mar estava manso.

Agora, em relação a S. Jorge, a RTP está, neste momento, a prestar um serviço muito mau. Que isso seja aqui entendido e que seja assumido por todos.

Eu assumo a parte que me cabe e não tenho dúvidas nenhuma afirmá-lo aqui ou em qualquer lugar o que disse, a RTP-Açores, em relação a S. Jorge, está a prestar um mau serviço.

Quanto à Transmaçor, vamos por os pontos nos "is".

A Transmaçor tem as características que tem. Não a podemos obrigar a fazer mais do que aquilo que ela pode fazer com os barcos que tem e, até aí, penso que qualquer um bom jorgense tem a noção disso.

Agora, eu tenho muitas dúvidas em relação ao serviço como tem sido gerido em relação aos transportes de S. Jorge. Por vezes tem-se deixado ficar barcos com melhor qualidade aqui no porto da Horta e manda-se a Espalamaca cheia de turistas e de passageiros para S. Jorge, passando o barco de S. Jorge para a Terceira, sabendo

de antemão que este não ia fazer escala no Porto da Calheta, deixando assim as pessoas em cima deste porto, quando o mestre já sabia e podia ter avisado os passageiros da Calheta para se deslocarem para as Velas.

Isto não é só um problema de estrutura da empresa, é um problema de gestão da empresa que está muito mal gestionada.

Eu coloco aqui mais um problema. Nós quando entramos muitas vezes na Transmaçor - o Sr. Deputado viaja nela tal como eu, quando venho ou vou para S. Jorge - ficamos sem saber quem é o marinheiro ou o passageiro, porque por vezes a farda ou o crachá com a indicação do nome dele não existe.

**Presidente:** O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

**O Orador:** Portanto, não é um barco de piratas, é um barco que presta serviço a passageiros e que muitas vezes quando eles precisam dirigir-se aos marinheiros, não sabem quem são. Eu conheço-os porque viajo lá muitas vezes, mas quem não o faz não sabe. Como também nós chegamos muitas vezes ao cais da Horta para embarcar na Transmaçor e ainda não sabem qual o barco que vai, quem é que vai e como é que vai. Isto não é serviço que se preste.

Por outro lado, parece-me também que se a Transmaçor está vocacionada para passageiros e se quer servir os portos, o triângulo, as ilhas do Grupo Central, isto é uma questão de gestão, será que necessitava tanto de um barco de carga quando esse serviço estava assegurado por outras empresas da Região? Não teria sido melhor comprar, com o mesmo dinheiro, um barco para passageiros conveniente, para fazer a ligação?

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que procurasse terminar porque o seu tempo esgotou.

**O Orador:** Termina já, Sr. Presidente.

Quando a Transmaçor põe o problema de não ter dinheiro e de não ter barcos, se ela não tem para uma coisa também não tem para a outra.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Ocorrendo esta Sessão Legislativa em período pré-eleitoral com vista ao sufrágio para a Assembleia da República, de onde sairá o executivo que irá dirigir os destinos do nosso país nos próximos quatro anos, parece-nos pertinente abordar e reflectir sobre as relações entre o Estado e a Região nos últimos anos.

Foi isso que o Grupo Parlamentar do PS procurou fazer nestes dias, de uma forma séria e responsável através das intervenções dos deputados Carlos César, Fernando Lopes e Dónisio de Sousa, abordando com rigor a prática do Governo da República relativamente aos Açores no plano político-institucional, económico e financeiro.

Esta análise ganha, do nosso ponto de vista, maior acuidade, se projectarmos num futuro próximo os aspectos relacionados com a revisão do Tratado da União Europeia e as respectivas consequências perante os desafios da moeda única e dos objectivos da convergência económica.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sem embargo de algumas, escassas, iniciativas positivas no relacionamento Estado-Região, creio poder afirmar, sem receio de errar, que o último governo nacional do PSD e de Cavaco Silva, manteve com os Açores uma prática claramente negativa e manifestamente insuficiente no domínio político e institucional, no domínio financeiro e mesmo no plano da actividade que os diversos serviços do Estado exercem ou deveriam exercer na Região.

Como já aqui foi referido, a prática do Governo da República traduziu-se no "incumprimento de promessas políticas, de omissões, de bloqueios e num ostensivo desinteresse pela vida desta região".

Na mesma linha de pensamento centralista e anti-autonomista, o princípio constitucional da solidariedade nacional foi ostensivamente esquecido e os custos de insularidade debitados quase exclusivamente aos açorianos.

O Governo da República não quis e não tratou as suas regiões como, por exemplo, Bruxelas tratou Lisboa.

Os resultados desta política, aliada à incapacidade congénita do Governo Regional, revelam-se hoje na queda e estagnação da actividade económica, nas dificuldades financeiras, no endividamento da Região, no desemprego crescente e nos elevados índices de inflacção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como é sabido e embora a nossa Constituição não o enumera expressamente, são da competência exclusiva do Estado na Região, as matérias relacionadas com a defesa e segurança, justiça, política externa, financeira e monetária, transportes com o exterior, comunicações e meteorologia.

Para a execução destas funções, aliás pela 1ª vez enumeradas em Fevereiro de 1976, durante o VI Governo Provisório, dispõe o Estado, nas ilhas, dos necessários serviços e pessoal.

Outros serviços existem que são exercidos em regime de concessão por empresas sob tutela do Governo central como por exemplo a ANA-EP, a TELECOM, a RTP etc.

Percorrendo também estas áreas e serviços, fácil é verificar que também aqui, a actuação do governo de Cavaco Silva se pautou na maioria dos casos pelo desinteresse, funcionando esses serviços e actividades de forma deficiente, muitas vezes em instalações precárias e inadequadas e sem os meios humanos necessários a uma intervenção eficaz.

Direi mesmo, precisando, que o Governo de Lisboa, se esqueceu muitas vezes dos Açores, desvinculando-se pouco a pouco das suas responsabilidades como se não fizéssemos parte do mesmo País.

Em alguns casos o Estado não se tem comportado como "pessoa de bem" e em muitos outros, estranhos critérios de racionalidade, ignoram a realidade insular provocando manifestos prejuízos a esta região e aos seus habitantes.

As mais recentes visitas de responsáveis governativos nacionais e outras que certamente se seguirão em louvor da autonomia e em procissão de promessas, não chegam para esconder a falta de diálogo.

A forma como foi tratado o acordo sobre a Base das Lajes e tem sido tratado a questão NAV II, são exemplos de uma arrogância geradora de tensões e conflitos que há muito deveriam estar definitivamente banidos de um quadro de relacionamento estável e democrático.

Podemos ainda afirmar, com toda a clareza que, do nosso ponto de vista, as funções de coordenação da actividade dos serviços centrais do estado, cometidas

constitucionalmente ao Ministro da República, se têm revelado absolutamente dispensáveis e sem eficácia visível.

Sem pretender enumerar exaustivamente todos os problemas existentes nesta área, permitam-me contudo que percorra rapidamente alguns serviços e respectivas áreas de actuação.

- No que respeita à justiça e apesar de terem sido criados o Tribunal Marítimo e o Tribunal Administrativo em Ponta Delgada, até hoje não existem na prática.

A pretensão há muito sustentada de criação de um Tribunal da Relação ou uma Delegação do Tribunal da Relação de Lisboa também nunca foi acolhida.

Estas situações assumem especial gravidade pois dificultam o acesso próximo e célere à justiça por parte dos cidadãos dos Açores.

O Palácio da Justiça de Angra do Heroísmo está em acelerado estado de degradação e em S. Miguel com excepção de P. Delgada e Povoação, os tribunais funcionam em precárias instalações cedidas pelas Câmaras Municipais.

Também em S. Maria o tribunal funciona em instalações camarárias, enquanto nas Flores e no Pico faltam juizes e magistrados do Ministério Público durante longos períodos de tempo com todas as graves e conhecidas consequências.

Os estabelecimentos prisionais da Horta e Angra do Heroísmo carecem urgentemente de melhoramentos e o estabelecimento prisional da Boa Nova em S. Miguel não reúne as condições exigidas para a população prisional existente.

Os serviços de registo funcionam em S. Miguel e Santa Maria em edifícios degradados e sem qualquer manutenção.

Quanto à PSP, é notória a falta de efectivos em algumas ilhas designadamente em Santa Maria, Terceira, S. Jorge, Graciosa e S. Miguel situando-se os mesmos em média em 50/60% das necessidades dos quadros.

Relativamente às repartições de finanças ficou célebre a decisão de encerramento na Horta e Angra do Heroísmo e é conhecida a bizarra solução encontrada.

Na Horta, é ainda urgente a mudança de instalações há muito reivindicada, mas nunca acolhida.

Em Santa Maria, Corvo, Flores, S. Jorge e Graciosa, as repartições de finanças funcionam em espaços camarários retirando às autarquias quaisquer possibilidades de melhorar as suas próprias instalações.

Nas Lajes, S. Roque do Pico e Calheta de S. Jorge, escasseia o pessoal e estão por preencher há anos muitas vagas nas repartições de finanças.

No capítulo dos transportes, designadamente no que respeita à TAP, são conhecidos os problemas que nos afectam no que concerne aos horários, à frequência e aos custos, com os consequentes estrangulamentos no tráfego de mercadorias e pessoas, afectando importantes actividades económicas e de um modo especial o turismo.

Está ainda fresco na nossa memória o recente aumento das tarifas e os problemas com o escoamento do pescado para ser comercializado no continente. Está ainda fresco o recente aumento, em relação aos jornais, em cerca de 30%.

Quanto ao funcionamento dos Correios, todos sabem que para as ilhas pequenas, uma carta demora hoje o mesmo que no tempo dos navios da Insular e no que respeita ao serviço público de Televisão e Rádio quase nada é necessário acrescentar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quanto a esta última matéria, é oportuno recordar que, corroborando posições assumidas pelo PS/Açores, o programa do Governo que Partido Socialista apresenta, concretiza explicitamente o compromisso de criar condições para a melhoria da prestação de serviços públicos de radiodifusão e radiotelevisão.

Do mesmo modo e integrado na perspectiva global apresentada pelo PS, de acabar com clientelismos e com a partidarização da vida pública, preconizamos nesse programa um conjunto de iniciativas com vista à definição de um quadro legal que reponha critérios sérios de capacidade técnico-profissional e de mérito individual nas nomeações para cargos públicos de chefia.

Uma tal perspectiva que tanta falta faz à Administração Regional, revela-se particularmente importante no sector público da comunicação social a quem incumbe a prestação de um serviço isento e desvinculado de interesses partidários.

A actualidade desta perspectiva acentua-se especialmente num momento em que correm rumores na Região de conluios para a nomeação de um delegado partidário

do PSD, ex-locutor de continuidade, para Director do Centro Regional da RTP/Açores, a escassas semanas de um acto eleitoral.

*Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Trata-se de resto de uma situação intolerável já que tudo indica que a alternativa para esse cargo só é rejeitada pelo facto dessa pessoa manter inconvenientes relações de amizade pessoal.

Finalmente e para não me alongar mais, um exemplo entre muitos mas paradigmático da actuação do Governo da República nesta Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Referimo-nos ao "negócio" do Ministério da Defesa na Ilha das Flores. Recebidas gratuitamente as instalações Francesas, o Ministério da Defesa achou por bem vender as habitações como qualquer especulador imobiliário, obtendo uma mais-valia que não criou e conseguindo réditos, de uma população e de uma ilha já de si particularmente isolada e carenciada.

O mesmo se passou com o "negócio" da Estação da Rádio Naval naquela Ilha.

E pasmem, senhores!

Quem fez isto foi o então Ministro da Defesa e hoje candidato pelo PSD a 1º Ministro, Dr. Fernando Nogueira.

Esta foi sem dúvida a melhor forma de demonstrar o afecto e amizade pelos açorianos como temos ouvido nos tempos mais recentes.

Com amigos destes não precisamos de inimigos!

E já agora Senhores Deputados, a ausência de Cavaco Silva em actos importantes, alguns dos quais promovidos por esta Assembleia, constitui também um exemplo do desinteresse do Governo nacional para com os Açores e os açorianos.

E incomoda, Senhores Deputados, observar, perante tudo isto, nenhuma reacção ou "tenues" reacções de Mota Amaral e do seu Governo Regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Socialista apresenta hoje em Lisboa o seu programa de Governo para os próximos quatro anos.

Podemos afirmar nesta Assembleia Legislativa Regional que o programa do Partido Socialista contém não só os princípios de um pacto autonómico para o futuro, mas também as medidas concretas para uma efectiva coesão económica e social, entre o Estado e as Regiões, potenciadora do desenvolvimento e do progresso para todos os Açorianos.

É por isso que é necessária uma nova maioria!

Disse!

*(Aplausos das bancadas do PS e do PCP)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A Representação Parlamentar do PCP não quer deixar terminar este período legislativo sem abordar alguns aspectos importantes da actual situação política, marcada pelo período pré-eleitoral.

Fazemo-lo hoje porque entendemos dever trazer aqui ontem e ante-ontem urgentes problemas que resultam em geral da má governação do PSD.

No entanto ninguém pode perder de vista que para que se possa ter uma perspectiva séria de mudança é fundamental que do próximo acto eleitoral para a Assembleia da República saia um claro quadro político próprio a uma modificação democrática.

Assim sendo, é essencial que nesta Assembleia seja trazido, embora brevemente, o ponto de vista do PCP quanto à importância das eleições.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O País é hoje percorrido por um sentimento claro segundo o qual a política do PSD no Governo da República não operou nenhuma mudança positiva, mas ao invés, criou uma situação de maior injustiça social, de menor democracia e participação, de maior corrupção e compadrio, de menor capacidade produtiva e de total submissão a interesses estrangeiros.

O País é também percorrido por outro sentimento, segundo o qual, a política económica e social que o maior partido da oposição tem anunciado, defendido e

praticado poucas diferenças substanciais tem em relação à orientação política desenvolvida pelo PSD.

Neste contexto, assume especial significado todo o esforço bipolarizador que ambos os partidos referidos (o PS e o PSD) têm desenvolvido.

Ao tentar bipolarizar a opinião pública procura-se que a escolha seja só de pessoas e de pormenores, e não seja verdadeiramente uma escolha de políticas.

O debate que o PSD e o PS combinaram entre si e que o Canal 1 da RTP servilmente transmitiu, foi a expressão, até hoje mais alta, desse desenfreado esforço bipolarizador.

Cabe aqui referir que, ao contrário do que afirmaram alguns, não há argumentos válidos para os debates com os chamados dois maiores. Aqueles que dizem que eles se prestigiam, porque a realidade é essa, são, certamente, os mesmos que não querem que a realidade se altere.

Estamos assim numa lógica não democrática do "vale tudo" para que tudo se mantenha na mesma.

Apesar de tudo isto, há sinais fortes de que a vida política do País irá iniciar um processo de desbipolarização.

Numa maior pluralidade têm que se encontrar um maior equilíbrio.

O desaparecimento da maioria absoluta do PSD irá provavelmente corresponder a uma situação institucional sem maiorias absolutas, nem maioria das forças mais à direita.

Com este quadro será possível iniciar-se um processo de mudança com conteúdo político objectivo.

Para o PCP e para a CDU sem uma mudança de política não é possível encararem-se e resolverem-se os grandes problemas nacionais.

Lutamos por essa mudança com toda a energia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Os açorianos não têm qualquer razão objectiva para votarem, no próximo dia 1 de Outubro, no PSD.

De facto nos últimos dez anos o Governo da República do PSD esteve para os Açores e para os problemas açorianos do mesmo modo que o mau tempo no mar está para uma embarcação frágil.

Centralismo, desconhecimento, desinteresse, autoritarismo, incompetência e falta de sentido nacional são apenas alguns dos qualificativos que se podem atribuir à governação do PSD no que respeita aos Açores.

O PSD/Açores não dispõe de um único argumento a favor do Governo da República do seu próprio partido.

Se qualquer cidadão, numa sessão de esclarecimento, do PSD/Açores, perguntar por exemplo o que é que a maioria absoluta do PSD fez a respeito do Estatuto dos Açores, do relacionamento financeiro, da adaptação do sistema fiscal e de muitos outros assuntos, o dirigente do PSD/A que lá estiver se quiser responder com verdade, dirá: **boicotou, impediu, desinteressou-se**, etc.

Se estas perguntas forem feitas a respeito do NAV II, da televisão, dos acordos com países estrangeiros, com verdade teria de dizer: **traiu, ignorou, desprezou**, etc.

Difícil será no futuro encontrar uma situação como esta. Este Governo da República foi verdadeiramente um carrasco para esta Região.

Não obstante isto, o PSD/A, tal como todos aqueles que gostam de sofrer, irá dizer que tudo esteve, está e estará bem.

Aos açorianos competirá avaliar esta situação.

No entanto não há que desvalorizar a capacidade de domínio que o PSD/A ainda detém e que procurará utilizar, no sentido de obter uma posição eleitoral não justificada pelos resultados políticos da governação PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional (ausentes):

A valorização da defesa dos interesses regionais na Assembleia da República é uma necessidade urgente que resulta, quer do impasse em que caíram várias questões de decisivo interesse para a Região, quer das inúmeras dificuldades de relacionamento entre os Governos Regional e da República que se cristalizaram.

A dinâmica desenvolvida pelos deputados açorianos tem sido, em geral, muito fraca. A marginalização dos Açores na Assembleia da República tem como primeiro responsável o PSD e a sua maioria absoluta.

Diversificar a representação açoriana tornando-a mais plural e combativa é um caminho que deve ser proposto ao eleitorado.

A CDU, pela coerência da sua acção política, pela persistência da sua acção parlamentar em defesa dos Açores e pela credibilidade da sua lista de candidatos pelo círculo eleitoral da Região, está apta a assumir todas as responsabilidades que o eleitorado decidir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Antes de terminar há uma importante questão que não pode deixar de ser abordada.

Como todos sabemos a RTP/Açores está há longos meses sem Director. As funções respectivas têm sido asseguradas por um quadro superior da empresa.

Estranhamente circulam notícias insistentes e confirmadas por fontes conhecedoras, de que, por estes dias, será nomeado um novo Director para a RTP/A.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Já está!

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** É nomeado para a próxima semana.

**O Orador:** Aliás, o Sr. Deputado Rui Melo, com certeza muito conhecedor, estava a dizer que já foi nomeado, mas o Sr. Deputado Jorge Cabral anuncia para a semana. Afinal há divergências entre os senhores.

Não pode deixar de ser considerado estranho que o Conselho de Gerência da RTP sinta necessidade de preencher este lugar, agora, a breves semanas das eleições.

Mais estranho é a situação quando tudo indica que se pretende nomear um Director não proveniente dos quadros da imprensa, à qual ficará ligado por um vínculo contratual.

Mas para além disso não deixa de ser inexplicável para muitas pessoas conhecedoras do funcionamento da RTP, que não tenha sido nomeado para o cargo, o actual Director interino, que é funcionário da empresa.

Fonte fidedigna esclarece e informa que o Governo Regional dos Açores "**não concordou com a nomeação do actual Director interino**", embora fosse a preferência do Conselho de Gerência.

Temos que convir que esta situação não é nada clara e que várias questões tem que ser postas, nomeadamente:

1.º - Quais são os critérios seguidos para a escolha do Director da RTP/A?

2.º - Qual foi o papel do Governo Regional neste processo?

3.º - Qual a razão porque o assunto é resolvido, exactamente agora, a poucas semanas de eleições e portanto a poucas semanas de mudanças a nível de Governo?

4.º - O que é que leva o Governo Regional a sentir-se com direito de vetar uns e de aprovar outros?

5.º - O que pretende o Governo Regional obter, para entender, que o Director da RTP/A tem que ser escolhido por si?

Queremos lembrar que a RTP/A tem obrigação de proceder com o máximo de isenção.

Temos de recordar que qualquer ideia de controle político é ilegítima e ilegal.

Temos que frisar que sempre defendemos a RTP/A, como canal próprio, mas que não podemos aceitar qualquer perspectiva de controle político sobre ela exercido seja por quem for.

Queremos sublinhar que durante os últimos sete meses, a direcção interina da RTP/A garantiu a isenção e o pluralismo.

A melhor solução para este caso, seria a suspensão da nomeação de um quadro exterior à empresa, associada, ou a um ligeiro alargamento do período de direcção interina ou à nomeação de um quadro da empresa para o cargo. Nesta última hipótese nada parece obstar, a não ser o incrível veto do Governo Regional, à nomeação do actual Director interino.

Basta de arbitrariedades, de domínios ilegítimos e de compadrios.

Disse.

**Presidente:** O Sr. Deputado Victor Cruz pede a palavra com que finalidade?

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Para fazer um protesto, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Paulo Valadão, na sua intervenção, faz aquilo que é, claramente, um exagero injustificado por parte de qualquer partido da oposição e de qualquer deputado.

O Sr. Deputado Paulo Valadão sem conseguir provar, acusa o Governo Regional de se ingerir na nomeação de directores de televisão. Dizia que o Governo Regional, por

ventura, não teria nada a ver com o assunto, mas sugere aqui critérios e até diz, na sua opinião, quem é que devia ficar e quem não devia ficar. Portanto, o Governo não tem nada a ver com isso. Quem tem é o Sr. Deputado Paulo Valadão. Isto é, naturalmente uma contradição insanal.

Mas pior do que isso e é por isso que eu protesto, o Sr. Deputado Paulo Valadão sem conhecer o próximo director da RTP, sem saber se é ou não é uma pessoa isenta, se é ou não é uma pessoa competente, já está a dizer neste plano e a lançar sobre essa pessoa que não conhece, a mais das vergonhosas suspeições, segundo a qual tudo será muito diferente porque "fulano tal", que eu ainda não sei quem é, vai tomar conta da televisão, certamente com uma ligação directa ao Governo do Partido Social Democrata e que a imparcialidade da RTP se vai perder.

É acusar e lançar suspeitas sobre quem ainda não teve um único dia, uma única hora, um único minuto de trabalho. E isso naturalmente não se pode, pura e simplesmente, aceitar.

Quanto ao resto, é preciso que fique claro nesta Assembleia, que o PSD queixa-se tanto ou mais de algumas notícias e reportagens da RTP ou de outros órgãos de comunicação social, do que os partidos da oposição.

Isso é a prova provada de que não há controlo nenhum político sobre a RTP-Açores, onde muito nós podemos é discutir critérios jornalísticos e aí todos sabemos que nesta discussão todos têm razão e ninguém culpa.

**Presidente:** O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

**O Orador:** Agora o PSD, e nós podemos ir provando isso dia a dia, se calhar é isso que é preciso começar a fazer neste Plenário, com as próprias reportagens deste, passar a provar que não há controlo político sobre a televisão e se calhar queixa-se muito mais do que outros partidos políticos nesta Casa, de algumas coisas que se fazem, justamente, em relação às reportagens desta Casa.

Por isso, nós não aceitamos a suspeita de que há controlo político sobre a televisão e nós achamos vergonhoso que se lance uma suspeita sobre alguém que ainda não trabalhou um único minuto ao serviço da RTP.

Quanto ao actual director, acho que fez o seu papel e não faço nem elogios, nem críticas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** O Sr. Deputado Paulo Valadão pede a palavra com que finalidade?

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Para um contra-protesto, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito e dispõe de um minuto.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Um rápido contra-protesto, porque não tenho tempo para alongá-lo, em relação ao protesto do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD que adulterou as minhas palavras por um lado, e por outro, vem confessar que neste momento o PSD não controla a televisão, mas vem claramente aspirar que o PSD, efectivamente, controla-a. É essa a sua intenção.

Efectivamente Sr. Deputado, o que se diz e o que se afirma, categoricamente, é que segundo fonte fidedigna, o Governo Regional dos Açores não concordou com a nomeação do actual director interino e era essa a vontade dos órgãos da RTP. Esta é a realidade e é isto que o Sr. não põe em causa, porque todos nós sabemos o desejo que V. Exas. têm e que V. Exa., claramente, demonstrou nas interlinhas, de controlar a RTP Açores. Vs. Exas. não controlam agora, mas a vossa grande aspiração é controlar muito rapidamente e certamente porque estamos em período pré-eleitoral.

**Presidente:** O Sr. Deputado Victor Cruz pede a palavra com que finalidade?

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Para prestar esclarecimentos, Sr. Presidente.

**Presidente:** O conteúdo é sempre o mesmo, indiferentemente de algumas das figuras regimentais

Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Paulo Valadão acusa-me de ter trocado o seu raciocínio.

Foi o Sr. Deputado que deu a entender que o PSD queria agora nomear um novo director por causa da campanha eleitoral, não fui eu.

Foi o Sr. Deputado que disse que se calhar o PSD queria controlar a televisão por isso estava a mudar tudo. Não foi?

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Disse e confirmo!

**O Orador:** E eu disse que até me queixo da situação.

Agora, o Sr. ao levantar-se da sua cadeira e tomar a iniciativa de fazer uma intervenção ali, muito preocupado que tudo vai mudar, é porque se calhar o Sr. está bem servido e o Sr. é que quer que tudo fique na mesma maneira.

*(Aplausos e risos da bancada do PSD)*

Sr. Deputado, eu vou-lhe dizer uma coisa. Desta bancada ninguém foi para ali se queixar de nada. Eu apenas não aguento mais, como pessoa paciente, que o Sr. sabe que eu sou, ver o Sr. Deputado e alguns outros Srs. Deputados, a queixarem-se da televisão e de outros órgãos de comunicação social, quando nós, se quisermos, podemos fazer um dia um debate sobre isso e vou demonstrar que quem tem mais razão de queixa é o Partido Social Democrata e não o Sr. Deputado.

E o que o Sr. disse aqui claramente, foi uma demonstração que está de barriga cheia e que tem medo da fome.

Eu não tenho medo de nada e até lhe digo mais. Na minha opinião, eu dou a maior importância aos órgãos de comunicação social, mas geralmente não discuto as matérias que têm a ver com os jornalistas nem com as reportagens jornalísticas, porque depois de ultrapassar a fase em que o jornalista, faz apenas e só uma notícia objectiva, entramos na chamada notícia comentada. Isso é subjectivo e raramente se discute.

**Presidente:** O Sr. Deputado dispõe de mais minuto.

**O Orador:** Também não me costumo queixar dos jornalistas para justificar o facto de ter perdido eleições, ou de não ter chegado aos eleitores. Não uso esses argumentos.

O PSD costuma fazer a sua campanha eleitoral utilizando os meios que pode na comunicação social, os canais directos com a população e ganhando ou perdendo nunca se queixa dos jornalistas, mas também não conta com eles para ganhar as eleições. Cada um está no seu lugar e nós contamos fazer o nosso papel. Não temos

razões de queixa, como o Sr. Deputado tem e por vezes falsas, por não ter conseguido aquilo que o povo não quis reconhecer que era uma virtude.

**Presidente:** O Sr. Deputado Paulo Valadão pede a palavra com que finalidade?

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, se tiver tempo regimental para esclarecimentos vou prestar esclarecimentos, se não tiver tempo regimental para estes, vou defender a minha honra.

**Presidente:** O Sr. Deputado há pouco esgotou o seu tempo.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Então é para defesa da honra Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito, mas peço-lhe que seja breve.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No direito que me assiste e respeitando escrupulosamente o regimento, vou defender a honra, porque me considero exactamente atingido, quando o Sr. Deputado, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, afirma que não há qualquer interferência da parte, subentendo do partido dele, em relação a essas questões, quando ainda há momentos, um deputado do Grupo Parlamentar do PSD vem aqui expôr as suas razões, em relação, a esta matéria.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz para esclarecimentos.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Deputado do meu Grupo Parlamentar teve uma atitude de comentário crítico em relação à televisão e isso não é uma interferência. Foi um comentário crítico queixando-se de questões que estão relacionadas com a televisão.

Não falou em directores de televisão, não falou em comando político à distância do Governo nem da oposição. O Sr. é que falou nisso.

A honra que o Sr. defendeu foi tão importante que, vê-se logo, a sua honra dependida do tempo que tinha, porque se tivesse tido tempo, tinha prestado um esclarecimento. Isso não é honra. Quanto muito o Sr. veio justificar uma posição de um outro deputado, mas até aí se enganou.

O que ficou provado Sr. Deputado, é que não há dúvida que o Sr. lançou uma suspeita - e foi essencialmente por isso que eu me levantei - sobre um homem que ainda não começou a trabalhar e que ainda não trabalhou um minuto. Eu não levanto suspeitas sobre o actual director da televisão. Acho que ele cumpriu o seu papel e não

acrescento mais nada. Nunca lançarei suspeitas sobre quem ainda não começou a trabalhar.

Foi essencialmente por isso que me levantei, mas aproveitei para deixar claro que, na opinião do PSD, nós também temos muitas queixas de muitas coisas.

Para que fique claro que nós não estamos satisfeitos e para que fique provado que nós não controlamos, não queremos controlar, não precisamos controlar nada nem ninguém, porque temos ganho eleições sem nada disso e continuaremos a ganhar sem precisar de favores de ninguém, nem de nenhum jornalista, nem de nenhum órgão de comunicação social, até entendemos que eles prestam muitas vezes um bom serviço e pela nossa parte é absolutamente indiferente, fica aqui registado o nosso esclarecimento. O Sr. é que está sempre preocupado em arranjar novos argumentos para adicionar àqueles que não tem, para ver se consegue os resultados que não tem conseguido obter.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António Martins.

**Deputado Manuel António Martins (Ind.):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Exmos. Srs. Deputados:

A actual conjuntura do sector agrícola açoriano obriga-me, não só na qualidade de deputado, mas também de agricultor e Presidente da Associação Agrícola de S. Miguel, a tomar posição sobre o que julgo ser uma crise no sector que estamos vivendo.

Mas mais do que alertar para a actual conjuntura, preocupa-me o futuro e tenho o dever e até a obrigação de denunciar nos locais próprios, os erros cometidos e por outro lado a falta de estratégia política do actual responsável pelo sector, para fazer face aos tempos difíceis que se avizinham.

Como lavrador sinto no bolso tal como todos os meus colegas, a manutenção do preço do litro do leite que este ano nem a inflacção acompanhou.

Dir-me-ão: trata-se de uma questão que escapa aos poderes políticos e nesta matéria nada fez ou poderia fazer o Senhor Secretário da Tutela.

Nada mais falso. Desde logo o poder de persuasão que qualquer governante tem ou deveria ter, é o que se denomina a magistratura de influência e o que mais se vê nos

políticos executivos hábeis, é que falta ou faltou naturalmente ao Senhor Secretário da Agricultura.

Isto é o que qualquer cidadão menos esclarecido poderia pensar.

Contudo, o poder de influência e até de decisão do Senhor Secretário vai muito mais longe, na medida em que na altura da greve do leite e respectivo contrato assinado entre lavradores, industriais e Secretaria Regional da Agricultura, ficou esta com a obrigação de contribuir com um escudo por litro de leite que entrega às indústrias de lacticínios.

Este escudo que se transforma em milhões, tantos quantos são os litros de leite entregue nas fábricas de S. Miguel e Terceira constituem uma arma poderosíssima da Secretaria, face às indústrias.

Imaginemos que por mera hipótese académica, o Senhor Secretário da Agricultura e Pescas, que há quem pense que é pessoa para isso, lembrava-se de entender que o preço do leite não devia subir este ano por qualquer razão. Imaginemos por exemplo que este facto iria dar mais força e autonomia às Associações reivindicativas, enquanto as outras infelizmente se calam e só vêm a reboque, então basta também imaginarmos que um telefonema atempado dizendo que se aumentam o preço do leite então deixa de se justificar o subsídio de um escudo às indústrias.

Continuando o nosso exercício imaginativo, podemos também imaginar que o não aumento do preço de leite pode desencadear uma onda de conflito social que não foi avaliada, então continuando a imaginar voltamos à primeira fase. Acalma-se os lavradores, com mais um telefonema a dizer que afinal o preço do leite vai aumentar e que se espere a todo o momento um emissário da indústria. Convém recordar que estamos a fazer um esforço de imaginação e que os telefonemas são secretos, quando nos respectivos destinos não existem três terminais telefónicos em rede.

Mas neste diz que diz, mas não disse esqueceu-se que desta vez a indústria não faz o papel de outros tempos "yes mens" que conhecemos e ao retirar a proposta de aumento, a indústria não voltou a repô-la nem mesmo com ameaças.

Exmo. Sr. Presidente e Srs Deputados:

Trata-se de um mero exercício de imaginação que, embora conduzido por mim, qualquer semelhança com a realidade é pura e mera coincidência.

Assim evito que me chamem mentiroso sem o ser, e aproveito para exercitar a imaginação dos Senhores Deputados que é uma actividade bem salutar.

Estava eu neste exercício de imaginação na qualidade de lavrador, como Director da Associação Agrícola no lugar próprio e com os argumentos então expendidos e que contam de documento escrito entregue à comunicação social, foi solicitada a demissão do Senhor Secretário Regional que o Senhor Presidente do Governo Regional decidiu em seu critério, não aceitar. Para nós assunto encerrado.

A única explicação que convém dar é que como todos sabem as deliberações de qualquer Assembleia Geral são para serem acatadas pelos respectivos órgãos executivos. E esta de pedir a demissão do Senhor Secretário Regional da Agricultura e Pescas, resultou de várias Assembleias Gerais, da Associação Agrícola de S. Miguel e só uma vez constou da acta, porque das outras não fazia parte da ordem de trabalhos.

Só a monotonia e o monolitismo, podem justificar que um mero acto de indignação vindo de quem sofre na pele os erros cometidos e em execução no sector agrícola, possa ser transformado num facto político com o relevo que tomou, a solicitação de demissão do Senhor Secretário da Agricultura e Pescas.

Agora como Deputado da Assembleia Legislativa Regional, ficava mal com a minha consciência, que na sequência do que sinto como lavrador, do que, reinvidico como Director da Associação Agrícola, aqui que é o lugar próprio, onde os Governantes devem explicações, não chamasse à colacção o mau comportamento do Senhor Secretário Regional da Agricultura no pelouro da sua responsabilidade.

Os anos de transição de entrada plena dos Açores na Comunidade Europeia estão-se a acabar.

Os fundos Comunitários incluindo os de coesão e todos os outros começam a ser postos em causa, quer pelo avizinhado alargamento da Comunidade aos países de Leste, quer pelas consequências dos acordos do GATT. Neste panorama e com este quadro tenho ou não o dever de dizer que a política agrícola nos Açores falhou por completo.

Onde estão os caminhos de penetração? Onde está a água e luz nas explorações? Onde está o emparcelamento? Onde está o poder reivindicativo da Região que em

matéria de quotas leiteiras perde por completo a voz a pretexto de tem que ser assim? Perdeu-se a quantidade de referência - conjunto de quotas dos produtores de leite regionais - e hoje estamos integrados no todo nacional com manifesto prejuízo para a Região.

Perderam-se muitos programas e ajudas Comunitárias por falta de verba orçamentada no Orçamento Regional.

Em compensação dão-se os subsídios de milhões à indústria conserveira a COFACO que já se fala que está à venda e cujo programa de formação dos trabalhadores está envolta num esquema pouco claro.

Pergunto eu. Para benefício de quem?

Se não vos massasse muito, o que não pretendo, nesta matéria, apetecia-me voltar a fazer um esforço de imaginação e quem sabe até, levar-vos sempre em imaginação até à Itália e fazer alguns relacionamentos com esta indústria conserveira, podia ser que constúíssemos mais uma história de embalar com contornos cuja semelhança com a realidade voltaria a ser mera coincidência.

Mas deixemos esta história e voltemos à actividade da produção de leite.

Um estudo encomendado pela Associação Agrícola de S. Miguel, demonstra que o preço real do leite em 1994 está abaixo do verificado em 1990, incluindo as ajudas ao rendimento do POSEIMA e indemnizações compensatórias.

E estes efeitos só não são mais perniciosos pela acção das Cooperativas que tem vindo a baixar os preços dos custos dos factores de produção, designadamente, o da ração, ultimamente.

A continuarmos assim, como se pretende, sem subir o rendimento dos lavradores e estes a verem de dia para dia os prejuízos a avolumarem-se, estamos a criar condições para que, mais cedo ou mais tarde, se aniquile por completo o sector que ainda constitui grande parte da actividade económica da região com reflexos imediatos nos níveis de consumo.

Consultando as estatísticas da EUROSTAT, os preços do leite praticados nos Açores são os mais baixos do país e da Europa, sendo o preço em S. Miguel, em média 11\$10 litro mais baixo do que é praticado nas principais unidades do Continente.

Esta é a realidade do leite.

Mas se formos ver o preço da carne é o mesmo drama. Nesta altura, no ano passado, vendia-se a carne a mais cem escudos por kilo.

**Presidente:** O Sr. Deputados dispõe de mais um minuto.

**O Orador:** Impõe-se uma classificação europeia, mas os matadouros são próprios de países subdesenvolvidos e não são reconhecidos pela Comunidade Europeia, por falta de condições, até de natureza ecológica é ver onde desaguam os dejectos do matadouro de Ponta Delgada.

A nós lavradores, exigem-nos qualidade e penalizam-nos pela sua falta. Aos organismos dependentes do Governo tudo é permitido e, quando se critica, ainda há quem se admire.

Embora os números falem por si, o que é facto, é que estamos a falar do rendimento das pessoas e das famílias e este tem vindo consecutivamente a diminuir. Há alguém que conscientemente pode estranhar que nos indignemos contra o responsável político por este sector, sendo certo que, se hoje é assim, no futuro, pelas razões expostas, será muito pior.

Podemos continuar neste estado de coisas mas a minha voz não se calará aqui, ou em qualquer outro local, porque a força da razão faz-nos não ter medo e a minha falta de ambição política faz-me dizer as verdades custe a quem custar, com a única convicção de que assim cumpro com lealdade para com os meus eleitores o dever de dizer e trazer para esta Casa os problemas que mais os afligem.

Já me propôs, lá fora, sem a rigidez do regimento, debater face a face, com o Senhor Secretário Regional da Agricultura todos estes e tantos outros assuntos do sector, mas ele recusa-se, ele deve saber porquê.

Aqui fica mais um aviso à navegação e a história há-de julgar quem tinha razão.

Tenho dito.

**Presidente:** O Sr. Deputado António Almeida pede a palavra com que finalidade?

**Deputado António Almeida (PSD):** Para prestar esclarecimentos, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem palavra para o efeito.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Manuel António:

Apenas um contributo para o debate depois da sua intervenção.

Penso que da sua parte, não é justo que faça incidir quaisquer suspeitas sobre o Sr. Secretário Regional, em matéria de negociações do preço do leite.

O Sr. Deputado sabe, tão bem quanto nós, que o processo de negociações dos preços do leite e da carne passa, essencialmente, pela discussão dos agentes privados.

Nós estamos hoje num mercado livre. O preço é definido pelo mercado e o contributo para a evolução ou retrocesso deste mesmo preço passa, essencialmente, pelo contributo, pela participação, pelo trabalho que esses agentes como parceiros sociais e como agentes económicos podem desenvolver.

As suspeitas que faz recair sobre o Sr. Secretário, são novamente apresentadas sem quaisquer provas, não passam de suspeitas. Inclusive, os argumentos que aqui volta a querer salientar para sustentar o seu pedido de demissão ao Sr. Secretário, acabam com um simples "quanto a essa matéria, estamos encerrados!". Ou seja, pede-se a demissão e encerra-se o assunto.

Penso que não é justo da sua parte que evolua por esse caminho, porque este não é certamente o caminho do diálogo, nem o caminho que os agricultores pretendem ver seguido na defesa dos seus próprios interesses.

Gostaria também de corrigir que a ideia de querer que um secretário regional tenha poder de persuasão para agir sobre os agentes económicos, não é de forma nenhuma correcta.

O Sr. Deputado não pode querer que um Secretário tenha poder de persuasão, quer sobre os representantes dos produtores, quer sobre os industriais de lacticínios.

Não é essa a missão de um secretário regional, não é a missão de um político.

Ele tem participado, a pedido das organizações de produtores que eu conheço, há 10 anos a esta parte, para arbitrar e colaborar no processo negocial. Não para interferir nem persuadir a favor de nenhuma das partes.

É bom que isto fique bem claro, que as pessoas percebam isto e que não se queira deturpar, precisamente, esta ideia.

Em relação às questões de política sectorial, é bom que também fique claro de que a opção para a política agrícola regional foi, precisamente, repartir-se entre garantir os apoios ao rendimentos e ao mesmo tempo contribuir para que o investimento, quer privado quer público, prossiga de forma organizada e estruturante.

**Presidente:** O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

**O Orador:** Não se pode, por um lado, querer que se faça tudo para resolver os problemas estruturais e por outro, exigir e querer que se mantenham apoios directos ao rendimento. Não é justo querer puxar para apenas uma das partes aquilo que se procura fazer para o equilíbrio, para que se consiga prosseguir em termos de política, para manter os rendimentos dos agricultores a um nível razoável, a um nível satisfatório e ao mesmo tempo querer-se avançar como se está fazendo, para resolver problemas estruturais de forma organizada e não de forma dispersa e discriminada.

**Presidente:** O Sr. Deputado Manuel António Martins dispõe apenas de escassos segundos para prestar esclarecimentos. De maneira que lhe vou dar a palavra nessa perspectiva.

**Deputado Manuel António Martins (Ind.):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Queria apenas esclarecer um assunto e vou ser rápido.

A demissão não foi pedida pela minha pessoa. Eu apenas fui, pura e simplesmente, o rosto e a voz das Assembleias Gerais da lavoura de São Miguel, muito concorrida livremente, sem pressão e sem ir buscar pessoas a casa. As pessoas foram livremente e como a comunicação social transmitiu foram cerca de 500 a 600 pessoas.

Foi a vontade da lavoura de São Miguel e não a minha vontade. Que isto fique bem claro.

**Presidente:** O Sr. Deputado António Almeida pede a palavra com que finalidade?

**Deputado António Almeida (PSD):** Para prestar esclarecimentos, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É preciso lembrar que a sua última afirmação, o último pedido de demissão do Sr. Secretário não foi sustentado por nenhuma Assembleia Geral.

O Sr. Deputado, na qualidade de Presidente da Associação Agrícola, é que promoveu reuniões com os lavradores. Não foi fruto de nenhuma Assembleia Geral e muito menos do resultado da voz da lavoura micaelense. Nesse sentido, é preciso que tome algum cuidado para não induzir em erro os lavradores de São Miguel nem as pessoas desta mesma Assembleia. Não se pode vir afirmar publicamente que foi 80% da lavoura de São Miguel, mas mesmo que assim fosse, em Assembleia Geral - e não

pergunto aqui quantos associados tem a Associação Agrícola de São Miguel porque eu sei - não se deve induzir em erro as pessoas sobre essas situações.

É natural que haja associados, uma vez que vivemos numa sociedade plural, que possam vir a entender ou a discordar das acções da política sectorial de um responsável do Governo. É natural que isso aconteça, porque acontece em qualquer sector. É natural que alguns possam proceder assim. Mas o que não se pode tornar é a voz da lavoura, a voz de todos os agricultores, num pedido de demissão com argumentos que não estão devidamente fundamentados.

Há questões meramente pontuais que foram levantadas, que não foram aprovadas e que não justificam de forma nenhuma um pedido de demissão.

O Sr. Deputado tem que reconhecer isso, quer na qualidade de Presidente da Associação Agrícola e eu não queria trazer esta matéria aqui nessa qualidade, mas tem que reconhecer que assim é. E tanto reconhece que assume o assunto como encerrado, que já avançou publicamente para uma situação de diálogo, mais construtiva e até de cooperação.

É um sinal evidente que reconhece que o caminho não é o que escolheu, mas sim que o caminho que a lavoura micaelense escolheu é completamente diferente daquele que eventualmente e de forma precipitada talvez o tenha levado a posicionar-se.

**Presidente:** O Sr. Deputado Manuel António Martins pede a palavra com que finalidade?

**Deputado Manuel António Martins (Ind.).** Para defesa da honra, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Manuel António Martins (Ind.):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Evidentemente, que queria esclarecer uma vez mais que não foi o lavrador, não foi o director nem foi o deputado que pediu a demissão do Sr. Secretário Adolfo Lima.

A consequência da conferência de empresa foi a de uma reunião de lavoura e de duas Assembleias Gerais. Há provas e, evidentemente, contra factos não há argumentos.

As pessoas foram livremente a estas reuniões, a estas assembleias. Penso que vivemos em democracia e é um acto livre as pessoas se indignarem contra a política de qualquer responsável e foi o que aconteceu, nada mais do que isto. As pessoas foram livremente e ninguém foi pressionado para lá ir.

Convém reconhecermos que vivemos em democracia. Há maiorias, minorias e situações em que estamos mais confortáveis e outras menos confortáveis. Nós reconhecemos isso. Sempre tivemos consciência que da nossa parte nunca tivemos unanimidade na lavoura de São Miguel, mas nunca também tivemos dúvidas que a maioria e aquela minoria estão do nosso lado.

**Presidente:** O Sr. Deputado António Almeida pede a palavra com que finalidade?

**Deputado António Almeida (PSD):** Para prestar esclarecimentos, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para lembrar que a verdade felizmente vem sempre ao de cima.

**Presidente:** O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra com que finalidade?

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, eu gostaria de pedir um pedido de esclarecimento, mas sei que o Sr. Deputado Manuel António não tem tempo e sendo assim vou dar um esclarecimento.

**Presidente:** Tem a palavra para prestar esclarecimentos o Sr. Deputado Rui Melo.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu acabei de ouvir que o Sr. Deputado Manuel António fez a afirmação que tinha estado numa reunião de lavradores em que foi muito participada e que estavam 500 a 600 agricultores. Penso que se confirma este número.

Chegou a uma afirmação que havia mais de 80% de agricultores, quando todos nós sabemos que os associados da Associação Agrícola são mais de 3 000. São ou não são? Faça só um gesto com a cabeça que já ficamos a saber.

Por isso não podemos chegar à conclusão que foi uma reunião participada da lavoura micaelense. São 3 000 associados.

O Sr. fala na maioria e diz que teve 500 e 600, isto parece contas do Eng. António Guterres. Não conjugam!

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS e do Deputado Manuel António)*

**O Orador:** Srs. Deputados, se me permitem eu gostaria de continuar com a minha intervenção. Sr. Deputado Manuel António, eu agradecia que acatasse as recomendações do Sr. Presidente da Mesa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu só queria sublinhar, para que fique claro, que o Sr. Deputado Manuel António é o líder de uma fracção reduzida de agricultores da Ilha de São Miguel e que muitos deles não se revêm nele, porque no dia a seguir promoveram e tiveram a iniciativa de promover um jantar, alguns até de uma forma triste pela maneira como o Sr. Deputado Manuel António tratou o Sr. Secretário da Agricultura e Pescas.

Foi um jantar de desagravo e que muitos deles já manifestaram que outras manifestações, se irão seguir, de solidariedade ao Sr. Secretário Adolfo Lima.

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Quantas pessoas tinha o jantar?!

**O Orador:** Tinha 300 e tal!

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ontem foi distribuído à Assembleia Regional dos Açores, o Relatório Anual do Plano de 1994.

Trata-se de um documento que oficialmente divulga os primeiros elementos sobre a política levada a cabo pelo Governo no ano anterior.

Infelizmente não há grande tradição por parte deste Parlamento de um tratamento técnico minimamente adequado a esses relatórios e é, como sempre, numa postura de comentário pelo caso em apreço - tenho que ser breve sobre o relatório - que vou ocupar alguns momentos dos Srs. Deputados.

Vem referido que em matéria de execução, globalmente, se atingiu uma execução financeira na ordem dos 81%. Efectivamente, este valor comparado com valores de anos anteriores traduz uma pequena quebra no conjunto dos gastos da administração.

Seja como for, ficaram por utilizar 6, 3 milhões de contos em 94, o que julgamos que se oferece como razoável, dado já ao nível do orçamento, se ter previsto a incapacidade governamental para executar a 100%, em termos financeiros, o conjunto das verbas previsto para 94.

De resto, em termos absolutos, o volume do que aqui é considerado como investimento em 94, 27,2 milhões de contos, é, embora simbolicamente, inferior ao investimento em 1993. Por conseguinte, estamos aqui perante um caso de estagnação do investimento regional, o que traduz, fase à inflação vigente, uma quebra do investimento na ordem dos 6%.

Mas o drama de acção governativa nesta Região, o que é chamado de execução material, é sistematicamente desviante, relativamente, ao aprovado por esta Assembleia Legislativa Regional.

Aliás, em 95 já se está a dar um fenómeno de dimensão interessante, que é o facto da região estar três anos depois a pagar os subcustos, nomeadamente como compensações em juros, pelos atrasos decorrentes da paralisia da administração regional em 92, 93 e inícios de 94. Os valores já divulgados através do jornal oficial, apontam para âmbitos próximos de 1 milhão de contos.

Por conseguinte, neste momento, mais de 600 ou 700 mil contos foram distribuídos ou reembolsados junto dos empreiteiros responsáveis pelas obras de 91 e 92, o que traduzirá no plano e na execução de 95, um desvio significativo, nomeadamente porque o orçamento previa verbas para obras já concluídas, mas não previa então elevado número nem com uma dimensão tão acentuada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para dar algum exemplo da forma cuidada como o Partido Popular entende que, nomeadamente a Comissão Permanente desta Assembleia se deveria debruçar sobre este documento, vamos dar alguns exemplo no que se refere ao sector dos transportes, mais concretamente programa de transportes terrestres.

Os dados são bem elucidativos e os projectos em jogo são de todos nós conhecidos.

Este relatório apresenta como execução financeira dos transportes terrestres, tal como 99%. Aliás, para os ilustres colegas que queiram acompanhar-me, cito a página 117, 118 e 119.

Não contentes com esta façanha, a execução financeira dentro de cada ilha também surge com valores da ordem dos 99, 9%.

Para se atingir tão nobre desiderato, os valores da dotação de cada projecto e do conjunto referente a cada ilha que haviam sido indicados no plano e aprovados por

esta Assembleia Legislativa Regional, são, indiscriminadamente, ocultados - eu diria manipulados - e ajustados às verbas efectivamente gastas. Isto é, de acordo com este meritíssimo critério, invariavelmente, a administração regional obtém 100% na execução financeira dos projectos constantes do plano regional.

Vejamos alguns exemplos:

- A ligação rodoviária, Angra-Praia, via rápida - dou exemplo da Terceira porque é aquela que eu conheço melhor e que os Srs. também conhecem - estava dotada no plano com 100 mil contos. Alegadamente gastaram-se em expropriações 51,2 mil contos. Logo, executou-se 51% relativamente à dotação inicial.

Porém, no relatório da execução, a dotação já não é de 100 mil, mas sim, de 52 mil valor redondo imediatamente a seguir ao valor executado e, como tal, a execução do projecto passa para 98,5%.

- No caso da reabilitação de estradas - vou dar também um exemplo da Terceira de todos conhecidos - o plano previa uma dotação de 300 mil contos, também aprovados por esta Assembleia Legislativa Regional. Só o projecto de pavimentação da estrada Algoalva - Serreta, como sabem, estava dotada com 215 mil contos.

Efectivamente, nada se fez. Quase nada se gastou. Nem a verba para conservação corrente de estradas teve execução satisfatória, isto é, houve financeiramente uma execução de 13%, relativamente, à dotação aprovada por esta Assembleia Regional.

Entretanto, no relatório de execução, desapareceram os 300 mil contos da dotação do plano e foram substituídos por 38,7 mil contos, ou seja, o valor arredondado às décimas, imediatamente, a seguir aquilo que tinha sido executado, o que aponta para uma execução financeira de 99,9% na reabilitação das estradas da Ilha Terceira.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Repito, refiro isto com intenção construtiva.

Julgo que é obrigação de todos nós contribuir para que o relatório de execução do plano não induza e não trate a execução do documento por nós aprovado por este método e por esta via, retirando ao observador, aos próprios Srs. Deputados e à população em geral a possibilidade de avaliar qual era a dotação inicial, porque é que houve o ajustamento, o que é que se executou e eventualmente fazer-se a execução financeira, no mínimo fazer em relação ao que estava inicialmente previsto e em

relação a algum ajustamento. Mas Santo Deus, o ajustamento não pode ser feito como acto administrativo, no momento em que se está efectuando o relatório de execução em que se diz, "executou-se 31,5, então eu vou ajustar para 31,6". Não, não é assim!

E temos o exemplo positivo de que no relatório referente ao primeiro trimestre, também aqui distribuído, verifica-se que ao cabo de três meses, a administração regional fez ajustamentos em projectos, alguns na área dos transportes e com alterações substanciais dos valores em jogo.

Convenhamos que pode ser discutido o critério político do Governo, há 3 meses para cá, ter tirado dezenas ou centenas de milhares de contos a um projecto de uma determinada ilha. Eu posso, politicamente, levantar dúvidas sobre isso. Mas, tecnicamente, temos que reconhecer que o governo tem a legitimidade de fazer as alterações ao nível de projectos, de acordo com os elementos e as justificações que possui. Mas não tem a legitimidade de fazer o que está fazendo aqui, ou seja, levar à coluna das dotações um valor rigorosamente igual à coluna das execuções e dizer "eu executo 99,9%". Isto não é correcto.

Esta Assembleia no passado, inclusivamente, noutra ordem de grandezas, obrigou e bem, a administração regional a rever um documento de execução anual por nós proposto e aprovado aqui por unanimidade. Julgo que nesta matéria, a comissão técnica desta Assembleia, devia dar um contributo no sentido de alguns desses quadros serem alterados e serem devidamente apresentados para conhecimento dos Srs. Deputados e para traduzir uma realidade, porque não vale a pena esconder o que está às claras.

Toda a gente sabe que o governo não executou o projecto, no caso em apreço, da via rápida Angra-Praia; todos sabem que o Governo executou 0 (zero), relativamente ao projecto de repavimentação do editorial Algoalva-Serreta; todos sabem que em matéria de conservação de estradas o Governo não fez nada na ilha!

Neste e noutros sectores é fácil provar o que se fez e o que não se fez, até mesmo, porque os projectos são os mesmos de há tantos anos a esta parte.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É este o apelo que fazemos à Comissão competente desta Assembleia, porque a análise mais aprofundada deste documentos, há-de ser feita, certamente, por todos nós e o mais tardar, daqui a dois meses, mas parecia-me indispensável, desde já, chamar a atenção para essa anomalia que, politicamente, é inaceitável e, tecnicamente, tem alguma gravidade.

**Presidente:** O Sr. Deputado Fernando Lopes pediu a palavra com que finalidade?

**Deputado Fernando Lopes (PS):** Para prestar esclarecimentos, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Fernando Lopes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Já ontem, na minha breve intervenção e em cima da entrega do relatório agora referido pelo Deputado Alvarino Pinheiro, referi taxas de execução no que diz respeito aos programas de dinamização da actividade económica.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro debruçou-se sobre a execução dos transportes terrestres, mas no breve período de tempo que tivemos para ver este relatório, há coisas que, de facto, bradam aos céus. É que não é só a não correspondência entre as dotações do plano e depois as dotações que aparecem aqui. Aparece muito mais Sr. Deputado. Por exemplo, na página 69 - 70, aparece referido um programa que não estava em execução - ontem estava aqui o Sr. Secretário, mas eu não tive tempo de lhe dizer - ou seja, o Programa SIRAA, no qual tinham sido gastos 720 mil contos. Que eu saiba o Programa SIRAA só agora é que foi regulamentado.

Ainda nessa mesma página, aparece referida a Zona Franca de Santa Maria com uma execução de 45 700 contos. Que eu saiba a Zona Franca de Santa Maria não está em funcionamento. Eu estive em visita, na Comissão de Economia Finanças e Plano, à Ilha de Santa Maria, e que eu saiba, não está lá absolutamente nada, nem era visível, nem nos foi informado que havia obras em funcionamento.

Mas ainda há mais! Na página 75, no Programa de Investimento e de Desenvolvimento Industrial, aparece referido uma transferência para a Câmara da Ribeira Grande e um investimento de uma estação de tratamento de influentes do Parque Industrial da Ribeira Grande. Durante este ano, tive a ocasião de visitar, repetidas vezes com a Comissão que acompanha o Parque e não me apercebi nem fui

informado de que havia uma estação de tratamento de influentes. De facto, não há! Mas aparecem referidos 78 750 contos gastos nesse parque.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Isso é subterrâneo, Sr. Deputado, por isso não se vê!

**O Orador:** É Sr. Deputado, devem ser subterrâneos e aéreos também, porque ao cimo da terra não se viu nada. Dissolveu-se de certeza absoluta!

Para além desses aspectos, que são aspectos materiais, ainda se demonstra pouco cuidado.

Por exemplo, na página 35, quando se trata das medidas agro-ambientais, nós chegamos à conclusão que, no âmbito dessa medida, foram abrangidos 8 hectares no conjunto da região e, só no Corvo, foram abrangidos 540 hectares ao abrigo das medidas de pecuária de extensão. E os quadros sucessivos mal elaborados abundam sem se saber a que é que se referem.

Este relatório não só induz a erro quem o analisa, como também ainda por cima, demonstra uma falta de cuidado na sua elaboração que brada aos céus.

Muito obrigado.

**Presidente:** O Sr. Deputado Rui Luís pede a palavra com que finalidade?

**Deputado Rui Luís (PSD):** Para prestar um esclarecimento, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Rui Luís (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Fica aqui o registo da intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e, obviamente, que os elementos da Comissão de Economia, Finanças e Plano, terão a oportunidade, numa próxima reunião, e com certeza quando estivermos a ver o orçamento para 96, de analisar em mais pormenor esse plano de execução de 94.

Obviamente que eu até gostaria que o Sr. Deputado fizesse parte dessa Comissão, mas não podendo fazer, os outros elementos com certeza irão trabalhar neste assunto. Penso que numa reunião que tivemos aqui há tempos, em que analisamos os primeiros dois anos de trabalho deste Governo, já tivemos a oportunidade de rever algumas dessas situações que agora aqui também foram levantadas e que penso que todos os deputados dessa Comissão, sem excepção, com certeza na próxima reunião poderão ter esse trabalho mais técnico, de fazer essas comparações e pedir aos

membros responsáveis todos as justificações que acharem necessárias para depois transmitirem aos outros deputados da Assembleia que não fazem parte da Comissão.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Oliveira.

**Deputada Fátima Oliveira (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estabelece o artigo 92.º do Regimento desta Assembleia Legislativa que " Para efeitos de tratamento pelos deputados de assunto de interesse político relevante para a Região, deve ser aberta uma ordem de inscrição pessoal, que cessa com o termo de cada período legislativo".

Poucas vezes tenho usado este "Período de Antes da Ordem do Dia". Sendo legítimo e, por vezes, útil a utilização desta tribuna para levantar problemas que afligem os Srs. Deputados e os seus eleitores, também é verdade que alguns o usam só para aproveitar a presença dos Órgãos de Comunicação Social e assim transmitir ao povo uma imagem de um trabalho afincado que, na prática diária, não corresponde minimamente à verdade. Quantas intervenções aqui proferidas não passam de pura fachada para inglês ver (leia-se eleitor).

Por isso raramente uso este período, prefiro fazer, dia após dia, um trabalho contínuo que ajude a resolver, sempre que possível, os problemas dos cidadãos eleitores, estando disponível para os atender, apresentando propostas de solução ou alternativas, encaminhando-os, intervindo quando é o caso, junto dos departamentos governamentais ou outras entidades, e fiscalizando, com afincamento e determinação, a actividade governativa.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados:

O facto de pensar assim, não me inibe de, quando o julgar necessário, utilizar este tempo que o Regimento me confere para tratar algum assunto que, podendo, ser menor, indicie gravidade de comportamentos.

Dir-me-ão, depois ou durante a intervenção que este não é um assunto de interesse político relevante e podem até tentar jogar com as palavras, como muitas vezes aqui é feito, apontando-o como sinal de contradição ao que atrás ficou dito. Numa coisa estaremos de acordo: este assunto não ERA um assunto de interesse político relevante para a Região. Porém, alguns Srs. deputados, com objectivos que por razões bem

conheço, num ápice, transformaram-no num assunto relevante, eu diria, com ironia, INTERESSANTE importância regional. E a relevância dada foi de tal ordem que o mesmo se tornou conhecido de Santa Maria ao Corvo, pelo menos ao nível dos Srs. Deputados de um determinado partido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Confesso-vos que nunca vi, ao longo destes três anos, por parte de três deputados liderantes deste processo tanto empenho, tanta persistência para tentarem solucionar um problema verdadeiramente real ou situação VERDADEIRAMENTE justa e grave, como puseram no caso vertente. Caso este que, para mim, é ou devia ter sido meramente de natureza administrativa e organizativa.

Não creio que, em caso algum, a não ser no início deste processo, há um ano atrás, Sua Ex<sup>a</sup>. o Sr. Presidente desta Assembleia e o respectivo Director de Serviços Administrativos tenham sido tão pressionados por cartas e telefonemas. Para os três Srs. Deputados em causa tornou-se um caso de vida ou de morte.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O exercício de funções públicas exige sentido de responsabilidade, moralidade pessoal e política, sentido de ética e coerência entre as palavras e as obras.

Não tenciono julgar aqui ninguém. Mas tenho o pleno direito de julgar factos e actos concretos. Silenciar o que se passou seria trair a minha maneira de estar na vida. E aos directos representantes do bom e honesto povo açoriano, é-lhes exigido, pelo menos, um pouco de moralidade, de sentido de justiça, de ética pessoal e política.

O que se passou e que o povo açoriano tem o direito de saber, retira aos directos construtores deste facto político, a credibilidade moral e política para ajuizarem dos actos do Governo e da tão propalada incompetência da administração pública regional. Questiono mesmo; se algum destes senhores, algum dia, desempenhasse funções executivas o que seria desta Região?

Oh! Como lamento que os senhores tenham justificado, significativamente, a imagem negativa generalizada, que a opinião pública tem sobre a actuação dos deputados!... Ao que a mesquinhez, a falta de capacidade de organização, a miopia política e o desejo de afirmação pessoal conduz!...

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para poder chegar ao cerne do que aqui me trouxe, terei que tecer algumas considerações. Trazer à colação os tais elementos históricos indispensáveis para uma correcta compreensão dos factos.

No início desta legislatura, quando entrei pela primeira vez na Delegação da Assembleia, em Angra, senti-me arrepiar.

Todo o edifício, interior e exteriormente, estava degradado, sujo, com janelas e portas-janelas apodrecidas e esburacadas por onde a chuva entrava inundando alcatifas e soalhos, madeiras apodrecidas, infiltrações de água pelas calhas, pelos telhados e paredes, passadeiras rotas, alcatifas de um cinzento lúgubre irremediavelmente manchadas, o gabinete da presidência estava cheio de um emaranhado de fios, papéis aos montes, o sótão e arquivos eram lixeiras autênticas, o pátio interior um matagal de ervas, o chafariz do Séc. XIX em pedra lavrada e respectivo tanque com acervo de limos, as persianas de tela caindo aos ziguezagues pelas janelas dado que os seus sistemas de enrolamento não funcionavam, a bela varanda exterior também do Séc. XIX enferrujada e com sinais de corrosão profunda, a tijoleira regional da recepção não era mais do que uma pasta de cera às manchas. Na sala principal de reuniões ainda pendiam do tecto os fios de 4 pontos de luz, sem globos, as paredes manchadas, as cadeiras forradas a fazenda, esventradas, o sofá e maple da recepção todo esburacado, etc., etc.. Só alguns gabinetes do 2.º piso apresentavam melhores condições.

Instalei-me, juntamente com o então deputado José Fernando Diniz Gomes num dos gabinetes destinados ao PSD, que oferecia melhores condições de luz.

Porém, quando chovia, a água "empapava" de tal forma a alcatifa que ela papejava sob os pés, oferecendo sérios riscos para a saúde, mesmo com um aquecedor ligado.

Depressa tivemos que nos mudar para o outro gabinete, embora também lá entrasse água, mas pelo menos havia apenas uma janela, também ela apodrecida embora permitindo a entrada da chuva, mas em menor quantidade. O arquivo tresandava a mofo e a água escorria das paredes tal como na recepção. A fotocopiadora volta e meia avariada com o excesso de humidade, o facto de estar enferrujado, etc., etc. Chegámos à conclusão de que aquela delegação era "terra de ninguém". Da parte da senhora da limpeza nada mais se podia exigir dado ela só trabalhar das 7 às 9 horas

da manhã e à grande dimensão do edifício. A pouco e pouco fui-me integrando no seu funcionamento. A grande maioria dos Srs. Deputados raramente lá aparecia e quando o faziam a situação parecia que lhes era completamente alheia. O apoio logístico era deficiente. Tinha que se solicitar aqui à Assembleia o envio de requisições para papel de fotocopiadora, de fax, de toner ou para qualquer reparação, produtos de limpeza, etc.

Muitas vezes nos interrogámos, o Deputado José Fernando e eu, como era possível que os deputados da anterior legislatura - dos quais 4 estão presentes neste hemiciclo - tinham permitido aquele estado de coisas, bem como os responsáveis da Assembleia.

Que exemplo era dado, ao cidadão comum e que exigências lhe poderiam ser feitas quando o Órgão Máximo da Autonomia tinha, em pleno centro de uma cidade património mundial, um edifício a cair aos bocados que mais parecia um pardieiro. A mesma mágoa, nunca manifestada, sentia existir na funcionária da segurança, única coisa boa e agradável que lá encontrámos.

Cuidadosamente como é meu hábito, comecei a estudar o tipo de relacionamento humano, o tipo de relacionamento existente entre a referida funcionária com as dos outros grupos parlamentares. O ambiente era muito bom e nele depressa e bem se integrou a funcionária do Grupo Parlamentar do PSD. Apenas a funcionária do CDS/PP se mantinha à parte, embora fosse correcta connosco sempre que nos cruzávamos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu e o então Deputado José Fernando, trabalhávamos lá todos os dias e todo o dia. E como nunca fui pessoa de ficar parada à espera que as coisas caíssem do céu já feitinhas ou de esperar que os outros façam o que eu, talvez, possa fazer, decidi meter mãos à obra.

Tomado o pulso ao ambiente humano, percebi que poderia contar com a colaboração de todos as funcionárias, com a excepção já referida, colaboração sem a qual não me teria sido possível, tornar aquele pardieiro num sítio onde houvesse ambiente de trabalho e expurgar do centro de Angra aquela vergonha. Quero agradecer o incentivo que me deu o meu companheiro de partido, Rui Melo. "Avança, não tenhas

medo", dizia-me ele. Cautelosa e gradualmente fui apresentando os problemas e necessidades da delegação ao Director de Serviços Administrativos e ao Sr. Presidente da Assembleia que, a pouco e pouco me foi delegando...

*(Apartes inaudíveis da Câmara)*

**A Oradora:** Todos têm virtudes e qualidades, Srs. Deputados,

... competências e desta forma, iniciaram-se as obras gerais de recuperação e conservação do edifício, substituíram-se as persianas velhas de tela, por persianas de banda vertical e foi substituída a alcatifa e cortinados do gabinete da Presidência, redistribuídos os móveis disponíveis, arrancada grande parte da alcatifa dos corredores, reparado e invernizado o chão, colocadas novas passadeiras, limpo o chão da recepção e invernizado, sinalizado todo o edifício, recuperado o chafariz do pátio interior e este calcetado para facilitar a sua limpeza, colocadas lá floreiras, bem como a varanda, respeitando e incentivando a conservação da tradição angrense de manter as suas varandas e janelas floridas, foram adquiridos três móveis decorativos, ornamentados os gabinetes com arranjos florais, exigindo o cumprimento do contrato por parte da empresa que tinha a seu cargo a manutenção, substituição das plantas ornamentais, adquiridos desumidificadores, arranjada a recepção, ampliado o seu balcão, etc., etc.. Talvez não seja exagero dizer que a Delegação que encontrei não é parecida, nem de perto nem de longe, com a de hoje. Porém, o julgamento do trabalho, por vezes muito cansativo, que ali realizei e só possível com a colaboração activa e empenhada da Conceição Bernardo, meu braço direito como soi dizer-se, da Fátima Maduro e da Cristina Lourenço, não me cabe a mim.

Da parte dos Srs. Deputados apenas recebi algum apoio activo por parte do Sr. Deputado Manuel Amaral. Sei que fizeram comentários positivos a outras pessoas, porém, nunca foram capazes de me dizer uma palavra de incentivo ou de apoio.

Apesar do muito que ainda haveria a dizer, talvez seja altura de recordar aqui o que muitas vezes me disse esse grande homem e grande amigo pessoal, Dr. Hélio Flores Brasil: "nunca conte com a gratidão humana, pense sempre que existem pessoas com um espírito tão tacanho e mesquinho que não sendo capazes de tomar iniciativas e de

fazer o que outros são capazes, mesmo que seja fazendo-lhes o bem a eles próprios, ficarão gratos ou reconhecerão esse trabalho e quando puderem vingarem-se-ão". Grande psicólogo, este gigante da medicina e do conhecimento da complexidade do ser humano.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados antes de entrar no cerne propriamente dito da questão, quero só demonstrar-vos, um pouco mais, que a Delegação da Terceira era uma terra de ninguém. Comecei a desconfiar das idas quase diárias dos Chefes da Securitas à delegação. Fiz perguntas à funcionária e ela debulhada em lágrimas, apontando-me sem palavras, para uma pequena dispensa. Então entendi tudo, os senhores da Securita utilizavam os serviços da Assembleia como seu escritório privativo, fazendo fotocópias, telefonemas, incluindo e utilizando o próprio papel da Assembleia, utilizando o fax, etc., etc., quando queriam comunicar com a empresa e entre si. Fiz então uma nota interna de serviço, em que determinei o registo de todas as chamadas feitas do P.B.X., dos números de fotocópias tiradas e quem as tirava, bem como do registo diário dos faxes. A tremer a Conceição suplicou-me que nunca revelasse o que me induzira a descobrir, tinha dois filhos para sustentar, pagava 40 000\$00 de renda de casa e tinha sido ameaçada de despedimento se falasse. Contudo, já não podia mais com o peso que tinha na consciência de estar sendo conivente, embora à força. Exigi a devolução da chave na posse dos elementos da Securitas e quando ela voltou a receber ordens para que tirasse fotocópias e ligasse para a Madeira, apresentou a minha nota de serviço interna. Estava eu no meu gabinete, quando o Sr. explodiu de raiva e as portas bateram. Calmamente, descii a escada e limitei-me a olhar, silenciosamente, para a digníssima personagem.

Poucos dias depois, toda a documentação da Securitas tinha saído da Assembleia. Nunca mais o vi lá, senão em passagens rápidas por questões de serviço.

Foi este o mundo que encontrei e descrito de uma forma compactada por causa dos limites de tempo. Pergunto-me:

Será que algum dos outros Srs. Deputados conhece estes factos e se os conhecia tentou defender o bom uso dos dinheiros públicos que são de todos os contribuintes e não de A, B ou C? Quero acreditar que os desconhecem, até porque pouquíssimas

vezes lá aparecem e a grande maioria fá-lo de fugida. Porém, alguns há que até achariam natural o facto!

Sabem é que o Verão é quente e 2 janelas abertas fazem com que se oiça muita coisa e que as campainhas, afinal, mesmo para usar?...

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos ao cerne da questão.

Pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/93/A, que altera o quadro de pessoal desta Assembleia, foi criado um lugar de auxiliar administrativo e de auxiliar de limpeza para as delegações de Ponta Delgada e de Angra.

Tenho como princípio base, que, aliás, deveria ser regra geral para quem administra o dinheiro dos contribuintes, o seguinte: a de que este deve ser aplicado com o maior rigor possível e da forma mais rentável. Foi assim que sempre agi, quando tive de administrar dinheiro que fosse do erário público ou de outras instituições.

Era intenção dos Serviços Administrativos desta Assembleia, fazer a admissão de um Auxiliar Administrativo e manter o serviço de segurança. Porém, como estava previsto igualmente o lugar, a tempo inteiro, de uma auxiliar de limpeza, conhecendo bem o funcionamento da Delegação em Angra, porque lá trabalho todo o dia e todos os dias em que não estou ausente em serviço da Assembleia, e porque não exerço as minhas funções como segundo emprego, e dado que todos os grupos parlamentares têm o seu funcionário privativo, se ainda porque o serviço de uma empresa de segurança custava à Região mensalmente, 152 000\$00, recebendo a funcionária só 72 000\$00 líquidos, os pagamentos anuais à empresa totalizavam cerca de um milhão quatrocentos e vinte quatro mil escudos, fazendo a conta apenas a 12 meses e isto porque não sei se nesta verba estava incluído o subsídio de férias e Natal, propuz a rescisão do contrato com a Sonasa, por considerar que com 2 bons funcionários a tempo inteiro, poderia fazer funcionar bem e melhor aquela delegação.

As verbas mencionadas, num só ano, davam para comprar mobiliário condigno para o Gabinete da Presidência que está, vergonhosamente, quase vazio e era suficiente, para a conservação e manutenção do edifício e, para gradualmente, ir substituindo o equipamento de escritório que, apesar das pequenas manutenções que têm sido feitas, a dar sinais evidentes de degradação. Outros projectos havia, mas esses guardo para mim.

A denúncia do contrato com a Sonasa foi feita e preenchido o lugar de Auxiliar Administrativo.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

A metodologia de funcionamento já programada dos serviços da delegação da Assembleia caiu totalmente por terra, com a decisão abrupta de anulação do concurso aberto para contratação a termo certo por 6 meses, de uma funcionária de limpeza que iria substituir a Sra. D. Maria do Sameiro Ribeiro, cujo contrato por um ano terminou no dia 31 de Agosto, p.p., e que não podia ser renovável por imperativo legal. É preciso que fique claro que quando foi tomada a decisão, sob proposta minha, como determina o despacho de delegação de competências do S. Ex<sup>a</sup>. o Sr. Presidente da Assembleia para administrar, organizar o pessoal e serviços administrativos da Delegação em colaboração como Sr. Director dos Serviços Administrativos, a mesma medida era totalmente legal e tinha por objectivo permitir fazer uma avaliação da qualidade, capacidade e apetência da pessoa contratada para as referidas funções.

A anulação do concurso foi feita sobre pressão de 3 dos Srs. Deputados e ilustres membros desta Câmara. Houve uma carta, existiram telefonemas e mais não quis saber sobre as outras formas de pressão exercidas. Até, porque, antes de partir para férias, já um Sr. Deputado tinha tentado fazer chantagem sobre mim, para que eu desse o meu aval à continuidade da Sr<sup>a</sup>. D. Maria do Sameiro Ribeiro ou desse uma informação positiva sobre a referida senhora. Como se eu tivesse feito a lei, como se eu fosse susceptível de me submeter a qualquer tipo de chantagem, como se eu fosse capaz de beneficiar ou prejudicar quem quer que seja prestando declarações falsas.

E o mais engraçado de tudo isto é que os três líderes desta situação não sabem minimamente, a qualidade do serviço que a referida senhora prestou durante o ano que lá trabalhou, por duas ordens de razões:

1º. Raramente lá aparecem e posso prová-lo.

A Securitas e a Sonasa, posteriormente, têm como norma obrigatória que a sua funcionária registre todas as entradas e saídas e respectivas horas, mesmo do pessoal afecto à Assembleia. Eles próprios fazem o controle do cumprimento dos horários, da sua funcionária por telefone.

Reportando-me aos registos, durante o período de permanência dos Deputados da Ilha Terceira, temos que desde Agosto de 94 a Julho de 95, um dos deputados esteve, em trabalho de Comissão, na Delegação, 29 dias e apenas 4 dias esteve lá algum tempo, em horas de expediente normal; outro dos Srs. Deputados esteve em reuniões de Comissão que perfizeram 30 dias e passou por lá 3 dias durante este lapso de tempo; finalmente o último tem 31 dias de trabalho em Comissão e 43 dias em que esteve só de manhã ou só de tarde e algumas vezes só de passagem.

Por outro lado, estes senhores entram, dirigem-se aos seus gabinetes ou até lá não vão, sem sequer reparam no que está ou não feito. E de duas uma: ou só reparam para os meios dos corredores ou não sabem o que é limpeza e serviço de limpeza.

Alguma vez subiram ao sótão? Viram toda a sujidade que lá tem e até ainda a ponta de um cigarro que os mestres lá deixaram?

Repararam quantas camadas de pó têm as escadas que nem sequer o aspirador vêm há muito e muito tempo? Seguraram-se ao corrimão? De que cor ficaram as vossas mãos? Viram o quarto que não está mobilado? Está verdadeiramente limpo! Olharam as portas tipo venezianas dos armários? Não lhes toquem, porque ficarão com as mãos demasiado limpas!... Ao subir as escadas passem o dedo sobre o pegão dos balaústres. O vosso dedo sairá ornamentado! Passem o vosso dedo nos encaixes e rebordos das portas bem como nos rodapés. O vosso dedo sairá maquilhado.

Dêem uma olhadela por trás do balcão da recepção. Os vossos pés encontrarão tapetes salpicados! Olhem para os globos que vos alumiam. Os vossos olhos vê-los-ão providentemente, protegidos por uma camada de terra da côr da noite! Olhem para os rendilhados da porta da recepção e da porta em frente. Vê-los-ão mesclados de branco, preto e cinza numa imitação de tweed!

Vejam atrás das portas das casas de banho! Encontrarão a beleza das cores contrastantes!

Precisam de água? Procurem-na nos desumidificadores!

Precisam de falar com a empregada de limpeza? Procurem-na na sala de reuniões do 2.º piso!

Precisam de telefonar desta sala? Esperem que a sua inquilina acabe o telefonema que está fazendo! É deputado? Não importa! Pode esperar 10, 15, 20 m, primeiro está a senhora! Até alguns já saíram de lá sem poder fazer o telefonema!

Não quer a sua secretária limpa com óleo de cedro todos os dias? Ouça o remédio: Hei-de limpar como quiser e me apetecer!

Quer o cinzeiro da recepção lavado? Lave-o com a cara!

Quer água nas plantas? Não é obrigação minha!

Quer água nas plantas do pátio interior ou da varanda? Pode fazer-lhes mal, são mais bonitas secas!

Quer limpar as ervas? É preciso que o pátio esteja ornamentado!

Quer que quando se passar o mapa a tijoleira fique bem seca? Torcer o mapa pode estragá-lo!

Usar o balde de prensa para torcer o mapa? É demasiado pesado!

Quer arrumar os produtos de limpeza colocados num cantinho da casa de banho 2 meses? Estão lá porque assim não é preciso descer e subir as escadas!

Quer lavar duas dúzias de chávenas e de copos? Dois dias e meio chegam!

Quer óleo de cedro nas floreiras de madeira? Espere 15 dias, mas com a salvaguarda de que o pó que já estava continue para ficar consistente!

Quer as folhas amarelas das plantas limpas? Deixe-as cair e se dentro da própria floreira dão menos trabalho!

Gosta de apreciar o paciente trabalho das aranhas? Olhe para o tecto e os cantos baixos. Aqui até duram 3 semanas e no tecto uma eternidade.

Senhora, por favor, vá limpar-me, imediatamente o meu gabinete que não é limpo há 5 dias. Não recebo ordens de ninguém!

Senhora, responda correctamente, não lhe admito que me fale assim! Tenho uma boca é para falar e hei-de dizer o que quiser, e como quiser, sou uma mulher livre e estamos em democracia!

Quer saber o que se passa nas reuniões das Comissões? Não precisa perguntar a nenhum Sr. Deputado, logo que sair tudo será contado!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Querem mais perguntas e respostas? Não sairíamos daqui!

Esta senhora, como muito bem me disse o Sr. Secretário Hélio Pombo quando falou com ela da última vez, estava muito bem treinada e ensaiada e, sendo esperta, sabia mentir na perfeição, fazendo-o com a maior desfaçatez, porque tinha as costas largas da protecção que lhe era dada por parte de um determinado Sr. Deputado e pela Sra. Dra. Paula Moura, desta Assembleia que lhe telefonava directamente, ou através do gabinete do CDS/PP, informando-a do que bem entendia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tudo tentei para que este ano fosse pacífico e só assim, com a colaboração das outras funcionárias, a senhora esteve lá um ano, recebendo o seu ordenado, não para trabalhar, mas para ganhar o dinheiro e estudar. E ainda a J.S. diz que a Região não dá bolsas de estudo aos estudantes!

Mas voltando ao assunto em análise: em fins de Novembro, o "mar" da Sra. D. Maria do Sameiro Bernardo, parecia mais calmo. Então, pedi-lhe, é o termo certo, que fosse ao meu gabinete. Queria eu ficar totalmente tranquila com a minha consciência, não desejava, como é sempre minha preocupação, que um dia qualquer eu me pudesse questionar sobre se tinha ou não feito o que estava ao meu alcance para que a referida senhora cumprisse, de facto e pudesse vir a ser uma boa funcionária.

A conversa, pacientemente conduzida, durou cerca de 1 hora. Ninguém nos ouviu e soube o que lá se passou. Sabê-lo-ão hoje os Srs. Deputados!

Falei-lhe de mulher para mulher ou melhor de mãe para filha. Por um momento que depois durou muito pouco tempo, julguei que tinha valido a pena e que as coisas iriam mudar.

Da conversa retive quatro frases que partilho convosco.

1.<sup>a</sup> Quando vim para cá "alguém" me disse que eu tivesse cuidado consigo e que não deixasse que a senhora fizesse gato e sapato de mim!

2.<sup>a</sup> Eu sei que tenho um feitio difícil, por todos os lados por onde tenho passado sempre tenho tido problemas por causa do meu orgulho e do meu feitio, mas não consigo mudar!

3.<sup>a</sup> O júri não me disse que eu teria de lavar as janelas, os globos e subir o escadote, etc., porque se o tivesse feito eu não teria vindo trabalhar para aqui.

4.<sup>a</sup> Na minha casa é uma senhora que me vai lavar os tectos, as paredes e as janelas.

Sem comentários! Um mês depois tudo voltou à mesma.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A minha consciência está tranquila e, neste momento, até me dá gozo ver as atitudes infantis e o empenhamento irresponsável e injusto com que três dos Srs. Deputados actuaram exigindo que ela permanecesse nas suas funções, que fosse anulado o concurso e que fosse feito um concurso para provimento definitivo. Só queria dizer ao Sr. Deputado que escreveu na carta enviada ao Sr. Presidente desta Assembleia e em que esta era uma "questão humanitária" que não, Sr. deputado, esta não é uma questão humanitária, esta é uma questão de justiça e de justiça social. Ou o Sr. Deputado é dos que defendem que querer ou ter um emprego, não é igual a querer trabalhar, mas sim a ter um ordenado?

O Sr. Deputado é dos que defendem que os bons funcionários devem ser marginalizados, gozados e que se protejam aqueles que nada produzem ou que são, incompetentes, malandros, incorrectos e incumpridores?

Os Srs. Deputados assumiram duas grandes responsabilidades:

Os funcionários dedicados que existem na delegação já comentam: "O crime compensa". Ser bom funcionário com estes deputados, não vale a pena. Afinal, quem é mau funcionário é que tem protecção.

Para que nos serviu sacrificarmo-nos durante todo este ano na esperança de que com a vinda de outro funcionário podermos colher o fruto do nosso trabalho, ou seja, temos a Delegação a funcionar bem?

A outra responsabilidade ao exigirem a anulação do concurso e ao levar à Mesa, nesta situação de impasse, a decidir-se pela contratação de brigadas de limpeza, é a de terem deitado por terra todo um trabalho de planeamento e organização interna feita ao longo deste ano, pensando na existência de dois funcionários: um auxiliar administrativo, como já está, e um auxiliar de limpeza que se complementariam entremitamente, entre si, permitindo assim um bom funcionamento da delegação com uma elevada redução de custos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não pretendo ser dona de toda a verdade, mas daqui a 6 meses veremos.

Por outro lado, caríssimos colegas, não pensem que esta intervenção é fruto de uma possível atitude de despeito, não de forma alguma. Resulta do meu sentido de dever que tenho relativamente obrigação de denunciar o que é, vou tentar ser suave, habitualmente designado por "menoridade intelectual". Não direi que este caso tem algumas parecenças com aquilo que, em política, se chama tráfico de influências.

E a terminar apenas faço notar o seguinte: alguns destes Srs. Deputados têm escritórios, empresas de vários tipos e todos têm empregadas domésticas.

Tão caridosos como são, se a senhora em causa é tão competente, tão responsável, porque não lhes arranjam um lugarzinho lá na vossa empresa, no vosso escritório, ou na vossa casa? Por sinal, recentemente ficou vago um lugar de uma das empresas de que um dos srs. deputados é sócio... É verdade, seria dignificante, assim, demonstrar-se-ia por actos a confiança que a senhora lhes merece e não se andaria aqui a brincar com "questões humanitárias" porque as verbas não vos saem do bolso mas, sim, do erário público do dinheiro dos contribuintes.

Não julguem que há despeito da minha parte. Há mágoa, sim, mais pelo vosso comportamento hipócrita do que por qualquer outra coisa. Mas, neste momento, sinto uma enorme sensação de gozo, porque, com tudo isto, ficou claramente demonstrado as semelhanças existentes entre estes três senhores deputados: o tamanho físico é idêntico tal como é idêntica a estatura moral, ética, humana e política.

É engraçado, Srs. Deputados, tenho que lhes agradecer uma coisa. Muitas vezes lamento ter uma personalidade tão vincada e não me deixar ir, pelo menos algumas vezes, ao sabor da corrente da facilidade. Pela primeira vez, desde há muito tempo, os Srs. conseguiram fazer com que eu, finalmente, começasse a gostar desta parte da minha personalidade.

Resta-me agradecer, publicamente, ao Sr. Presidente da Assembleia a confiança total que sempre depositou em mim, bem como as palavras elogiosas que me dirigiu no ofício que me enviou, após lhe ter comunicado que, com as condições actuais, não estava disponível para continuar a desempenhar o trabalho que vinha fazendo por não ter, para tal, as condições que considero necessárias. Obrigado Sr. Presidente. Creia que lamento não poder continuar a colaborar consigo concretizando até ao fim o plano de trabalho de que lhes dei conhecimento e que acolheu com entusiasmo.

Porém trabalhar com crianças inconscientes e irresponsáveis faço na minha escola. Essas ainda são susceptíveis de serem educadas. Estas, já não o podem ser. Contudo o trabalho que deixo feito, julgo que dignifica esta Assembleia.

**Presidente:** Depois da intervenção feita pela Sra. Deputada Fátima Oliveira, o Presidente da Mesa da Assembleia não pode deixar de fazer um comentário sobre este assunto - o Sr. Deputado Gastão Barbosa terá paciência mas o PSD já esgotou o seu tempo.

Efectivamente a Sra. Deputada começou por dizer no princípio e deveria ter sido aí que eu deveria ter interferido e não o fiz por uma questão de abertura, benevolência e como se tratava de uma situação que continha algumas críticas para o meu próprio trabalho, não poderia de maneira nenhuma interromper. Mas, efectivamente, o assunto era demasiado pequeno para ser trazido a esta tribuna. Lamento que o tenha sido. As pessoas dão de si a dimensão que têm.

Posto isto, vamos fazer um intervalo de 10 minutos após o que voltaremos para retomar os nossos trabalhos.

*(Eram 12.35 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradeça que retomassem os vossos lugares para reiniciarmos a nossa Sessão.

*(Eram 12.45)*

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Serpa.

**Deputado Rogério Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos falar agora de coisas muito sérias.

Tendo em conta os últimos acontecimentos que tiveram lugar na Ilha das Flores relativos à apreensão de enormes quantidades de droga, não posso deixar passar esta circunstância sem chamar a atenção do Governo para o facto de, naquela Ilha, apenas existir um porto moderno virado para o futuro e que assegura todo o movimento

marítimo de cargas com o exterior e dada a profundidade das suas águas e a qualidade do cais, assegurá-lo-á, de certeza, nas próximas décadas.

Esta Região é a fronteira mais ocidental da União Europeia e dada a crescente procura dos Açores e da Ilha das Flores em particular pelos iatistas, visto pertencer ao grupo mais setentrional, em alguns casos para fins menos lícitos, é urgente a eliminação dos ancoradouros "francos" e exercer permanente e eficaz controle de entradas e saídas, e só o porto das Lajes reúne condições para esse fim.

Por isso somos do parecer que é neste porto que se deviam fixar as autoridades aduaneiras nomeadamente a G.N.R. e o posto aduaneiro que se encontra desactivado naquela Vila desde 1981 e que com a desactivação da Estação de Telemedida Francesa perdeu toda a sua importância em favor do porto das Lajes, o único da Ilha que oferece boas garantias de segurança, aquando do mau tempo, frequente nas Flores, permitindo assim uma fiscalização eficiente desta Ilha. Ultimamente tem sido procurada por muitos mais iates sem que sobre os mesmos se proceda a uma eficiente fiscalização, dado que as entidades que a ela deviam proceder se encontram a 20 Km de distância, só acorrendo ao porto das Lajes da parte da manhã, o que, como se compreende, facilita qualquer serviço e desembarque de quaisquer mercadorias da parte da tarde e de noite sem que a fiscalização sobre elas possa exercer os objectivos para que foi criada.

A acrescentar a tudo isto as encomendas vindas dos EUA desembarcam no porto das Lajes e são transportadas para o posto aduaneiro de Santa Cruz para serem despachadas, obrigando os destinatários das Lajes a pagar o respectivo transporte à Transinsular e a consequente obrigação de as ir buscar a Santa Cruz. Assim se prova a ultrapassada localização dos serviços aduaneiros, não só com prejuízo dos habitantes da Ilha, mas também com as facilidades para os traficantes de droga que à sua vontade continuarão a exercer a sua reprovável actividade impunemente, não só em detrimento da Ilha, como da Região, do País e da Europa para onde esses produtos são destinados.

Pelo exposto, rogamos a quem de direito uma solução que à primeira vista parece ser fácil.

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Para esclarecimentos vou dar a palavra ao Sr. Deputado Hélio Pombo  
Pedia ao Sr. Deputado António Gomes o favor de o substituir na Mesa:

*(Neste momento o Deputado António Gomes substitui o Deputado Hélio Pombo no lugar de Secretário da Mesa da ALRA).*

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo.

**Deputado Hélio Pombo (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sr. Presidente, eu quero prestar um esclarecimento e também protestar.

Aproveitando o que foi dito pelo meu camarada de bancada Rogério Serpa e como os Srs. Deputados também devem saber, porque é do conhecimento de toda a Região e de todo o País, na antevéspera da apreensão de droga que foi focada pelo meu colega na Ilha das Flores, na Ilha do Corvo também houve uma apreensão vultuosa.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Isso está ficando bonito para esses lados!

**O Orador:** Poderia-se dizer que o Corvo era um cantinho de paz e de sossego, mas, infelizmente, já não é.

Eu gostava que o Corvo fosse conhecido por todo o mundo por outras razões, mas nunca pela apreensão de droga. Mas, infelizmente, o destino não quis que assim fosse.

Em relação ao primeiro protesto, gostaria de dizer que alguém, e esse alguém é a Marinha de Guerra Portuguesa, tem de fazer o controlo e a fiscalização das águas da Região Autónoma dos Açores e também das suas costas.

Falando da Ilha do Corvo - julgo que pode servir de exemplo para qualquer ilha dos Açores - as costas estão impunes. Pesca-se aquilo que se quer, apanham-se as lapas que se querem em qualquer período do ano e deixa-se a droga para posteriormente se ir buscar, como aconteceu no Corvo.

Isto meus Srs., não pode ser. Tem que acabar. Nós temos filhos e existem outros valores que têm que ser respeitados e a droga é um combate que tem que ser feito com eficácia, não é a brincar nem a fazer de conta.

Fica aqui o meu protesto muito claro em relação à marinha portuguesa.

Em relação ao meu segundo protesto, gostaria de frisar que, no dia em que a droga foi apreendida na Ilha do Corvo numa operação levada a cabo pela polícia judiciária, que a mim não me compete dizer se foi bem ou mal feita, - eu não sei, porque nestas coisas há, provavelmente, riscos que podem ser ou não controlados - o que aconteceu no Corvo, provavelmente não aconteceria num café de uma outra qualquer cidade dos Açores ou do continente. Quando a polícia judiciária chegou ao Corvo, montou um sistema operativo (provavelmente aquele que tinha imaginado e que eu não quero comentar) e por volta das 6.00 horas da tarde efectuou o assalto ao iate que tinha a droga.

Correu tudo bem. Não houve problemas. Mas o assalto foi feito de metralhadora em punho. Os indivíduos do iate não responderam e entregaram-se às boas.

Em cima do cais estavam várias dezenas de pessoas e a maior parte delas eram jovens que estavam a tomar banho, porque o cais do porto da casa onde foi apreendido o iate, é um sítio, por excelência, para tomar banho.

Correu tudo bem, mas se corre tudo mal e abrem fogo dentro do iate como é que ia ser?

Fica a aqui o meu protesto por isso.

Façam as operações que têm que fazer. Apreendam a droga, pois têm o meu apoio. Mas tenham em conta o risco, a vida das pessoas que estão presentes nesse teatro que poderia ter corrido mal, mas que felizmente correu bem.

Muito obrigado Sr. Presidente.

**Presidente:** Srs. Deputados, terminámos o Período de Antes da Ordem do Dia.

Dado a proximidade da hora que habitualmente interrompemos os nossos trabalhos para o almoço, vamos interrompê-los agora e voltamos a reunir pelas 15.00 horas para entrarmos no Período da Ordem do Dia.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

Boa tarde e muito obrigado.

*Eram 12.55 horas.*

**Presidente:** Srs. Deputados, boa tarde. Agradecia que retomassem os vossos lugares para darmos início aos nossos trabalhos.

*Eram 15.20 horas.*

Srs. Deputados vamos dar início ao Período da Ordem do Dia e vamos continuar com a leitura dos relatórios elaborados pelas Comissões, nos termos do artigo 119.º, do nosso Regimento.

Pedia ao relator da Comissão Permanente da Juventude e Assuntos Sociais o favor de proceder à leitura do respectivo relatório.

**Deputada Fátima Oliveira (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

**Relatório da Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais, nos termos do artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.**

*(Ante-Período Legislativo de Setembro de 1995)*

## **CAPÍTULO I**

### **Introdução**

1 - A comissão é Constituída pelos seguintes deputados:

**a) PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)**

- Rui Carvalho e Melo - Presidente
- Fátima Oliveira - Relatora
- Ana Gomes da Silva
- Mark Marques
- Gonçalo Botelho
- Rosa Machado

- Carlos Morais

**b) PARTIDO SOCIALISTA (PS)**

- Nélia Figueiredo - Secretária

- Francisco Sousa

- Fernando Fonte

- Lisete Silveira

- José Nascimento

**c) PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**

- Paulo Valadão

2 - O deputado Francisco Sousa foi substituído pelo deputado António Gomes na deslocação à ilha do Pico.

3 - A Comissão deslocou-se à Ilha do Pico de 12 a 14 de Junho, onde realizou várias reuniões de trabalho. Foi elaborado o respectivo relatório, o qual se anexa.

4 - A deputada Nélia Figueiredo faltou, justificadamente, à reunião realizada, em Ponta Delgada, a 31 de Agosto.

5 - A Comissão reuniu em plenário no dia 31 de Agosto e 1 de Setembro, p.p., na Delegação da Assembleia Legislativa Regional, em Ponta Delgada.

## **CAPÍTULO II**

### **Trabalhos Realizados**

A Comissão apreciou e emitiu parecer sobre:

Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 10/95 - "Atribuição de Competências ao Instituto de Gestão de Regimes de Segurança Social para emitir o Documento Previsto na Alínea d) do n.º 1 do Artigo 70.º do Decreto - Lei n.º 405/93, de 10 de Dezembro - Situação Contributiva para Efeitos de Concessão e Fornecimento de Obras Públicas".

## CAPÍTULO III

### Trabalhos Pendentes

A Comissão tem pendente, para apreciação e emissão de pareceres, as seguintes propostas:

- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 11/95 - Novo Regime do Conselho Regional de Concertação Social.
- Ante-Proposta de Lei n.º 2 - "Medidas Excepcionais Tendentem a Minorar os Efeitos Sócio-Económicos da Redução da Presença do Destacamento das Forças dos Estados Unidos da América na Base das Lajes".

## CAPÍTULO IV

### Programação de Trabalhos

Emitir pareceres sobre as propostas referidas no capítulo anterior, em reunião a realizar no próximo mês de Outubro

Ponta Delgada, 1 de Setembro de 1995.

**A Relatora,** *Fátima Oliveira.*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**O Presidente,** *Rui Carvalho e Melo.*

## ANEXO

**Relatório da visita à Ilha do Pico, nos termos da alínea d) do artigo 120.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.**

## **CAPÍTULO I**

### **INTRODUÇÃO**

1 - A Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais deslocou-se à ilha do Pico, a fim de dar cumprimento ao disposto na alínea d) do artigo 120.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores. Pôde, assim, com maior profundidade, aperceber-se das realidades existentes naquela ilha, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas pelo artigo 58.º, do já citado Regimento.

2 - Em tempo oportuno foi comunicado aos srs. deputados eleitos por aquele círculo eleitoral, o programa da visita de trabalhos e formulado o convite para, se assim o julgassem conveniente, acompanharem os trabalhos da Comissão.

3 - O deputado Álvaro Manito acompanhou, parcialmente, os trabalhos da Comissão.

4 - A Comissão, no decurso da sua deslocação àquela ilha, reuniu com as seguintes entidades:

- Vereador a tempo inteiro, Jorge Rodrigues, da Câmara Municipal da Madalena;
- Conselho de Administração do Centro de Saúde da Madalena;
- Directora do Externato da Madalena;
- Responsáveis pelas obras da Escola Oficial Cardeal Costa Nunes, em construção;
- Responsáveis do Jornal "Ilha Maior";
- Presidente da Câmara Municipal das Lajes do Pico;
- Responsáveis do Jornal "O Dever";
- Presidente e Secretário do Conselho Directivo da Escola Preparatória das Lajes;
- Comissão Instaladora da Rádio Montanha;
- Presidente da Câmara de São Roque;
- Responsáveis do Centro de Saúde de São Roque;

## **CAPÍTULO II**

## REUNIÃO COM A CÂMARA MUNICIPAL DA MADALENA

1 - Cerca das 11 horas, do dia 12, a Comissão reuniu com o Sr. Vereador afecto, Jorge Rodrigues, na impossibilidade da presença do sr. Presidente da Câmara. Foram feitas as apresentações da praxe e indicadas, pelo Presidente da Comissão, as áreas de competência desta.

2 - De imediato procedeu-se à abertura do diálogo, tendo sido colocadas diversas questões sobre:

- Toxicodependência;
- Delinquência Juvenil e Marginalidade;
- Desemprego e Desporto;
- Educação;
- Turismo;
- MEFE;
- Situações de Exclusão Social;
- Habitação;
- Comunicação Social;
- Cultura;
- Saúde;

### **1- TOXICODPENDÊNCIA**

Não são conhecidos casos de Toxicodependência. Contudo, foi manifestada a preocupação de incentivar acções ao nível da prevenção.

### **2 - DELINQUÊNCIA JUVENIL E MARGINALIDADE**

Não existem casos muito graves, mas algumas situações existentes foram já detectadas e constituem fonte de preocupação, até por algumas delas surgirem de jovens de famílias com menores recursos económicos.

### **3 - DESEMPREGO E DESPORTO**

Começa a sentir-se a falta de empregos para os jovens, que acabam por fixar-se noutras ilhas ou até no continente, onde lhes são oferecidas melhores e maiores oportunidades de emprego. A dificuldade de emprego na ilha causa preocupação e não parece existirem grandes perspectivas para o futuro, dado que os quadros da Administração Pública Regional e outros serviços estão preenchidos por gente bastante jovem. Não se prevêem igualmente alternativas para o mercado de trabalho tradicional existente na ilha.

Foi manifestada a preocupação de um aumento de desemprego nos trabalhadores não diferenciados, dado o anúncio já feito pela COFACO da intenção de proceder à redução de trabalhadores na sua unidade fabril.

Relativamente à frequência, para especialização, no Centro de Formação Profissional dos Açores, existe alguma sensibilização, mas não significativa, quanto aos cursos ali ministrados.

Na área do Desporto o Concelho tem duas equipas de futebol: O Futebol Clube da Madalena e o Futebol Clube Boavista. Na freguesia da Candelária existe uma equipa de Hóquei em Patins.

As equipas existentes são apoiadas, na medida do possível, pela Câmara Municipal.

### **4 - EDUCAÇÃO**

O Ensino Secundário não dá resposta cabal e completa para um ensino de qualidade. A situação agrava-se, na medida em que a maioria dos licenciados, naturais da ilha, não regressa.

Pode considerar-se razoável a situação do Parque Escolar. A escola que se encontra em pior situação é a da freguesia de São Mateus. Estão a ser construídas instalações, para o Ensino Pré-Primário, na Criação Velha, pretendendo-se ainda iniciar, no corrente ano, idênticas instalações na freguesia de São Caetano.

### **5 - TURISMO**

Embora esta área não seja do âmbito da Comissão, a mesma foi informada de que se nota um investimento significativo, por parte dos empresários locais, o qual tem tido correspondência no número de turistas que visitam a ilha.

## **6 - MEFE**

O programa MEFE não tem sido utilizado pela Câmara Municipal da Madalena.

## **7 - SITUAÇÕES DE EXCLUSÃO SOCIAL**

Começam a surgir algumas situações preocupantes para as quais se torna urgente tomar medidas rápidas de forma a não permitir o seu aumento.

## **8 - HABITAÇÃO**

A Câmara tem como objectivo, para o corrente ano, o apoio a trinta casos de habitação degradada.

## **9 - COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Os sinais televisivos e radiofónicos chegam com normalidade. Contudo, foram tecidas críticas quanto à qualidade e objectividade das reportagens dos Órgãos de Comunicação Social.

É entendido como positivo o trabalho realizado pela Rádio Pico e o Jornal Ilha Maior, pela difusão que é feita dos problemas e situações locais, permitindo, assim, uma maior divulgação dos acontecimentos e da realidade picoense.

## **10 - CULTURA**

O Concelho possui duas Filarmónicas e seis Grupos Folclóricos, sediados nas Casas do Povo.

No que respeita ao Teatro apenas existe um grupo activo em São Mateus.

Para ocupação dos tempos livres foram consideradas insuficientes as actividades existentes.

## **11 - SAÚDE**

Os serviços são, minimamente, satisfatórios. Foi, contudo, manifestada preocupação pela aplicação da Portaria n.º 68/94, de 2 de Dezembro (Deslocação de Doentes).

A obrigatoriedade da autorização do Hospital de referência (Horta) para consultas de especialidade, tem originado algumas situações de mal estar entre os utentes do Serviço Regional de Saúde.

Embora fora do âmbito de competências desta Comissão e a uma pergunta feita sobre o assunto, o sr. vereador Jorge Rodrigues informou que o Edifício para instalação dos Serviços de Finanças ficaria concluído no prazo de 1 a 2 meses.

## **CAPÍTULO III**

### **REUNIÃO COM O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DA MADALENA**

A Comissão reuniu, no dia 12 de Junho, p.p., com o Presidente do Conselho de Administração, Dr. Victor Santos e o vogal administrativo, Jorge Terra.

Apresentados os cumprimentos da praxe e objectivadas as áreas de competência da Comissão, o sr. Presidente do Conselho de Administração procedeu a uma caracterização do Centro de Saúde que dirige.

Começou por dizer que a estrutura física fora "herdada" da Santa Casa da Misericórdia, tendo sofrido obras de beneficiação em 1980 e obras de remodelação e ampliação em 92/93. A ampliação referiu-se à criação de instalações para os Serviços

Administrativos e outros, havendo novos projectos que permitirão ao Centro de Saúde ficar com instalações suficientes e minimamente condignas.

O serviço ambulatorio é feito por 3 médicos e abrange as 5 freguesias do Concelho, as quais têm igualmente Postos de Saúde a funcionar nas Casas do Povo.

O quadro clínico é de 5 unidades, sendo 4 de clínica geral e 1 de Saúde Pública, não estando esta preenchida bem como 1 de clínica geral. Apesar dos anúncios feitos mesmo em jornais de circulação nacional, nenhum médico concorreu, à vaga posta a concurso.

Um dos médicos de clínica geral acumula as funções de autoridade de saúde.

O Centro de Saúde tem serviço de atendimento permanente, em regime de presença física, das 8H00 às 20H00 e das 20H00 às 8H00 em regime de prevenção.

Dispõe de 16 camas, com 3 enfermarias de 4 camas cada, 2 quartos particulares e 1 S.O. (Sala de Observações) com 2 camas.

O quadro de enfermagem é de 12 unidades, estando preenchidos 8 lugares, que asseguram os serviços de internamento, ambulatorio e domicilio.

O quadro administrativo é de 9 unidades, estando preenchidos 7 lugares.

O quadro de auxiliar de acção médica é de 6 e apenas estão ocupados 2 lugares.

O quadro de pessoal de Apoio e Vigilância é de 8 e está totalmente preenchido.

O serviço de laboratório é assegurado por 1 técnico auxiliar de diagnóstico. As urgências, a partir das 16H00, são asseguradas por um dos técnicos de cada Centro de Saúde, rotativamente.

Os serviços de radiologia são assegurados igualmente por 1 técnico auxiliar de diagnóstico.

O rácio médico/habitante é de pouco mais de 2.000 utentes.

Dos utentes inscritos só cerca de 60% são utilizadores activos dos Serviços de Saúde.

Nas consultas de grupos de risco, procura-se espaçar os tempos de consulta quando a gravidade do doente é relativa.

Foram, depois, colocadas várias questões sobre:

- Saúde Escolar
- Consultas de Especialidade
- Evacuações

- Aplicação da Portaria nº 68/94
- Deslocação de grávidas e mortalidade infantil
- Meios auxiliares de diagnóstico
- Orçamento/Dívidas
- Acções de formação
- Taxa de Ocupação

## **1 - SAÚDE ESCOLAR**

A vacinação é feita, nas extensões e Centro de Saúde, por equipas de pessoal de enfermagem.

Sempre que há suspeita de qualquer situação irregular de saúde, em alguma criança, são realizadas análises de rastreio.

## **2 - CONSULTAS DE ESPECIALIDADE**

As consultas de especialidade dos três Centros de Saúde existentes na ilha, concentram-se no Centro da Madalena.

Registam-se consultas de especialidade nas seguintes áreas:

- Otorrinolaringologia
- Oftalmologia
- Ginecologia, (de momento suspensa)
- Urologia
- Cardiologia (tendo o cardiologista da Horta suspenso a sua ida ao Pico)
- Ortopedia

Existe 1 médico de medicina dentária, na Madalena, que apenas exerce no âmbito da medicina privada.

## **3 - EVACUAÇÕES**

As evacuações normais são feitas para a Horta, usando as lanchas.

Em situação de emergência são efectuadas utilizando o helicóptero e directamente para o hospital que tenha a respectiva especialidade.

O contacto com o Hospital da Horta é fácil e idêntico ao que se verifica nas outras ilhas. Atendendo à maior estabilidade de permanência e experiência dos médicos colocados nos Centros de Saúde, consideram os mesmos, que deveriam ser eles próprios a estabelecer contacto directo com a Força Aérea para as evacuações de emergência.

Foi igualmente defendida a criação de um Centro de Coordenação para Evacuações de Emergência.

#### **4 - APLICAÇÃO PORTARIA N.º 68/94**

A deslocação para consultas de especialidade é autorizada ou não, nos termos da Portaria n.º 68/94 e seus normativos, pelo Hospital de referência (Horta), já tendo sido recusadas algumas deslocações a Angra do Heroísmo e Ponta Delgada. O processo clínico do doente é enviado à Horta, pronunciando-se a Junta Médica sobre o Hospital a que o doente se deve deslocar.

A referida Portaria foi considerada como adequada e bem elaborada, consubstanciando-se as dificuldades na falta de capacidade de resposta, rápida e eficiente, do Hospital da Horta bem como no seu número limitado de valências.

Os casos que têm suscitado maiores dificuldades são os de segunda consulta e dos doentes já anteriormente seguidos por determinado especialista.

O Hospital da Horta já indeferiu alguns casos de segunda consulta, não tendo sido indicada à Comissão, por falta de elementos, a sua percentagem global.

O número de consultas de especialidade, na Consulta Externa do Hospital da Horta, reservadas aos Centros de Saúde do Pico, não satisfaz, existindo um número considerável de utentes em lista de espera. Em Estomatologia a lista de espera chega a atingir 1 ano, não havendo possibilidade de recurso à área privada por falta de especialistas. No caso de Oftalmologia, o Hospital da Horta recorre à medicina privada.

No âmbito da Cardiologia a situação também se apresenta preocupante.

Quanto às razões porque alguns doentes se deslocam, a expensas suas, a Angra do Heroísmo ou a Ponta Delgada, foi a Comissão informada de que na Madalena só se registaram 2 casos e que a única explicação que poderia ser dada, como possível, seria, talvez, a dificuldade de acesso à especialidade e por falta de resposta do Hospital da Horta.

É entendimento do Presidente do Centro que o Hospital da Horta deverá contratar especialistas das valências que não possui.

## **5 - DESLOCAÇÃO DE GRÁVIDAS E MORTALIDADE INFANTIL**

O seguimento das grávidas é feito em mútua colaboração entre o Centro de Saúde e o Hospital da Horta e é considerado a um bom nível. Os partos são, regra geral, efectuados na unidade hospitalar.

A mortalidade infantil é considerada baixa e em nível decrescente.

## **6 - MEIOS AUXILIARES DE DIAGNÓSTICO**

Os existentes são precários e dado que os equipamentos foram dos primeiros a serem instalados na Região, já se encontram obsoletos.

O Laboratório é pouco diferenciado permitindo apenas ser utilizado em fases de triagem.

## **7 - ORÇAMENTO / DÍVIDAS**

As verbas do orçamento mantiveram-se iguais, sendo-lhes apenas retiradas as verbas destinadas às deslocações.

O déficit de 93/94, foi reduzido em cerca de 50%.

Os fornecedores estão pagos até Abril e há dinheiro para efectuar os pagamentos de Maio.

O Orçamento enferma de falta de verbas para a manutenção e aquisição de equipamento.

## **8 - ACÇÕES DE FORMAÇÃO**

As deslocações para Acções de Formação são autorizadas pelo Conselho de Administração, conjugando o número de pessoal existente e a funcionalidade dos serviços.

## **9 - TAXA DE OCUPAÇÃO**

Não foi indicada.

## **CAPÍTULO IV**

### **REUNIÃO COM A DIRECTORA DO EXTERNATO DA MADALENA**

O Externato da Madalena, do ensino privado, colmata a lacuna da não existência do Ensino Oficial naquele Concelho, até à entrada em funcionamento da nova Escola Cardeal Costa Nunes, em fase de construção.

Nele se lecciona dentro do princípio da gratuidade da escolaridade obrigatória, sendo o Externato compensado de tal pelo Governo Regional, mediante protocolo existente, sendo garantido o princípio do paralelismo pedagógico.

As principais dificuldades para obtenção de professores com habilitação própria verificam-se nas áreas de Matemática e Física.

O seu sucesso escolar ultrapassa os 80%.

Tem 25 turmas, com uma média de 20 a 24 alunos.

Frequentam o Externato 506 alunos.

Tem 13 professores com habilitação própria, 13 sem habilitação legal (3 com o 1º ano de Universidade), 3 com habilitação suficiente e 6 profissionalizados.

O quadro administrativo é composto por 4 funcionários e o quadro de Auxiliares de Acção Educativa é de 9.

O Externato lecciona o Ensino Secundário, garantindo o agrupamento 4.

Os principais problemas da escola são: falta de espaço e de material, mormente em Informática, para apoio às disciplinas de Serviço Comercial e Animação Social, apesar de, no ano anterior, ter sido fornecido à escola 1 computador e equipamento de laboratório.

O pagamento do pessoal é feito mediante as regras do contrato colectivo de trabalho. É dada, como incentivo aos professores, habitação gratuita, que seria dispensável, nesta fase, dado a maioria dos professores ser natural e residente no Pico.

O tempo de serviço dos professores é equiparado ao do Ensino Oficial.

Os alunos têm assegurada a Acção Social Escolar.

A escola funciona em regime de desdobramento das 8H00 às 19H00, sendo que o 2º ciclo não tem aulas ao sábado.

Não existem sintomas de delinquência.

O funcionamento do Externato está organizado de forma a que, sempre que se verifique a falta de um professor, os alunos são ocupados com outra actividade.

Existe, legalmente, uma Associação de Pais, cuja actividade é reduzida. O mesmo é válido para a Associação de Estudantes.

A Escola tem vários Clubes, a saber: União Europeia, (obteve o 1º prémio europeu com 1 trabalho em sistema de monopólio sobre a habitação degradada); Açores no Mundo; Jornalismo; Anti-Sida; Teatro e Música.

São dadas aulas de "compensação educativa" que se podem considerar como aulas de sucesso.

As áreas onde se nota maior necessidade de compensação são: Matemática e Português.

A proprietária do Externato, D. Cecília Amaral, gostaria de ali estabelecer as denominadas vias profissionalizantes, após a abertura da Nova Escola Secundária do Ensino Oficial.

O Presidente da Comissão agradeceu e elogiou a acção da professora D. Cecília Amaral, pelo serviço pioneiro e digno de registo ali feito, desde há 25 anos.

## **CAPÍTULO V**

### **VISITA ÀS FUTURAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA SECUNDÁRIA CARDEAL COSTA NUNES**

A Comissão, visitou as obras, da Escola Cardeal Costa Nunes, que se prevê entre em funcionamento em 96/97, embora sem estarem ainda concluídos o ginásio e os campos desportivos. A Comissão foi informada de que as obras começam a atingir um bom ritmo.

Esta escola, que foi adjudicada por 766 mil contos, terá, ao todo 52 salas, sendo 17 salas normais e distribuídas por 2 pisos, com interligação fechada entre os diversos blocos, vários alpendres a nível do 1.º andar, anfiteatro e diversos recantos de estar para os alunos, além do já mencionado ginásio e sala de Educação Física.

## **CAPÍTULO VI**

### **REUNIÃO COM A DIRECÇÃO DA RÁDIO PICO**

A Rádio Pico tem 4 funcionários polivalentes a tempo inteiro. É uma rádio cooperativa, com 120 cooperantes, não cobrindo a zona sul do concelho. Para fazer a cobertura integral do concelho teria que proceder à colocação de antenas noutras ilhas.

Para cobrir grande parte da ilha teria que recorrer à instalação de repetidores cujo custo é considerado demasiado elevado.

A Rádio Pico emite em FM.. Tem emissão própria das 8H00 às 22H00 e das 22H00 às 8H00 a Emissão é feita em colaboração com a Rádio Comercial, mediante recurso a antena parabólica. O seu maior encargo financeiro é com o pessoal e recebe os apoios previstos na legislação, sendo a energia paga pela própria rádio-cooperativa.

Pretendem a aquisição de um emissor cujo montante é de 500 contos. Têm sido feitos diversos investimentos, daí resultando um passivo relativamente elevado.

A publicidade é paga à peça sendo a tabela ligeiramente mais baixa do que a normal. O volume da publicidade, proveniente da ilha do Faial, começa a ser significativo. A publicidade oficial é igualmente paga.

Em colaboração com a Câmara Municipal da Madalena tentam encontrar um edifício onde possam ficar instalados a Rádio Pico e o Jornal "Ilha Maior".

A sua emissão musical é de 50% de música portuguesa.

Foi focada a possibilidade da criação de um grupo de "Amigos da Ilha do Pico", de forma a superar as questões de custos de emissão e de cobertura integral da ilha, em paridade com os outros concelhos. Notou-se que a reacção à hipótese colocada pela Comissão teve pouquíssima receptividade.

## **CAPÍTULO VII**

### **REUNIÃO COM O DIRECTOR DO JORNAL " ILHA MAIOR "**

Apresentados os cumprimentos e objectivos da Comissão, o Director do Jornal "Ilha Maior", José António Marcos Soares, caracterizou aquele Órgão de Comunicação Social.

Fundado em 22 de Julho de 1987, tem uma tiragem de 2000 exemplares, sendo, actualmente, um quinzenário. O seu objectivo é transformar-se em semanário. É propriedade do "Círculo de Amigos da Ilha do Pico", sendo o mais lido da ilha e tendo boa aceitação nas comunidades da diáspora picoense, quer se situem em outros locais da Região e do País, quer no estrangeiro.

Todo o Jornal é preparado na Sede, apenas sendo a impressão feita nas oficinas do jornal "Telégrafo",

A situação financeira é boa, não existindo dívidas.

Apenas tem um funcionário, ao abrigo do programa M.E.F.E., sendo o restante trabalho efectuado em regime de gratuidade.

A grande preocupação dos seus proprietários é recuperar o imóvel que é património e propriedade do referido "Círculo de Amigos da Ilha do Pico".

A terminar a reunião, o Director do Jornal teve algumas palavras de apreço pela presença e interesse da Comissão relativamente ao seu jornal. Aproveitou, igualmente, para manifestar o seu desagrado pelas curtas estadias do Governo naquela ilha.

## **CAPÍTULO VIII**

### **REUNIÃO COM O PRESIDENTE DA CÂMARA DAS LAJES**

Procedeu o Presidente da Comissão à apresentação de cumprimentos, e dos objectivos e áreas de competência desta Comissão da Assembleia Legislativa Regional. O Presidente da Câmara, Cláudio Lopes, saudou os deputados presentes e manifestou o seu apreço por esta visita de trabalho.

Aberto o diálogo foram colocadas as questões seguintes:

- Toxicoddependência e Delinquência Juvenil;
- Emprego e Formação Profissional;
- Cultura e Desporto;
- M.E.F.E.
- Parque Escolar
- Habitação
- Saúde
- Comunicação Social

#### **1 - TOXICODPENDÊNCIA E DELINQUÊNCIA JUVENIL**

Em termos numéricos, existe um pequeno grupo de toxicodpendentes, proporcional à pequenez do meio, que começa a gerar preocupação. O Sr. Presidente da Câmara teve já contactos com a G.N.R. e a P.S.P. no sentido de uma acção conjunta, de

forma a tentar evitar o alastramento do problema, por julgar ser, ainda, uma altura ideal para "cortar o mal pela raiz".

O conhecimento mútuo, próprio dos meios pequenos, dificulta a resolução de certas situações, podendo mesmo afirmar-se que tem havido uma certa falta de coragem, por parte das entidades mencionadas.

Tal situação de toxicodependência e delinquência resulta, em parte, da falta de perspectivas de emprego, de um desenvolvimento económico e social cujo crescimento não foi devidamente acompanhado e da pouca ou deficiente ocupação dos tempos livres.

O mercado de trabalho, a nível de quadros, encontra-se saturado por jovens.

## **2 - EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

As entidades empregadoras do Concelho reduzem-se à Câmara Municipal, à Lacto-Pico, Centro de Saúde e Bancos, não havendo alternativas na iniciativa privada.

A Câmara, como entidade promotora, não realizou qualquer curso de formação profissional, embora tal objectivo esteja nos seus horizontes.

Contudo, deu o seu apoio aos cursos promovidos pelas Secretarias Regionais da Agricultura e Pescas, da Educação e Cultura, da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia, nas aéreas de empresários agrícolas e de técnicos profissionais de agricultura, de vitivinicultura e de gestão agrícola. Tais cursos foram ministrados por Monitores do Ensino Oficial e Técnicos das respectivas áreas. Os resultados obtidos são considerados satisfatórios.

É objectivo do Sr. Presidente pressionar o Governo no sentido de dotar, com as condições necessárias a uma boa formação profissional, a Quinta Matos Souto.

## **3 - CULTURA E DESPORTO**

Tem sido dada particular atenção a estas 2 áreas, tendo a Câmara 2 colaboradores com formação superior a orientá-las e a coordená-las.

Para além do apoio logístico, a Câmara dispendeu, no ano transacto, 42.000 contos em apoios monetários, sendo 12.000 contos no apoio à Semana dos Baleeiros.

No Concelho existem 6 filarmónicas, com grande número de jovens; o Grupo Coral das Lajes, (com deslocações feitas a São Miguel e gravação de 1 disco); 2 Grupos Folclóricos em S. João; 2 Equipas de Futebol: o Grupo Desportivo da Piedade e o Grupo Desportivo Lajense, existindo ainda o Grupo Desportivo Ribeirense que se dedica à patinagem e ao voleibol.

Na construção das sedes destas associações o apoio dado foi em materiais, à excepção do Clube Naval cujo apoio foi de natureza financeira.

#### **4 - M.E.F.E**

A Câmara tem ao seu serviço três trabalhadores ao abrigo do programa M.E.F.E

#### **5 - PARQUE ESCOLAR**

Pode considerar-se bom o parque escolar, existindo boa colaboração entre a autarquia e a SREC e indo a Câmara, nas denominadas pequenas reparações, bastante mais além do previsto na legislação.

Entre a Câmara anterior e a DREFD foram celebrados 4 protocolos para cimentação de parte dos logradouros escolares, estando em preparação a assinatura de mais um protocolo.

No Orçamento da Câmara está destinada uma verba significativa para o 1º Ciclo do Básico e Educação Pré-Escolar. De um protocolo celebrado entre a Câmara e a DRE, aquela pagou a instalação de telefones nas Escolas do 1.º Ciclo do Básico e a DRE suporta as taxas telefónicas.

No âmbito do Ensino Pré-Escolar serão construídos anexos na Silveira, Almagreira, Ribeira Seca e Ribeiras.

Coloca-se a hipótese da aquisição de uma carrinha a fim de transportar os alunos da Ribeira do Meio para o anexo da Ribeira Seca, dado o seu número ser diminuto.

## **6 - HABITAÇÃO**

Neste âmbito existem algumas situações de carência estando tipificadas, de imediato, pelo menos 12 habitações degradadas. Para um melhor enquadramento de cada caso, no programa de realojamento, já foi solicitada ajuda ao Instituto de Acção Social (IAS).

Outros apoios pontuais estão a ser concedidos através das Juntas de Freguesia.

## **7 - SAÚDE**

Os cuidados de saúde são razoáveis, tendo o Centro de Saúde sido melhorado recentemente e estando equipado com os meios mínimos para a realização de partos em situação de emergência.

## **8 - COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Só é audível a RDP e, mesmo assim, em condições deficientes. A configuração orográfica do Concelho obriga a que sejam realizados investimentos para uma boa recepção.

Existe uma Cooperativa constituída e designada por "Rádio Montanha".

## **CAPÍTULO IX**

### **REUNIÃO COM OS RESPONSÁVEIS DO JORNAL " O DEVER "**

O Jornal é propriedade da Igreja Matriz das Lajes, sendo seu director o Padre Manuel Pereira Garcia, chefe de redacção, o Padre Luciano Oliveira e tendo como administradores os Padres Luciano Oliveira e Pedro Carreiro.

Foi fundado a 2 de Junho de 1917, na Vila da Calheta, em São Jorge, pelo Padre Xavier Madruga, tendo sido transferido, com o seu fundador, para as Lajes do Pico, onde é editado.

Quer o edifício quer o parque gráfico, muito antigo, encontram-se em condições extremamente degradadas.

Apenas tem um funcionário a tempo inteiro, tendo sido apresentada, recentemente, uma candidatura ao M.E.F.E..

A sua tiragem semanal é de 1600 exemplares, encontrando o seu principal mercado nas ilhas do Pico e Faial.

Ainda não foi feita candidatura à Legislação que permite a renovação do parque gráfico, por não terem meios financeiros que lhes assegurassem o pagamento à banca do empréstimo a contrair, enquanto não fossem concedidas as verbas resultantes da candidatura.

O Jornal é impresso nas oficinas do " Correio da Horta"

## **CAPÍTULO X**

### **REUNIÃO COM O PRESIDENTE E SECRETÁRIO DO CONSELHO DIRECTIVO DA ESCOLA PREPARATÓRIA DAS LAJES**

Presentes na reunião a Presidente e o Secretário do Conselho Directivo.

Apresentados os cumprimentos, foi feita a caracterização da Escola. Esta tem 33 turmas, entre ensino diurno e nocturno, respeitando este último ao ensino recorrente ou por unidades capitalizáveis do 3º ciclo. Funcionam 3 turmas nas Lajes e 1 na Madalena.

Na Madalena a turma funciona na Escola do 1º Ciclo, com o apoio logístico e docente da Escola Preparatória das Lajes.

A escola tem 651 alunos, 585 nos cursos diurnos e 66 nos nocturnos.

Tem 61 professores, 3 dos quais no ensino recorrente, 61% dos professores com habilitação própria; 10% com habilitação suficiente e 29% sem habilitação legal.

É considerada uma das escolas com maior percentagem de professores com habilitação própria, sendo a maior parte do Continente, não havendo, contudo, muita tendência para a fixação. A área de Química não tem nenhum professor com habilitação própria.

A Presidente do Conselho Directivo informou a Comissão das queixas que existem, por parte dos colegas do Continente, quanto à falta de informação sobre as vagas existentes e datas dos concursos.

O Quadro de Pessoal de Acção Educativa é de 23 funcionários, estando completo. Foi pedido o aumento do quadro para 26 unidades.

O quadro de funcionários administrativos é de 10 e tem preenchidos 9 lugares.

Não foi autorizado o preenchimento da vaga de jardineiro.

Não há atrasos significativos nos pagamentos do FRASE.

As aulas de compensação educativa estão a funcionar, embora condicionadas pela falta de espaços.

A escola foi, inicialmente, programada para 300 alunos.

As aulas de compensação funcionam do 5.º ao 9.º ano, com particular incidência em Português, Matemática e Inglês.

Não há apoio específico para os deficientes. Está em estudo, por parte da SREC a viabilidade da instalação de um núcleo de Educação Especial.

Não há aulas ao sábado e a Escola trabalha em desdobramento. O número de alunos por turma, no 2.º ciclo, é, em média, de 25. No 3.º ciclo o número de alunos, por turma, pode ir até aos 35.

O sucesso escolar pode considerar-se bom até ao 9.º ano. No Secundário aumenta 20% relativamente ao da escolaridade obrigatória.

O Conselho Directivo queixa-se da falta de preparação adequada dos alunos que recebe do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Foi referida, com insistência, a necessidade da implementação da via profissionalizante.

Não se regista, por parte dos alunos, fuga à Escola.

Da parte dos professores o absentismo aumenta no Natal e na Páscoa. É de realçar, porém, o seu empenho profissional.

Embora estando os Estatutos já aprovados, quer para a Associação de Pais, quer para a Associação de Estudantes, estas não têm elementos constitutivos.

Nota-se um número significativo de alunos com carências económicas e afectivas o que gera alguma agressividade, havendo mesmo dois casos de roubo e indícios de situações de consumo de droga, que tendem a agravar-se.

O acesso de estranhos à área escolar não é controlável uma vez que o espaço circundante da escola não é vedado.

## **CAPÍTULO XI**

### **REUNIÃO COM O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DAS LAJES**

A Comissão foi recebida pela Presidente do Conselho de Administração, Dr<sup>a</sup>. Paula Casals.

O Concelho tem 5000 habitantes. O quadro clínico é de 4 clínicos gerais e 1 de saúde pública. Existem, ao serviço, 3 médicos de clínica geral. O quadro de enfermagem é de 10 unidades, tendo 6 enfermeiros em exercício de funções.

O Centro de Saúde tem 18 camas, sendo 4 destinadas à hipótese da existência de partos, dado terem uma enfermeira de obstrectícia em regime de prevenção permanente.

O serviço de urgência funciona, em regime de presença física, das 8H00 às 18H30 e das 18H30 às 8H00, em regime de prevenção.

O Centro tem 4 extensões de saúde, com a presença diária de pessoal de enfermagem e consultas semanais.

Cada médico tem a denominada situação de "Consulta Aberta", em que o doente, em caso de necessidade, é atendido pelo seu médico de família.

A lista de espera para consultas varia entre 1 mês a 1 mês e meio.

Os nascimentos que ocorrem no Pico devem-se a causas de ordem familiar, geralmente de agregados numerosos, que não têm com quem deixar os outros filhos. Em 1994 registaram-se 11 partos e, até Junho de 95, 2 partos.

A mortalidade infantil tem descido, significativamente, devido à acção realizada pelos Serviços de Saúde.

Correm boatos da existência de alguns toxicodependentes, mas não há casos de recurso a tratamento.

Quanto à Portaria n.º 68/94 foi a Comissão informada do seguinte:

O regulamento da deslocação de doentes foi, previamente, discutido com a classe médica e corresponde, na sua essência, ao que foi proposto, sendo considerado como uma boa alternativa. Contudo, da sua aplicação prática têm resultado inconvenientes, quer para os médicos quer para os utentes, criando situações de incómodo e de instabilidade, embora se considere ser ainda cedo para uma avaliação correcta da aplicabilidade do mesmo, dada a fase de adaptação que ainda decorre.

Desde a entrada em vigor da Portaria e seus normativos, o pessoal médico deliberou que no Centro de Saúde, não haveria lugar à realização de Juntas Médicas, dado que a decisão final cabe à Junta Médica do Hospital da Horta.

É de considerar a isenção e o rigor com que sempre as Juntas Médicas deste Centro de Saúde deliberaram, considerando, por isso, que a sua dignidade profissional foi atingida.

A demora do envio das passagens, pelo Hospital da Horta, leva a que a Presidente do Conselho de Administração julgue conveniente que aos Centros de Saúde sejam facultadas, pelo menos, as verbas para a primeira deslocação ao Hospital de referência, embora, posteriormente, a responsabilidade dos pagamentos passe a estar a cargo do respectivo Hospital. Por outro lado, foi reforçada a ideia de que aos clínicos gerais deveria ser dada a possibilidade de indicação da especialidade para que o utente deveria ser encaminhado.

O Centro de Saúde não possui casa funerária.

## REUNIÃO COM A DIRECÇÃO DA "RÁDIO MONTANHA"

A direcção é constituída pelos srs. Fernando Cardoso (presidente), Mário Goulart e Virgínio Madruga, vogais.

Pela voz do seu presidente foi feito o historial da Cooperativa, constituída, legalmente, como pessoa colectiva, a 24/02/91.

Em 1989 não conseguiram reunir as condições necessárias de modo a que lhe fosse atribuída a frequência destinada ao Concelho das Lajes.

Em 1991, após a sua constituição legal, fizeram contactos diversos com diferentes entidades, incluindo o Sr. Ministro da República, sem terem conseguido atingir os seus objectivos, apesar de ter sido posto a circular um abaixo-assinado que recolheu 1400 assinaturas. Por outro lado, em 1992 chegaram a fazer emissões piratas, até serem contactados pelos C.T.T. a fim de que as mesmas fossem suspensas..

Por vários membros da Comissão foi explicado à Direcção, que esta era uma competência que não estava atribuída à Região e que só dizia respeito ao Governo da República.

## CAPÍTULO XIII

### REUNIÃO COM O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE SÃO ROQUE

Apresentados os cumprimentos da praxe foram colocadas várias questões sobre:

- Delinquência Juvenil e Toxicodependência;
- Educação;
- Emprego;
- Saúde;
- Habitação;
- Apoio à 3.<sup>a</sup> Idade;

## **1 - DELINQUÊNCIA JUVENIL E TOXICODPENDÊNCIA**

Foi instalada, no Concelho, a Comissão de Protecção a Menores da qual faz parte o Presidente da Câmara Municipal, Manuel Joaquim Neves Costa.

Existem alguns casos identificados de menores de 12 anos com alguns problemas de delinquência, o que é considerado já como muito preocupante, dada a dimensão populacional local. A sua proveniência é, regra geral, de famílias com poucos recursos económicos e de base cultural reduzida.

Os horários de encerramento da Discoteca local são contestados pela opinião pública do Concelho, que defende o seu encerramento muito mais cedo.

Começa a sentir-se na camada juvenil alguma tendência para o alcoolismo e, possivelmente, algumas experiências com drogas leves.

Os horários de funcionamento da discoteca, acima referidos, parecem incentivar o aparecimento destes problemas sociais.

Começam a ser estudadas e implementadas algumas medidas tendentes a criar novas motivações de ocupação dos tempos livres, dos jovens. Como exemplo, foi apresentado o incremento dos desportos náuticos e outras actividades desportivas.

## **2 - EDUCAÇÃO**

A Educação Pré-Escolar funciona em todas as freguesias do Concelho, à excepção da freguesia de Santo Amaro onde foi encerrada pela inexistência de crianças em idade pré-escolar.

A baixa da taxa de natalidade sente-se em toda a ilha, mas, com particular incidência no Concelho de São Roque, prevendo-se que, dentro de 3 a 4 anos, muitas das escolas do 1.º Ciclo do Básico possam fechar por número insuficiente de alunos.

O parque escolar encontra-se bastante degradado, de tal modo que as intervenções que terão de ser feitas já se incluem no âmbito das grandes reparações. A Câmara já iniciou obras nas duas escolas com maior grau de degradação, ou seja a do Plano dos

Centenários de São Roque e Escola de Santo Amaro, onde irá ser investida uma verba de 2.500 contos.

Em S. Roque existem o Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia e um lugar oficial do Ensino Pré-Primário, que funciona em instalações da Junta de Freguesia, com o inconveniente das instalações sanitárias serem exteriores ao edifício. Como alternativa, pensa a Câmara construir um anexo na Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

No que concerne à Escola Preparatória há que resolver os problemas de falta de espaços, nomeadamente de um refeitório, dado que a escola trabalha em desdobramento e o serviço de cantina origina uma alimentação deficiente, tendo em consideração os horários de funcionamento.

### **3 - EMPREGO**

O desemprego é um problema que se agudiza no Concelho, agravado pelo encerramento da "Tunapesca" que conduziu à extinção de 40 postos de trabalho.

Prevê-se que a situação se agrave dado esperar-se, para breve, a declaração de "situação económica difícil" da empresa Imopico.

A empresa Cruz Leal, que faz as obras de saneamento básico no Concelho, com cerca de 40 postos de trabalho, emprega, 95% de mão de obra local. Acabadas as obras novos problemas poderão surgir.

Tal situação é preocupante não só ao nível de emprego como ao nível de um quadro de pessoal camarário de 90 trabalhadores indiferenciados, que, não podendo ser rescindidos os seus contratos, trazem custos acrescidos à Câmara.

A anterior gestão camarária preferia a execução de obras por administração directa, o que não é política aceite pelo novo elenco camarário.

A Câmara possui 1 trabalhador ao abrigo do programa M.E.F.E. e vai candidatar-se ao novo programa CTTS (Colocação Temporária de Trabalhadores Subsidiados), considerado mais benéfico já que o trabalhador continua a receber o subsídio e a entidade empregadora completa a verba em falta para o auferimento do salário correspondente à sua categoria profissional à data do despedimento.

Como nota positiva constata-se que um número crescente de jovens se vem dedicando à criação de empresas agrícolas, prevendo-se que, nos próximos 3 a 4 anos, esse número aumente significativamente dada a idade etária avançada de muitos dos actuais agricultores.

O programa de arroteias realizado no Pico foi fundamental para este incremento da actividade agrícola, considerada o suporte da economia açoriana e, muito particularmente, da ilha do Pico.

Os dados estatísticos não correspondem ao desemprego real.

#### **4 - SAÚDE**

As reclamações sobre deslocação de doentes não têm chegado à Câmara, enquanto instituição. No entanto, na sua qualidade de cidadão o Sr. Presidente da Câmara tem sido receptor de várias queixas e reclamações, mormente quanto ao tempo de espera da lancha, no caso das evacuações e sobre a qualidade das condições de transporte.

As obras do Centro de Saúde prosseguem a bom ritmo, indo a nova unidade melhorar a qualidade do Serviço a prestar aos utentes do Serviço Regional de Saúde.

#### **5 - HABITAÇÃO**

O parque habitacional do Concelho encontra-se bastante degradado. Contudo, a nova legislação vai permitir alterar a situação se houver disponibilidade financeira.

O Bairro Social das Flores, em São Roque, com 10 fogos, encontra-se em fase de suspensão de obras, dada a falência da firma a quem foi adjudicado. Espera-se a visita do Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para ser estudada uma solução concertada para a continuação da sua construção.

#### **6 - APOIO À TERCEIRA IDADE**

O apoio ao domicílio, na Vila de São Roque, é feito pelos serviços da Santa Casa da Misericórdia e pelos serviços da Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social, através das Casas do Povo, nas áreas rurais, porém, este serviço não abrange todo o concelho. Os moldes de funcionamento são diferenciados dos de outras ilhas, não sendo prestado apoio diário nem completo.

Sendo a população do Pico uma das mais envelhecidas da Região, regista-se uma grande lista de espera para internamento em Lares de 3.<sup>a</sup> Idade.

## **CAPÍTULO XIV**

### **REUNIÃO COM O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE SÃO ROQUE**

A Comissão, acompanhada pelo Presidente do Conselho de Administração, Dr. Afonso Magalhães e pela vogal administrativa, Teófila de Medeiros, visitou as obras de construção do novo Centro de Saúde de São Roque.

A área coberta do novo Centro de Saúde é de 3000 m<sup>2</sup>.

É uma obra orçada, inicialmente, em 575 mil contos, acrescidos de mais 19 mil, pela inclusão do projecto de uma sala de pequena e média cirurgia, sendo o seu custo final, incluindo as revisões de preços, de 800 mil contos.

A empresa construtora é a Tecnovia, tendo a obra recuperado o ritmo normal de trabalho. Não se verificam quaisquer atrasos nos pagamentos ao empreiteiro.

Prevê-se que parte da construção civil fique pronta no final do corrente ano.

A envolvente do Centro faz parte do projecto, estando os caminhos de acesso a ser executados pela Câmara Municipal.

Do projecto consta uma casa mortuária.

Os membros do Conselho de Administração presentes consideram que a entrada em funcionamento do novo Centro de Saúde, deveria levar à revisão do quadro de pessoal.

A Comissão foi informada sobre os seguintes aspectos:

O actual Centro de Saúde tem 3600 utentes, 3 médicos de clínica geral, tendo o quadro capacidade para mais 1 médico. O quadro de enfermagem tem 11 lugares, estando preenchidos 7 lugares, havendo ainda, 1 auxiliar de enfermagem. O quadro de pessoal administrativo está completo.

O Centro de Saúde possui 4 enfermarias, de 3 camas cada, e 4 quartos particulares. A taxa de internamento é bastante baixa e reduziu, significativamente, com a implementação do Serviço de Apoio Domiciliário.

A entrada em funcionamento do novo Centro de Saúde cria a necessidade de centralizar alguns serviços, nomeadamente o serviço de urgência permanente, quer pelas melhores condições de atendimento, quer pela economia de meios humanos e financeiros.

O pagamento aos fornecedores está em dia.

Nas evacuações aéreas surgem alguns problemas de articulação com o Hospital de Angra e deste com a Força -Aérea.

Com as evacuações marítimas não tem havido problemas, mesmo quando a lancha se encontra na Horta, já que o tempo que esta leva a chegar ao Pico é o correspondente, aproximadamente, ao que o doente leva a chegar à Madalena.

É entendimento de que deveriam ser os hospitais a enviar as equipas de saúde necessárias para fazerem o acompanhamento do doente a evacuar.

O acompanhamento das grávidas é feito regularmente, devendo o parto realizar-se em unidades de saúde.

Na sua deslocação para a Horta, as parturientes são, regra geral, acompanhadas pela enfermeira do Centro de Saúde das Lajes, especializada em obstetrícia.

As grávidas que recusem deslocar-se para a Horta, na altura do parto, assinam um termo de responsabilidade.

No campo da toxicodependência, os casos esporádicos que têm aparecido no Centro não são de residentes.

No entanto, tem-se feito algum trabalho de prevenção e procedido à realização de inquéritos.

Até há bem pouco tempo havia um protocolo com o Hospital da Horta em que este deslocava alguns especialistas que davam apoio ao Centro. Essa deslocação está, actualmente, suspensa.

Relativamente à aplicação da Portaria n.º 68/94, o Conselho de Administração acatou as instruções da Secretaria da tutela. Contudo, tem-se verificado que os médicos do Hospital da Horta, regra geral, não têm em atenção o diagnóstico feito pelos médicos locais ou de família.

Assim, foi sugerida uma sensibilização pedagógica junto daqueles.

## **CAPÍTULO XV**

### **REUNIÃO COM O CONSELHO DIRECTIVO DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SÃO ROQUE**

Na reunião estiveram presentes os 3 membros do Conselho Directivo, professores Manuel Tomás, Helder Goulart e Carla Matos. Efectuadas as apresentações da praxe, procedeu-se à caracterização da Escola. Esta tem 550 alunos, que vão desde o 5.º ao 12.º anos. Desde 1986 que ali funciona o Ensino Secundário. O 10.º e 11.º ano têm os 4 agrupamentos que possibilitam o prosseguimento de estudos.

A escola funciona em desdobramento bem como ao sábado até às 13 horas.

A média de alunos por turma varia entre os 20 a 25 alunos, tendo 2 turmas do 12.º ano, com 30 alunos cada.

O problema mais grave da escola é a inexistência de refeitório, de cozinha e a falta de espaço. Tem 18 salas normais, não tendo laboratórios nem salas específicas.

A compensação educativa é feita com dificuldade, dada a falta de espaço já mencionada. Na escola não existe psicólogo. Por isso foi requisitado um técnico de Psicologia, a São Miguel, para ajudar o acompanhamento de alguns alunos com problemas específicos.

Verificam-se algumas situações de insegurança dado o mau estado de conservação e a localização da escola em cima de furnas o que provoca, por vezes, abatimentos.

O ginásio tem infiltrações de água e as grades não oferecem segurança.

As paredes exteriores da escola nunca foram acabadas.

As obras estão prometidas há muito tempo, tendo sido adjudicada a fiscalização da complementação das obras à Norma-Açores, por 32 mil contos.

50% dos alunos são do concelho e os restantes do Concelho da Madalena.

Relativamente à formação dos professores apelou-se para o reforço deste processo.

Os agrupamentos 2 e 3 apresentam dificuldades relativamente ao corpo docente.

O pessoal administrativo é suficiente.

Foram formados os seguintes clubes:

- Clube Europeu;
- Clube Anti-Sida;
- Clube de Jornalismo;
- Clube desportivo;
- Grupo Folclórico;
- Orquestra Juvenil (que não possui ainda personalidade jurídica)

A escola possui uma estação de rádio, designada por "Cais 11" - A voz da Escola" e um jornal intitulado "Cais 10".

Não existe Associação de Alunos nem de Pais. Contudo, quer pais, quer alunos elegeram os seus representantes que têm assento no Conselho Pedagógico da Escola.

No actual ano lectivo, o corpo docente conta com 74% de professores com habilitação própria e/ou profissionalizados, 26% sem habilitação própria, nomeadamente, nas áreas de Tecnologia (EVT), de Educação Física e Música.

Os grupos de Matemática e Físico Química têm professores com habilitação própria.

Relativamente ao FRASE não se verificam atrasos nos pagamentos. Nos transportes escolares existem atrasos de cerca de 9 meses.

Na saúde escolar há um óptimo relacionamento com o Centro de Saúde local, bem como uma relação estreita com a comunidade o que facilita a detecção e rápida solução dos problemas que surjam.

Não existem situações de toxicodependência nem de indisciplina.

Para a instalação do laboratório de Informática a Sala dos Professores foi dividida ao meio, contudo, foi referido que a grande preocupação do actual Conselho Directivo se prende, acima de tudo, com a qualidade.

É de registar que muitas das obras realizadas na escola são executadas pelo pessoal auxiliar e que, apesar de todas as dificuldades de espaço, a escola apresenta um aspecto de impecável limpeza, criando assim um ambiente agradável.

## **CAPÍTULO XV**

### **REUNIÃO COM A DIRECÇÃO DA COOPERATIVA RÁDIO CAIS**

A Comissão reuniu com o Presidente e o Secretário da Cooperativa, Duarte Freitas e Alberto Xavier, respectivamente.

Esta nasce da vontade de um grupo de pessoas que querem participar na vida cultural do Concelho, através da Rádio ou, na impossibilidade da obtenção da necessária autorização, criando um Jornal.

A frequência de São Roque já esteve ocupada e a Rádio Pico não é audível neste Concelho.

Contudo, a Direcção mantém a esperança de conseguir o respectivo alvará de radiofusão.

As estações que melhor se ouvem nesta zona, são: a Rádio Lumena (a mais ouvida), a RDP e a Rádio Horizonte.

Porém, o objectivo da cooperativa não se circunscreve à actividade radiofónica, pretendendo intervir na difusão da cultura local, promovendo a animação, a informação e fomentando a criatividade.

São seus objectivos imediatos: formalizar juridicamente a constituição da cooperativa; obter as instalações e os equipamentos necessários e criar uma linha editorial séria e objectiva.

O presente relatório foi aprovado com a abstenção do deputado Francisco Sousa, cuja declaração de voto se anexa.

### **Declaração de Voto**

Declaro que me abstenho na votação do presente relatório em virtude de não ter participado nesta visita.

Ponta Delgada, 31 de Agosto de 1995.

**O Deputado Regional, *Francisco Sousa*.**

**Presidente:** Pedia ao Sr. Deputado relator da Comissão de Economia, Finanças e Plano, o favor de proceder à leitura do relatório.

**Deputado Rui Luís (*PSD*):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

**Relatório da Comissão de Economia, Finanças e Plano a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.**

*(Ante- Período Legislativo de Setembro de 1995)*

## CAPÍTULO I

### Introdução

A Comissão de Economia, Finanças e Plano, é constituída pelos seguintes deputados:

#### **Partido Social Democrata (PSD)**

- Victor Evaristo (Presidente)
- Rui Luís (Relator)
- António Almeida

- Gaspar da Rosa
- Gastão Pacheco
- Humberto Melo
- Manuel Brasil

### **Partido Socialista (PS)**

- Francisco Oliveira (Secretário)
- Dionísio Sousa
- Mário Machado
- Fernando Lopes
- Manuel Serpa

### **Deputado Independente**

- Manuel António

## **CAPÍTULO II**

### **Generalidades**

1 - No decorrer deste ante-período legislativo a Comissão efectuou as seguintes reuniões:

- a 12 e 13 de Junho, em Ponta Delgada
- a 21 e 22 de Junho, em Angra do Heroísmo
- de 28 a 31 de Agosto, na ilha do Pico.

2 - Nas reuniões dos dias 12 e 13 de Junho, o deputado António Almeida foi substituído pelo deputado Victor Cruz e os deputados Gaspar da Rosa e Mário Machado faltaram justificadamente.

3 - Nos dias 21 e 22 de Junho a deputada Fátima Oliveira substituiu o deputado Manuel Brasil, o deputado Mário Machado foi substituído pelo deputado Fernando Fonte, tendo o deputado Gaspar da Rosa faltado justificadamente.

4 - De 28 a 31 de Agosto o deputado Victor Evaristo foi substituído pelo deputado João Cunha, o deputado Mário Machado pelo deputado Rui Ávila e o deputado Dionísio Sousa faltou justificadamente.

5 - Às reuniões dos dias 28 a 31 de Agosto o deputado Manuel António faltou justificadamente.

### **CAPÍTULO III**

#### *Trabalhos Realizados*

A Comissão discutiu a deu parecer aos seguintes diplomas:

- Projecto de Dec. Leg. Reg. de alteração ao DLR nº 1/91/A - Sistema de Incentivos à Aquisição de Terra por Rendeiros.

- Proposta de Dec. Leg. Reg. - Desafecção de Terreno do Núcleo Florestal da Achada para implantação da Escola de Bombeiros e Campo de Manobras.

A Comissão reuniu com o Secretário Regional de Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia, dando cumprimento à Resolução 9/95/A - Sistema de Armazenamento e Distribuição de Combustíveis, estando a aguardar as conclusões de um estudo elaborado pela referida secretaria.

Relativamente à Resolução n.º 8/95/A - Protocolo Financeiro Plurianual, a Comissão ouviu o Secretário Regional de Finanças, tendo sido elaborado um relatório que já foi distribuído aos Srs. Deputados.

A Comissão reuniu também com a Direcção da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, a qual entregou à Comissão um estudo sobre os Regimes Fiscais dos Territórios Ultraperiféricos. A Comissão decidiu criar uma Sub-Comissão para acompanhar a evolução desta questão. A Sub-Comissão é constituída pelos deputados Victor Evaristo; Rui Luís; Dionísio Sousa; Fernando Lopes e Manuel António.

A Comissão, no decorrer dos seus trabalhos na ilha do Pico e no âmbito das suas competências regimentais, reuniu com as Câmaras Municipais da Madalena, São Roque e Lajes, e ainda com a Associação de Agricultores, tendo visitado o Estaleiro

Mar e Mar, a Adega Cooperativa Vitivinícola, a Cooperativa Flor de Incenso; a Fábrica da Cofaco; a Queijaria Vitocel e o Parque de Campismo de São Roque. Desta visita foi elaborado o respectivo relatório que se anexa.

## **CAPÍTULO IV**

### **Trabalhos Pendentes**

1 - Proposta de Resolução n.º 15/94 - Conta da Região Autónoma dos Açores referente a 1993.

2 - Proposta de Dec. Leg. Reg. n.º 8/95 - Criação de uma linha de crédito de curto prazo para a agricultura.

(Após uma primeira apreciação, a Comissão entendeu adiar a sua discussão final para uma próxima reunião da Comissão, ouvindo o Secretário da Tutela).

Madalena, 31 de Agosto de 1995.

**O Relator em exercício**, Gaspar da Rosa

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**O Presidente em exercício**, Rui Luís

## **ANEXO**

### **Relatório da reuniões efectuadas pela Comissão na ilha do Pico.**

A Comissão reuniu com as Câmaras Municipais da ilha do Pico, nomeadamente, Madalena, São Roque e Lajes e ainda com a Associação de Agricultores. Os temas abordados foram, basicamente, os seguintes:

- Agricultura e Pescas
- Turismo e Ambiente

- Transportes e Comunicações
- Comércio, Indústria e Energia

### **Reunião com a Câmara Municipal das Lajes**

**Agricultura** - é o sector da actividade económica que predomina no concelho, sendo a base de sustento dos agregados familiares locais. No contexto da ilha é o concelho com melhor capacidade agrícola, embora por vezes se sinta dificuldades no escoamento e colocação dos produtos.

**Transportes e Comunicações** - a localização do concelho dificulta a mobilidade, principalmente, nos transportes marítimos, embora não seja fundamental nem prioritário um cais acostável para o desenvolvimento concelhio, desde que a rede viária permita o acesso rápido e seguro ao Porto Comercial e ao Aeroporto.

**Turismo** - o concelho possui potencialidades turísticas que, em conjunto com os outros concelhos, podem determinar o seu desenvolvimento - Destaca-se o projecto integrado, em construção, da Aldeia da Fonte, Pico Golfê e Hotel Atlântico.

**Ambiente** - a poluição no concelho não é preocupante. O Projecto do Aterro Sanitário da ilha do Pico está elaborado e aguarda a aprovação estando em curso a constituição de uma associação dos três municípios para gestão da recolha e tratamento do lixo.

**Comércio** - foi levantada a questão da inactividade da Câmara do Comércio naquela ilha, facto que poderá ocasionar problemas, nomeadamente na operacionalidade do sistema de incentivos SIRALA, cuja gestão compete às autarquias em conjugação com as câmaras do comércio.

### **Runião com a Câmara Municipal da Madalena**

**Agricultura** - concelho vocacionado para o sector vinícola, onde a reconversão da vinha tem atingido um nível satisfatório, com resultados incentivadores, traduzidos nos novos vinhos "terras da lava" e "Basalto".

**Pescas** - sector privilegiado no concelho, não só pelo número de pescadores da faina do Atum, como também da mão de obra afecta à laboração e transformação do pescado pela fábrica da Cofaco.

**Transportes** - a ligação Madalena-Horta assume uma importante relevância, na qual a Transmaçor tem procurado servir com alguma comodidade. No entanto, o serviço prestado pela mesma empresa com ligação a outros pontos das ilhas do triângulo é deficitário.

Foi sugerida a aquisição de uma lancha mais rápida que efectuassem esses percursos e que ficasse estacionada na Madalena. Outra questão levantada foi a da confusão que se gera no cais com as cargas e descargas e a zona de embarque, havendo a necessidade de se construir uma gare de passageiros.

Quanto aos transportes aéreos é preocupação da Câmara o custo das passagens praticado quer pela SATA quer pela TAP, incompatível com a implementação de uma melhor actividade turística.

O alargamento e aumento do aeródromo do Pico viria a aumentar o fluxo turístico, principalmente, das comunidades emigrantes dos EUA e Canadá.

**Turismo** - foi referida a necessidade de se criar incentivos, nomeadamente, para aproveitamento e desenvolvimento do legado cultural da vinha.

Está prevista a construção de uma casa de apoio na base da montanha do Pico e a constituição de um grupo de guias, havendo também um protocolo com os bombeiros para a segurança da montanha. A escalada da montanha será cada vez mais um dos cartazes turísticos da ilha.

### **Reunião com a Câmara Municipal de São Roque**

**Pescas** - o encerramento da fábrica Tunapesca teve principalmente reflexo na mão-de-obra feminina. Existe, neste momento, alguma expectativa relacionada com a entidade que alugou a fábrica para reiniciar a sua laboração.

**Ambiente** - foi referido o problema da eutrofilização da Lagoa do Caiado e da Lagoa do Capitão, situações que parecem estar em franca recuperação.

**Turismo** - já está em funcionamento no concelho o parque de campismo, inaugurado recentemente, e que poderá constituir um importante polo de dinamização turística.

Foi realçado a importância do triângulo e da possibilidade da constituição de um circuito turístico entre estas três ilhas, preferencialmente de barco.

**Transportes** - foram feitas referências às estruturas relacionadas com o Porto, nomeadamente, a movimentação de contentores, gado e passageiros e a natural confusão que tal situação gera. A ampliação do aérodromo também foi questionada.

**Comércio, Indústria e Energia** - Estão criadas expectativas positivas relativamente aos novos sistemas de incentivos e ao papel das autarquias neste processo.

Foram feitas ainda referências ao problema recente da distribuição dos combustíveis.

### **Reunião com a Associação de Agricultores da Ilha do Pico**

A associação remodelou e ampliou a sua sede através do programa Proagri e regularizou o sector administrativo através do programa Proforma.

Nesta reunião foram abordadas questões relacionadas com a Vitivinicultura e o sector da carne.

A Vitivinicultura representa um complemento importante aos rendimentos do Sector Pecuário, no qual tem um grande significado o sector da carne.

Foi feita referência à necessidade da criação de uma linha de crédito de juros bonificados para Fundo de Maneio das Cooperativas.

É preocupação da Associação a falta do Parque de Retém do gado no Porto Comercial de São Roque, inexistência que provoca anomalias na já significativa quantidade de gado que é exportado semanalmente.

É também anseio da Associação reactivar o Matadouro da Ilha do Pico, pelo que representa no sector económico local, prosseguindo os estudos sobre a viabilidade das condições de acabamento de novilhos na ilha.

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos passar ao segundo ponto da nossa ordem de trabalhos que se refere à apreciação de uma **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre**

*Eram 18.05 minutos.*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradeça que retomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

*Eram 18.25 horas.*

Antes de entrarmos no ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, gostaria só de deixar aqui uma nota para que também fique registada nos diários.

Há pouco, e por um lapso meu, não pus à votação o artigo único que anexa o Regulamento Policial.

Mas uma vez que também a votação final global que fizemos expressou o sentido de voto das diversas bancadas, podemos dar esse artigo por aprovado, porque é um artigo único, só com um corpo de artigo, com o mesmo estilo de votação que aqui foi feita e com a mesma orientação.

Posto isto, vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos que se refere à apreciação de uma **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Atribuição de Competências ao Instituto de Gestão de Regimes de Segurança Social para emitir o documento previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 70.º do Decreto-Lei n.º 405.º/93, de 10 de Dezembro - Situação Contributiva para efeitos de concessão e fornecimento de Obras Públicas"**.

Está aberta a discussão na generalidade sobre esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Decreto-Lei n.º 405/93, de 10 de Dezembro, dotou o sector de obras públicas com um regime jurídico.

Na sua alínea d) do n.º 1 do artigo 70.º, obriga a que, os concorrentes a empreitadas de obras públicas, concessão de obras públicas e fornecimento de obras públicas, apresentem documento comprovativo de que se encontra regularizada a sua situação

contributiva para com a segurança social. Consagra ainda que a citada declaração será emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

Contudo, com a regionalização dos serviços de segurança social, realizada pelo Decreto-Lei n.º 276/78, de 6 de Dezembro e pela Lei n.º 28/84, de 14 de Agosto, foi transferida para a região a competência de emitir o referido documento comprovativo.

Assim, estamos a proceder a uma adaptação de carácter orgânico, reafirmando que na Região Autónoma dos Açores fica o Instituto de Gestão de Regimes de Segurança Social com a competência de emitir a declaração comprovativa de que se contaregularizava a sua situação contributiva para a Segurança Social em todas as circunstâncias em que a mesma for requerida.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte para uma intervenção.

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Decreto-Lei n.º 405/93, que estabeleceu um novo regime de empreitadas de obras públicas, cometeu a um organismo da administração central, o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, a responsabilidade de passar aos empreiteiros concorrentes, documento comprovativo de se encontrar regularizada a sua situação contributiva para a com a segurança social.

Todavia, tal competência tem vindo a ser exercida pelas estruturas regionais da segurança social, relativamente aos contribuintes que exercem a sua actividade exclusivamente na Região, situação esta que, não obstante de se nos afigurar correta, tem levantado algumas dificuldades que importa ultrapassar.

É neste enquadramento que surge a presente Proposta de Decreto Legislativo Regional, que tem como objectivo resolver as dificuldades surgidas com aplicação prática do que dispõe já o citado Decreto-Lei 405/93.

Desde logo defendemos na Comissão que esta iniciativa legislativa não se devia cingir à resolução pontual da situação atrás descrita, devendo antes procurar contemplar outras situações idênticas que, eventualmente, possam surgir, ou seja, todas as situações que derivem da obrigatoriedade dos contribuintes fazerem prova de terem regularizada a situação contributiva perante a segurança social.

Assim, estamos de acordo com o texto alternativo apresentado pela Comissão, já que dá acolhimento a este tipo de preocupações. Por isso, votá-lo-emos favoravelmente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estamos perante um documento que mereceu análise na comissão, que foi perfeitamente pacífico e que no trabalho feito na Comissão, como já foi referido, ele vem melhorado.

Efectivamente, o Instituto de Gestão de Regimes de Segurança Social, pode emitir as declarações, relativamente à situação contributiva dos contribuintes, não só por fornecimento das obras públicas, mas para qualquer assunto de que seja necessário este documento.

Isto é uma adaptação normal de documento nacional, que era necessário e que fica assim consignado, em nosso entender, de maneira positiva e útil.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções vamos votar na generalidade esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada na generalidade por unanimidade.

**Presidente:** Passaremos à discussão na especialidade e a proposta apenas tem um artigo.

O Grupo Parlamentar do PSD assume o parecer da Comissão permanente da Juventude e Assuntos Sociais, com uma proposta de alteração para este artigo único. Da declaração feita há pouco pelo Sr. Deputado Fernando Fonte, também deduzo que o Partido Socialista assume esta proposta de alteração.

Está à discussão o artigo único desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Não havendo intervenções vamos votar e votaremos em primeiro lugar a proposta apresentada pela Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta da Comissão para o artigo único deste Decreto Legislativo Regional, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta da Comissão para o artigo único foi aprovada por unanimidade na generalidade.

**Presidente:** Passamos à votação global final.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade na globalidade.

**Presidente:** Pedia ao Sr. Presidente da Comissão da Juventude e Assuntos Sociais o favor de promover à redacção final deste diploma.

Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos que se refere à apreciação de uma **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Desafecção de terreno do núcleo florestal da Achada para implantação da Escola de Bombeiros e Campo de Manobras"**.

Está aberta a discussão na generalidade sobre esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade na generalidade.

**Presidente:** Passamos à apreciação na especialidade.

Não havendo qualquer proposta de alteração para os três artigos desta Proposta de Decreto Legislativo Regional, ponho à discussão na especialidade os artigos 1.º, 2.º e 3.º.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com os artigos 1.º, 2.º e 3.º, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Os artigos 1.º, 2.º e 3.º foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Passamos à votação global final.

Os Srs. Deputados que concordam com este Decreto Legislativo Regional, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade na globalidade.

**Presidente:** Agradecia ao Sr. Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Plano o favor de promover à redacção final deste diploma.

Passamos à apreciação do ponto seguinte, da nossa ordem de trabalhos, que se refere a um Projecto de Decreto Legislativo Regional de "Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 1/91/A - Sistema de incentivos à aquisição de terras por rendeiros".

Está aberta a discussão na generalidade deste Projecto de Decreto Legislativo Regional.

Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

**Deputado Francisco Oliveira (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta de alteração, que o Partido Socialista apresenta ao Decreto Legislativo Regional 1/91/A, é pertinente e tem toda a actualidade. Assenta essencialmente na realidade que temos a nível da Agricultura Regional, onde a componente económica tem de dar as mãos, à não menos importante, componente social. Daí, considerarmos de primordial importância a criação duma efectiva estabilidade no seio das explorações de âmbito familiar, através da aplicação de medidas que contribuam eficazmente para a aquisição dos principais meios de produção, de entre os quais realçamos, pela sua importância, a terra.

Pelo quadro que nos foi fornecido pelo Sr. Secretário da Agricultura e Pescas, em resposta a requerimento por nós submetido, poderemos ter uma melhor ideia de como a terra se encontra distribuída nos Açores pelas explorações existentes.

Existem 21.952 explorações agrícolas nos Açores, das quais 3.663 não possuem terra própria.

Das 18.289 com terra própria, 15.865 possuem de 0 a 5 ha., 1.364 de 5 a 10 ha., 444 de 10 a 15 ha. e 615 com + de 15 ha.

Assim, das 21.952 explorações, 20.892 não têm terra ou possuem até 10 ha.

Perante este quadro, penso ser fácil concluir que a principal prioridade é criar condições para que aquelas que não possuem terra ou as que possuam áreas inferiores a 15 ha. a possam progressivamente adquirir.

Só assim se conseguirá implementar uma maior estabilidade no seio de uma agricultura, encarada de forma global, perante a verdadeira realidade açoriana.

Foi o sentido da realidade que, no Continente Português, levou o Governo da República, através da Resolução do Conselho de Ministros 159/80 de 15 de Abril, a lançar o Programa de Financiamento a Arrendatários Rurais que proporciona, a estes, a possibilidade de adquirirem os prédios rústicos sob a sua directa exploração, bem como o financiamento de tornas a herdeiros e a acções de emparcelamento.

Considerava-se então que a estabilidade decorrente da aquisição da terra, pelos arrendatários rurais, constituiria um estímulo para a realização de investimentos susceptíveis de gerarem acréscimos de produtividade agrícola.

A 1 de Julho de 1980, através da Resolução Nacional 245/80 foram definidas as condições de acesso ao Programa, bem como o seu regime administrativo e financeiro, cujo montante por rendeiro não podia ultrapassar 5.000 contos.

Pela Resolução do Conselho de Ministros 55/84, de 28 de Dezembro, este montante foi elevado para 10 mil contos, por rendeiro, para em 18 de Julho de 1991, ser publicada a Resolução do Conselho de Ministros 32/91, que refere no seu texto: "atendendo a que se encontra desactualizado e desajustado da realidade aquele limite de crédito e tendo ainda em conta o grande impacto e os bons resultados que o Programa tem logrado atingir, em domínios de particular relevância, tais como o acesso à terra por rendeiros, o do apoio à reestruturação fundiária e o da preservação das unidades de exploração existentes", e eleva para 20 mil contos o limite por rendeiro.

A utilidade do PAR, pelo acima referido, não pode pois ser posta em causa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Numa altura em que a liberalização do preço das rendas tem sido reivindicada, um pouco por todo o lado, e quando se compreende a impossibilidade de eternização das medidas de controle existentes, em termos de arrendamento rural, importa aproveitar para a Região uma medida semelhante à que produziu tão bons frutos, no Continente Português.

A Lei do arrendamento rural necessita de ser alterada, nalguns dos seus aspectos. Não o poderá ser contudo, sem que sejam primeiro criadas condições, que permitam aos rendeiros adquirirem os terrenos que os senhorios estejam na disposição de transaccionar.

É que, se consideramos gravíssima a liberalização das rendas nas circunstâncias actuais, pelo estrangulamento que de imediato iria causar, em grande número de explorações, também não pode permitir-se que sejam os proprietários das terras a suportarem a manutenção de explorações que, socialmente, terão de continuar a existir, mas que necessitam da terra para o conseguir.

Compete por isso ao Governo tomar medidas adequadas à solução deste grave problema procurando recuperar o demasiado tempo já perdido através de medidas que, conjugadas com auxílios da Comunidade Europeia, nomeadamente do regulamento 2328/91, conduzam à criação da tão desejada estabilidade das explorações agrícolas de âmbito familiar.

A forma como um proprietário zela a sua propriedade, o entusiasmo que coloca na sua manutenção, as melhorias que regra geral introduz no sentido de modernizar a sua exploração e assim conseguir uma maior eficácia e rentabilidade, constitui a garantia antecipada de uma maior segurança e melhor aplicação das verbas Regionais e Comunitárias que se investem no sector agrícola.

Há pois sobejas razões para que o Decreto Legislativo Regional 1/91/A, seja aplicado com urgência com as alterações propostas pelo Partido Socialista que têm por finalidade moldar aquele diploma à realidade açoriana, quer em relação ao quadro das explorações inicialmente apresentado, quer ainda à actual situação financeira regional, que embora da responsabilidade do PSD, é contudo uma realidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A aplicação do Regulamento 2328/91, à Região, através da Portaria 15/95 de 6 de Abril, contribui com 41% a fundo perdido para a compra de terras e contempla, em igualdade de circunstâncias, os jovens agricultores, os cessionários agrícolas do regulamento 2079/92, que aplica a reforma antecipada, os proprietários (para fins de emparcelamento), co-herdeiros, com proprietários e rendeiros, até a um montante máximo de 29 mil contos.

Se considerarmos o preço por ha. em 3.500 contos, tal verba permitirá comprar cerca de 8 ha. O beneficiário receberá cerca de 11.800 contos a fundo perdido, tendo de pagar ele próprio cerca de 17.200 contos, o que, em muitíssimos casos impossibilitará, logo à partida, o acesso a tal ajuda.

O diploma apresentado pelo Partido Socialista possibilita que até à aquisição de 5 ha. os beneficiários não paguem juros. De 5 a 8 ha. pagariam 2%, de 8 a 12 ha. 3% e de 12 a 15 ha. 5%, sendo o prazo de amortização de 20 anos.

Ora, após a publicação da Portaria 15/95 de 6 de Abril, julgamos que deveria haver, por parte do Governo Regional, nomeadamente da Secretaria da Agricultura e Pescas, um maior empenhamento na aplicação do SICAR que viria possibilitar a muitos rendeiros a ajuda necessária na parte financeira que lhes cabe.

É neste sentido que vão os pareceres remetidos à Comissão de Economia, Finanças e Plano, pelas Associações Agrícolas das Ilhas Terceira, Faial e São Miguel e Associação de Proprietários de São Jorge, que se manifestaram favoráveis à proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista.

A proposta de alteração ao Decreto Legislativo Regional 1/91/A, não mereceu porém a aprovação em Comissão dos representantes do PSD. Esperamos todavia que a reflexão dos últimos dias tenha permitido ao PSD modificar tal posição, aprovando agora, em plenário, tão útil e justo diploma.

O aproveitamento das medidas preconizadas pela Portaria 15/95 e pelo SICAR já alterado, traria a oportunidade aos agricultores rendeiros para que pudessem, finalmente, comprar a terra de que tanto necessitam.

Seria demonstrar, na prática, uma vontade indesmentível de contribuir para a modernização e eficácia das explorações, de âmbito familiar, que só a estabilidade assim conseguida poderá proporcionar. Seria, finalmente, criar as condições que permitam o equilíbrio e justiça desejados numa futura lei de arrendamento rural.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António Martins.

**Deputado Manuel António Martins (Ind.):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não sendo hábito ou prática fazer nossas as palavras de outros, não podemos fazer côro com todas as intervenções que pretendem dar uma visão de catástrofe da agricultura e da agro-pecuária dos Açores.

Temos porém a consciência que, se a situação não é tão grave como em algumas zonas do País, tal facto também se deve ao esforço empenhado daqueles que têm do mundo rural em geral e do sector agrícola e agropecuário em particular, uma visão

que não se esgota no mero economicismo, mas que antes enquadram toda actividade ligada à terra, numa abordagem social alargada.

É nesta perspectiva, que urge sensibilizar, todas as forças políticas e sociais, para a extrema necessidade de accionar um quadro de instrumentos de apoio, com o objectivo de adequar o sector agrícola e agropecuário açoriano à nova Política Agrícola Comum. Estão, neste caso, os Regulamentos (CEE) 2078/92, relativo às medidas agroambientais, 2079/92, relativo à cessação de actividade de agricultores idosos e o 2080/92 sobre florestação.

Esta apatia e desinteresse dos responsáveis governamentais é explicada pela insuficiência orçamental já, sobejamente, discutida e inequivocamente provada.

No entanto, este desajustamento não deixará mais tarde provocar um agravamento dos estrangulamentos estruturais já existentes, ou então, a ocorrência de situações incompreensíveis como a produção de Portarias (15/95) - no capítulo da compra de terras por cessionários - que se apoiam em medidas que ainda não estão em vigor, como o (REG 2079/92) - cessação de actividade.

Aliás este problema da desarticulação, acaba sempre por prejudicar o desenvolvimento dos instrumentos de apoio, como o caso da recente publicação da já citada Portaria 15/95, que aplica os regulamentos de apoio à modernização da agricultura, mas sem que produza efeito imediato, por inexistência de circulares regulamentadoras da parte do IFADAP.

Esta descoordenação entre os vários organismos envolvidos é bastante negativa para a promoção dos instrumentos de apoio às explorações agrícolas.

O alheamento destas questões, que só aparentemente são de pormenor, implica também a outro nível, uma dificuldade acrescida na resolução de problemas com grande impacto nas comunidades rurais, como o caso das Lagoas e os problemas da eutrofização, particularmente no caso das Sete-Cidades. Assim, estamos convencidos que se o Reg. (CEE) 2078/92 estivesse em vigor na sua plenitude, pelas virtualidades que contém, pela diversidade das abordagens que contempla, pela perfeita adaptação que apresenta aos problemas que se colocam às Sete-Cidades e ainda pelos montantes que se podem envolver, seria um mecanismo que facilitaria uma intervenção a

contento de todos, conservando a natureza e, aquilo que lhe dá força; as comunidades rurais prósperas e actuaes na perservação do seu espaço.

É por este caminho que temos orientado a nossa actuação e temos feito as nossas intervenções, cientes do impacto social e económico para a lavoura e todo o tecido social envolvido, que a inexistência de certas medidas ou execução de medidas menos pensadas, podem ter.

É neste sentido que continuamos a pensar que os problemas dos seguros agrícolas têm que ser olhados de frente, antes que seja tarde, ou que prejuízos gravíssimos possam ocorrer, é neste prisma que continuamos a pensar que os problemas da brucelose bovina carecem de uma actuação mais atenta, que o investimento público em infraestruturas de apoio às explorações agrícolas deverá ser incrementado com a defenição urgente de novos perímetros de actuação, e finalmente, é também com este objectivo que apelamos a um envolvimento mais efectivo dos Serviços Oficiais no apoio, acompanhamento e esclarecimento aos agricultores e lavradores de toda a RAA.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Certos que nunca perderemos de vista a necessidade da salvaguarda dos interesses do mundo rural, fazemos por este meio um apelo, para que exista da parte de todos os responsáveis políticos um grande empenho, para evitar que a agricultura e agropecuária açoriana sigam por um caminho sem retorno com todas as consequências que este facto poderá ter para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

Tenho dito.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Começando pela intervenção do Sr. Deputado Manuel António, estranho de facto, quando o Sr. Presidente da Assembleia acaba de abrir o debate na generalidade para um Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre SICAR (Sistema de Incentivos ao Crédito de Compra de Terras por Rendeiros), que o Sr. Deputado tenha aproveitado

este período para falar sobre tudo, menos sobre o SICAR. Estranho muito que assim seja.

V. Exa. apenas fez referência à Portaria 15/95, que não se refere ao SICAR, mas sim à aplicação do Regulamento Comunitário 23/28 à Região. Mesmo em relação a esta portaria, apenas mencionou uma das alíneas do artigo 22.º, que faz referência aos apoios à compra de terras para os cessionários agrícolas, ao abrigo do Regulamento Comunitário 2079/92. Estranho muito, porque estaríamos agora em condições de debater, discutir e apreciar o Projecto apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Realça-me também que o Sr. Deputado Manuel António abra a sua intervenção, precisamente, fazendo referência ao reconhecimento de que muita coisa que se passa nos Açores, no sector agrícola regional, não tem comparação com algumas regiões do continente, ou seja, precisamente o contrário do quadro negro que traçou hoje de amanhã na sua intervenção do Período de Antes da Ordem do Dia.

Parece-me que é um contracenso, é querer eludir. Oxalá que essa intervenção seja o novo tom, seja o tom do diálogo, do reconhecimento e do equilíbrio. É isso que realmente a agricultura açoriana precisa, que se avance nesse sentido. Estranho muito que posições distintas apareçam precisamente no mesmo dia.

Em relação à intervenção, passando agora à apreciação na generalidade, não é a primeira vez que este ano se vem falar sobre o SICAR. Aliás, o Sr. Deputado Francisco Oliveira, no dia 25 de Janeiro deste ano, se não estou em erro, fez uma intervenção sobre esta matéria, onde apresentou algumas das propostas de alteração que entendia convenientes e que algumas delas estão incluídas no projecto do Partido Socialista.

Trago aqui, precisamente, ao plenário, aquilo que esteve na base da apreciação que os Deputados do PSD fizeram ao projecto do Partido Socialista, não, objectivamente, em relação ao seu conteúdo.

Provavelmente terá passado a despercebido na altura, por aquilo que também nos apercebemos em sede de Comissão, de que o Partido Socialista, embebido talvez na preocupação de alterar o SICAR, não verificou que a Portaria 15/95 havia adaptado à Região o Regulamento 2328 com alterações substanciais, ou seja, fazendo prever

apoios a subsídios a fundo perdido à compra de terras por rendeiros, precisamente, o mesmo objecto do SICAR.

Parece-nos que nos passou despercebido e até pensávamos que o Partido Socialista, em Sede de Comissão iria retirar o seu projecto em virtude de não ter qualquer lógica. No nosso entender, fazer vingar dois mecanismos de apoio com o mesmo objectivo. Pensamos que não tem qualquer cabimento e como tal deduzimos que iriam retirar. Assim não entendeu o Partido Socialista.

Se nós nos preocuparmos com o conteúdo do Projecto, verificamos de facto, que há aspectos que são limitativos, ou seja, há redução de algumas das vantagens que constavam do SICAR da forma como está aprovado e publicado, na região.

Por enquanto fico por aqui. Penso que está justificada, à partida, qual a nossa preocupação.

A partir do momento em que existe um esquema de incentivos que é o da Portaria 15/95, que não tem, neste momento, qualquer histórico, porque o primeiro período de candidatura foi durante o mês de Junho, portanto não conhecemos o histórico da aplicação dessa portaria, mas estamos conscientes que ela vai dar resposta às ansiedades dos rendeiros que pretendem adquirir terra e não vemos qualquer benefício de aplicação de legislação que visa ultrapassar a mesma preocupação.

Aproveito, também, para referir que subsiste a minha preocupação que qualquer sistema de incentivos pode levar obviamente à especulação do preço da terra. Continuo com essa preocupação, apesar de atender que cada caso é um caso, cada ilha tem as suas especificidades, o desequilíbrio entre a oferta e a procura de terra é diferente nas nove ilhas dos Açores e como tal, é natural que a aplicação dessa portaria ou, eventualmente, do SICAR, tenha proporções diferentes em cada uma das nossas ilhas.

**Presidente:** O Sr. Deputado Manuel António pede a palavra com que finalidade?

**Deputado Manuel António Martins (Ind.):** Para dar esclarecimentos, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Manuel António Martins (Ind.):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Felizmente, o Sr. Deputado António Almeida tocou em pontos bem distintos. Evidentemente, ficou bem claro que a demissão do Sr. Secretário de Agricultura e Pescas não foi a pedido do lavrador, nem do director nem do deputado, foi da lavoura de S. Miguel.

A minha intervenção foi como deputado e não tem nada a ver uma coisa com a outra. São duas posições totalmente distintas.

Como deputado, ao cingir-me a fazer a convergência de vários regulamentos, é porque uma coisa está encadeada na outra, ou seja, a cessação da actividade com a compra de terras e de todos os sistemas de incentivos.

Ao apelar à sensibilidade de todos os sistemas de incentivos, com certeza que vai facilitar, e pergunto ao meu colega, Deputado António Almeida, qual é a posição do seu partido em relação à compra de terras?

Ao falar da portaria 15/95, não fiz uma abordagem, um aproveitamento ou um oportunismo, mas sim procurei fazer no sentido de convergência para que houvesse a sensibilidade de que os factos têm cabimento uns nos outros.

**Presidente:** O Sr. Deputado Francisco Oliveira pede a palavra com que finalidade?

**Deputado Francisco Oliveira (PS):** Para prestar esclarecimentos, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Francisco Oliveira (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já se sabia desta argumentação do PSD que, infelizmente a mantêm, considerando a impossibilidade de haver dois sistemas de apoio à compra de terras por rendeiros, o que na nossa óptica não é incompatível e até se complementam.

Como demonstrei, na minha intervenção, pegando no exemplo dos 29 mil contos e por aí abaixo na mesma medida proporcional, há uma grande fatia ainda de verba, que na compra de terras pertence ao rendeiro e evidentemente esse rendeiro terá dificuldade em a arranjar, quanto mais pequena for a sua exploração.

Daí que entendemos que aproveitando as medidas comunitárias que o Reg. 2328 proporciona, medidas únicas que pela primeira vez irão ser aplicadas na Região, se houvesse uma vontade clara e inequívoca de se avançar, nesta direcção, a aplicação do SICAR em simultâneo iria incidir sobre a verba que esse rendeiro terá,

logicamente, que a adquirir, arranjar e pagar juros sobre ela. Portanto, não é incompatível, complementar-se-iam e ajudaria avançar esta medida na compra de terras por rendeiros, com maior eficácia, maior rapidez e maior consistência.

Por outro lado, quando fala na redução do nosso diploma em relação ao que o Governo Regional tinha aprovado, o Decreto Legislativo 1/91/A, eu queria dizer que nos Açores quando se aprova um diploma desta natureza, permitindo a compra de terra até 25 ha. sendo o empréstimo de 50 mil contos por reneiro, está-se criando as condições para acontecer o que realmente aconteceu, não se regulamentar, não se aplicar e não olhar mais para ele.

Cremos que a nossa medida é mais real, ao permitir numa fase inicial, como aliás seguindo o exemplo que nada disto é inovador, ninguém descobriu absolutamente nada, seguindo os mesmos passos que o Governo da República deu, iniciando por um montante mais baixo e depois ir sucessivamente aumentando conforme se notar e verificar a necessidade dele.

Também disse que esta medida ajudaria a satisfazer algumas das vossas preocupações que se inserem, como em tudo que é trazido a esta Casa, na escassez de verbas a nível regional. Como disse, é da vossa inteira responsabilidade essa situação, é um facto e é uma realidade.

É obedecendo a esses dois critérios que o requerimento reduzindo esse tipo de áreas e verbas, é muito mais consistente e pretendia, na verdade, ser aplicado se fosse aprovado nesta Câmara.

Tenho dito.

**Presidente:** O Sr. Deputado António Almeida pede a palavra com que finalidade?

**Deputado António Almeida (PSD):** Para dar um esclarecimento, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Em relação aquilo que diz o Sr. Deputado Manuel António, é óbvio que não fez referência ao SICAR. Aliás, o Regulamento 2079 nada tem a ver com a compra de terras, com o sistema de crédito bonificado à compra de terras. Portanto, estamos a falar em linguagens diferentes, estamos talvez em salas diferentes.

Em relação aquilo que o Sr. Deputado Francisco Oliveira referenciou, não se pode de forma alguma comparar a tipologia de explorações nos Açores com a tipologia de explorações no Continente, nem sequer pensar na necessidade de alterar a situação arrendamento/terra exploração em terra própria, isto não é comparável.

Que fique esclarecido que não há grandes alterações em termos de esforço financeiro por parte do agricultor, quer na situação do financiamento através da Portaria 15/95, quer através da situação do SICAR que consta no projecto do Partido Socialista. Se entendermos que o Sr. Deputado na sua intervenção faz um levantamento estatístico das características das explorações e faz referência que as explorações têm uma dimensão bastante reduzida, dando a importância que essas explorações reduzidas necessitam, obrigatoriamente, de alterar a sua forma de exploração para terra própria, o que não é rigorosamente verdade, esta não poderá ser entendida como a forma mais viável em termos económico-financeiros.

Independentemente disso, o Sr. fez referência que a dimensão das nossas explorações, é reduzida e como tal, nesse quadro, a situação do esforço financeiro por parte do agricultor é relativamente semelhante.

Se atendermos às linhas de crédito, criadas entre as várias instituições de crédito e organizações de produção, verificamos que as taxas contratuais para os empréstimos concedidos para efeitos de investimento e para o restante capital que os agricultores necessitam para compra de terra, depois de financiados a 41%, essa taxa está de facto reduzida, anda à volta dos 12,5% e não há neste momento argumento, em termos financeiros, que possa validar essa necessidade.

**Presidente:** O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

**O Orador:** Eu já termino Sr. Presidente.

Quanto ao argumento que utiliza, que deveriam existir os dois mecanismos, pensamos que não há qualquer utilidade, não conhecemos o histórico da Portaria 15/95 que para Outubro terá o segundo período de candidatura e é óbvio que teremos todo o interesse em potenciar esta legislação que já está em vigor.

Sempre fazendo apreciação na generalidade, não há qualquer preocupação, neste momento, em fazer sair outro esquema de financiamento e continuo a repetir que há limitações à redução dos limites de financiamento da vossa proposta.

Há situações que deixam alguma dúvida quando, por exemplo, o Partido Socialista faz referência que o agricultor tenha que ser locatário apenas há um ano e não três como acontece no Decreto Legislativo Regional, que já está publicado, o que nos deixa algumas dúvidas de querer tornar também um esquema demasiado permissivo que, em vez de facilitar o acesso ao crédito aos rendeiros, que já são rendeiros à longa data, permite que os indivíduos apareçam como rendeiros de um ano para o outro e que possam obviamente adulterar o espírito do próprio SICAR.

De qualquer forma, na generalidade, entendemos que não há necessidade, neste momento, de fazer avançar com a regulamentação do SICAR só depois de verificarmos o histórico da Portaria 15/95.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

**Deputado Francisco Oliveira (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É evidente que esta discussão está, claramente, definida no seu conteúdo e, no futuro, da aprovação ou não deste diploma.

As razões evocadas por um partido e outro, estão sobejamente conhecidas.

Nós entendemos que dois documentos se complementavam. O PSD entende que pelo aparecimento do 2328 não se justifica a aplicação do SICAR neste momento. Nós discordamos totalmente dessa posição. Entendemos, como já dissemos e voltamos a repetir, que a apresentação do SICAR, conforme nós o propomos, iria facilitar sobremaneira os encargos que os rendeiros têm que assumir para a compra de terra.

Todavia, quando se fala na tipologia do Continente, nós sabemos que o Continente é diferente, sabemos que o preço da terra é diferente e sabemos como é que se processa lá. Nós não procuramos a tipologia do Continente, mas sim o método seguido.

Quando usamos, os 20 mil contos por rendeiro, como limite de acesso, estamos evocando apenas que lá começaram pelos 5 mil e já estão em 20 mil. Portanto, podia daqui a um ano ou dois, essa verba subir. Não a considero redutora, considero sim, prática e de quem tem vontade de que ela fosse, realmente, aplicada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Estamos a analisar um Projecto do Partido Socialista que propõe alterações ao Decreto Legislativo Regional 1/91/A - Sistema de incentivos à aquisição de terras por rendeiros.

Aquilo que em 4 de Dezembro de 1990, quando aqui foi analisado o primeiro decreto, podia ser, exactamente, repetido em relação aquilo que se poderá dizer nesta proposta ou neste projecto do Partido Socialista.

É evidente, que desde 10 de Dezembro de 1990 até hoje, tem havido uma evolução grande, quer em relação à aquisição de terras por rendeiros, quer à troca de terras nesta Região Autónoma.

De qualquer modo, nós pensamos que, apesar da portaria recentemente saída e cuja aplicação se inicia, continua a ter razão de ser a existência do SICAR. Estamos de acordo com o Partido Socialista nesse aspecto.

Penso que poderia haver melhorias que esta alteração, em nosso entender, também introduz e pensamos que, inclusivamente, há determinadas melhorias que poderiam e deveriam ser encontradas em relação à aquisição de terras por rendeiros.

Aliás, na nossa Região há um aspecto que deve ser merecedor de consideração e que marca a nossa diferença em relação a muitas partes do país e do globo, isto é, o facto, de que para se adquirir terra ao rendeiro tem que se ser agricultor a tempo principal. Nós discordamos totalmente desta medida.

Pensamos que todo e qualquer rendeiro, independentemente de ser ou não agricultor a tempo principal, logo que fosse rendeiro e que pudesse provar as condições de rendeiro deveria ser, efectivamente, apoiado pela Região.

É um aspecto que queremos salientar aqui, porque, quer queiramos quer não, nesta região, a riqueza gerada pelo sector primário, não provém só daqueles que o são a título principal, mas provém de muita e muita gente que usa a terra e trabalha-a na condição de rendeiro, independentemente, de outras actividades que também possuam.

Perante a proposta que aqui apresenta o Partido Socialista e apesar daquilo que tem sido dito, nós consideramos que ela é um passo positivo e importante e por isso vamos dar o nosso voto favorável.

**Presidente:** O Sr. Deputado António Almeida pede a palavra com que finalidade?

**Deputado António Almeida (PSD):** Para prestar esclarecimentos.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Apenas para referir que discordo nessa matéria, em relação, aquilo que o Sr. Deputado Paulo Valadão faz referência, ou seja, a importância que é dada quando se põe em prática programas de apoio ao investimento que visam acções de natureza estrutural e que de facto é importante que o agricultor seja agricultor a título principal.

Penso que não será útil, pelo menos com o objectivo da política agrícola regional, avançar no sentido na modernização, do aumento da competitividade, procurarmos criar estruturas ou resolver problemas estruturais, apoiando a modernização das explorações, apoiando os agricultores que têm outra actividade que não a actividade agrícola. Nesse sentido discordo consigo e o caso do apoio à aquisição de terras por rendeiros, é, obviamente, uma acção do tipo estrutural e que não aceito que deva ser estendida a agricultores que não sejam agricultores a título principal.

**Presidente:** O Sr. Deputado Paulo Valadão pede a palavra com que finalidade?

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Para uma segunda intervenção, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Afinal, o Sr. Deputado do PSD, em meu entender, não veio prestar qualquer esclarecimento, veio fazer uma intervenção sobre a matéria, e eu aproveitando o direito regimental que me assiste, quero fazer uma segunda intervenção sobre esta matéria, ou seja, sobre o SICAR - Sistema de incentivos à aquisição de terras por rendeiros.

Efectivamente, penso que uma das falhas do projecto do Partido Socialista é, exactamente, não ter em conta o valor acrescido que é para esta região, o trabalho no sector primário daqueles que não são agricultores a título principal. Apesar desta falha, como disse, estou de acordo com as melhorias que aqui são introduzidas, porque nesta região e em muitas das nossas ilhas, uma grande parte do sector

primário vive de indivíduos que não são agricultores a tempo principal. Uma grande parte do nível de vida, que se tem em muitas destas ilhas, é proveniente da terra, de homens que a trabalham, mas que também trabalham na função pública, nas pescas e nos mais diversos sectores.

Pensamos que esta gente, pelo facto de trabalhar a terra, pelo facto de estar ligada como rendeiro, deveria por parte da Região, e exactamente por esta ser uma especificidade da nossa Região, ter em conta esse facto e, em nosso entender, deveria ser apoiada.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vamos votar na generalidade este Projecto de Decreto Legislativo Regional.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Projecto de Decreto Legislativo Regional de alteração ao Decreto Legislativo Regional 1/91/A, foi rejeitado com 25 votos contra do PSD, 12 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida para uma declaração e voto.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O objectivo desta declaração de voto, visa reafirmar a nossa posição, no sentido de não nos preocuparmos, obviamente, com o conteúdo do projecto do Partido Socialista, porque voltamos a entender que já existe um mecanismo que necessita de melhor divulgação fase à sua publicação recente e como tal entendemos que no caso de compra de terras por rendeiros, ela será, obviamente, ultrapassada. Esperamos que todos dêem um contributo para a divulgação desse mecanismo e que ele venha a sortir efeito.

Muito estranhámos que o Sr. Deputado Manuel António tenha votado favoravelmente o projecto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Pode-se entender que o parecer da Associação Agrícola de São Miguel...

**Presidente:** Sr. Deputado António Almeida, agradecia que se ativesse à sua declaração de voto.

**O Orador:** Sr. Presidente, apenas para referir que a posição manifestada pelo Sr. Deputado Manuel António é contrária à posição da Associação Agrícola de São Miguel a qual utiliza, sistematicamente, nesta Câmara para se reafirmar como seu presidente.

De facto, a Associação acha secundária as propostas do Partido Socialista.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

**Deputado Francisco Oliveira (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O Partido Socialista votou favoravelmente este Projecto de Decreto Legislativo Regional de alteração ao Decreto Legislativo Regional, n.º 1/91/A -Sistema de incentivos à compra de terras por rendeiros - por entender que se realmente se pretende que haja justiça em termos de futuro, acerca do arrendamento rural a elaborar nesta região e sabendo-se que essas explorações terão que, infelizmente, continuar a ver contemplada a vertente social na sua existência, é realmente triste ter-se deixado passar esta oportunidade sem que se desse um passo significativo no sentido de que essa condição da terra, vir um dia a pertencer a quem a trabalha, fosse um facto nesta forma pacífica, humana e de solidariedade para com os lavradores dos Açores.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António Martins para uma declaração de voto.

**Deputado Manuel António Martins (Ind.):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários:

O Sr. Deputado António Almeida, sem querer, procura às vezes confundir e enxovalhar as pessoas.

O meu papel, neste Casa, é levantar os problemas construtivamente, com o máximo respeito por todos.

Em primeiro lugar, quando o Sr. disse que eu estava fora desta Sala, porque quando fiz a minha intervenção e abordei diversos temas...

**Presidente:** Ó Sr. Deputado o Sr. pretende a palavra para uma declaração de voto ou defender a honra?

**Deputado Manuel António Martins (Ind.):** Para defender a honra, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**O Orador:** ... e todos os sistemas de incentivo, eu fiz-lhe a pergunta e ao seu Grupo Parlamentar qual seria a vossa posição sobre o SICAR, na compra de terras? Logicamente fugiu à resposta porque iria responder daqueles sistemas de incentivo que falei ali. Com certeza que estou dentro da Sala. A sua má fé é que faz com que, às vezes ,ataque as pessoas.

Em relação ao parecer da Associação Agrícola que sou Presidente, evidentemente que não o leu. O parecer levanta questões e dúvidas em relação à aplicação do mesmo, mas não o põe em causa.

Que fique bem claro e seria bom que nós levantássemos questões construtivamente e respeitando mutuamente as pessoas.

**Presidente:** O Sr. Deputado António Almeida pretende a palavra com que finalidade?

**Deputado António Almeida (PSD):** Para defender a honra, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito, mas agradecia que fosse breve.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A minha honra está ofendida porque apenas procurei citar o que diz o parecer da Associação Agrícola de São Miguel: "Considerando o alcance estrutural de medidas desta natureza, não quer dizer que seja esta medida, será enorme e infelizmente nunca entrou em vigor - referências ao SICAR - achamos secundárias as alterações propostas, quando comparadas com as virtualidades que seria a entrada em vigor de um verdadeiro sistema de compra de terras."

O verdadeiro sistema de compra de terras é a Portaria 15/95 e, como tal, a Associação Agrícola entende, como secundárias, as propostas apresentadas pelo Partido Socialista.

**Presidente:** Srs. Deputados, passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos que se refere à apreciação de uma **Proposta de Resolução sobre o "Orçamento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para 1996"**.

Está aberta a discussão sobre esta Proposta de Resolução.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução relativa ao Orçamento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para 1996, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Seguidamente e conforme combinamos, vamos apreciar o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução** apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e que diz respeito ao **"Novo Concurso Público para atribuição de frequências da Rádiodifusão - Rádio locais"**.

Está aberta a discussão sobre este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Este assunto tem merecido, ao longo dos tempos, alguma ponderação da parte das pessoas e dos organismos que se interessam por esta matéria.

Não há dúvida nenhuma que depois da euforia, principalmente, registada no fim da década de 80, sabemos hoje que muitas das rádio locais que conseguiram concorrer na altura, estão hoje em situação económica difícil. Mas também é certo que na Região Autónoma dos Açores algumas daquelas que, por acaso, em 1989 ou 90 não conseguiram reunir as condições para concorrer aos alvarás que estavam já estão atribuídos aos seus concelhos, desde essa altura, têm a bondade, tem o crer, mas não conseguem que o Governo da República lhes dê a possibilidade, através de novo concurso, de concorrerem e ocuparem essas frequências.

O pedido de urgência, é isso que está agora em causa e principalmente a dispensa de exame em Comissão, poderia ser, neste caso concreto, justificado. Se virmos o que diz o relatório da Comissão de Juventude e Assuntos e Sociais, no caso vertente, quando esta ouviu a direcção da Rádio Montanha, das Lajes do Pico e cito: "Em 1989 não conseguiram reunir as condições necessárias de modo a que lhe fosse atribuída a frequência destinada ao concelho das Lajes. Em 91, após a sua constituição legal, fizeram contactos diversos com diferentes entidades, incluindo o Sr. Ministro da

República, sem ter conseguido atingir os seus objectivos apesar de ter sido posto a circular um abaixo assinado que recolheu 1400 assinaturas."

Esta situação é demonstrativa de que, quer aqui, quer na Calheta de São Jorge, em Santa Cruz das Flores, na Povoação ou no Nordeste, existem organizações preparadas, sem fins lucrativos, e aptas a concorrer a esses espaços que não têm nenhuma apetência pelos grandes grupos económicos nem pelos "mass média" hoje - não vou fazer publicidade barata daquelas situações que hoje acontecem e que oxalá que não nos atinjam no âmbito da comunicação social.

Julgo que estão reunidas as condições de que, no entender dos deputados subcritores deste pedido de urgência, é a altura desta Assembleia Regional aprovar uma resolução que mandatasse e desse força ao Governo da Região Autónoma dos Açores para que, a partir da publicação desta resolução, que só em tempo útil ocorrerá por volta do mês de Novembro, o próximo Governo da República fosse confrontado de imediato com esta situação que aflige, porque preocupa aqueles que hoje...

**Deputado Rui Melo (PSD):** Isso só pode ser publicado em Dezembro!

**O Orador:** ... Eu estou a dizer Novembro. O Sr. Deputado diz que só pode ser publicada em Dezembro, mas eu julgo que não.

De qualquer modo, nessa altura estaria o Governo Regional apto para, de imediato, confrontar o Ministério da Tutela com esta reivindicação que julgo que está já bastante ultrapassada no tempo, mas que nunca é tarde para, neste caso concreto emendar a mão.

É aquilo que eu proponho aos Srs. Deputados, é aquilo que eu peço que tenham em conta, no último parágrafo da minha intervenção. Não é o estudar desta situação que poderá ou não melhorar a audição do Governo da República desta pertença regional. Também não é a criação de legislação regional ou de um hipotético concurso regional que poderia solucionar esta situação. Não! É a Assembleia pensar, agir e esperar que da parte do Governo da República ouçam as pertensões, que eu penso que são unânimes desta Assembleia Regional. Daí mais uma vez a urgência.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário: Traz, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a esta Assembleia Legislativa

Regional, um Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão de uma Posposta de Resolução sobre o "Novo Concurso Público Nacional para atribuição de frequências de Radiodifusão - Rádio locais".

É óbvio que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ao estudar esta proposta, está de acordo na sua essência, na sua globalidade, porque entende que já é altura de, novamente, abrir estes concursos não só para legalização interna de algumas rádios que estão a actuar ilegalmente, como também para permitir o acesso às emissões de outras rádios locais que entretanto se preparam e se constituem até em cooperativas.

Se nós estamos de acordo com a essência da proposta de resolução sobre o novo concurso público nacional, já não estamos de acordo com a argumentação esplanada pelo Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, sobre a necessidade da urgência e dispensa de exame em comissão.

Vou tentar ser muito breve sobre esta matéria, porque ela, realmente, à primeira vista, embora possa ter sido aqui amplamente justificada pelo Sr. Deputado Rui Ávila, não tem aquele carácter tão urgente e carece de alguma reflexão mais cuidada sobre esta matéria.

Para já Sr. Deputado, é preciso fazer uma análise à actual situação do meio rádio, na Região Autónoma dos Açores. Eu gostaria, se estivesse tempo para isso, desenvolver esta matéria, mas talvez fique para outra oportunidade ou talvez para uma segunda intervenção.

Algumas estações já licenciadas estão manifestamente inviabilizadas por razões diversas, entre as quais se podem salientar a fragilidade do mercado publicitário local - local no sentido da localização de onde estão algumas rádios locais - para não falar em excessos de gestão ou deficiências de gestão.

As entidades que já se encontram separadas para participar neste concurso não têm, neste momento, garantia nenhuma, de que vão ganhar estas frequências. Uma vez aberto o concurso Sr. Deputado, podem aparecer muitas mais entidades localizadas na própria zona geográfica da frequência ou então muitas entidades exteriores à Região associadas com essas entidades.

Nota grande, Sr. Deputado, não apareçam alguns empórios recentemente aparecidos no nosso país, com enorme poder económico e um grande poder de persuasão, com tendências monopolistas, actuando em outros espaços nacionais que podem também chegar aqui e invadir o nosso espaço radiofónico associados com outras associações, outras empresas, outras iniciativas locais que podem camuflar um pouco esta questão da lei, de quase circunscrever apenas à localidade geográfica a atribuição destes concursos.

Depois, Sr. Deputado, estamos confrontados com outro tipo de notícia que é a extensão a breve prazo, para não dizer a curto prazo, à Região Autónoma dos Açores, de uma outra rádio de grande expressão nacional, porque já foi anunciado publicamente e para não fazer publicidade escuso de referir.

Também existem nos Açores duas delegações de duas importantes associações nacionais de rádio que são, exactamente, a Associação Portuguesa de Radiodifusão e a ARIC - Associação de Rádios de Inspiração Cristã - que devem também ser ouvidas, segundo a nossa opinião, sobre essa matéria.

Mais ainda; a menos de um mês das eleições, perguntaria, que eficácia teria uma resolução deste género e esta questão da urgência de dispensa de exame em comissão?

Cairia em saco roco logo após as eleições, porque - e espero que isso não aconteça - se for o Partido Socialista a formar Governo uma das coisas que o irá preocupar será a RDP e RTP e não concursos de rádios locais.

Também gostaria de dizer ao Sr. Deputado que é necessário, uma vez aberto este concurso nacional, a constituição local de uma comissão de avaliação. Tudo isto demora imenso tempo Sr. Deputado, tudo isto é burocrático e tem que correr alguns caminhos que garantem também um pouco, não só qualidade dos concorrentes, mas acima de tudo, que possam evitar que o aspecto radiofónico não se dissemine por zonas e que fique em mãos de pessoas que não têm, digamos, a mínima apetência e mínima habilitação para ter nas suas mãos o domínio de um meio poderosíssimo de comunicação social, a rádio, que é ouvida por muita gente, muitas vezes até em locais onde é impossível ver televisão.

Muito rapidamente, também gostaria de dizer que em referência à proposta do Partido Socialista, com a qual nós estamos de acordo na sua generalidade, só não estamos de acordo com a sua urgência e dispensa de exame em comissão, porque este assunto tem que ser tratado, analisado, debatido, temos que ouvir pessoas, temos que saber qual é a situação actual do meio radiofónico relacionado com as rádios privadas e o Sr. Deputado sabe, estou a falar com a máxima calma, com a máxima franqueza, com a máxima abertura, que há rádios que estão neste momento - deixe passar o plebeísmo - "de calças nas mãos", por dificuldades tremendas no exercício da sua actividade, não só devido a deficientes receitas publicitárias como também a gastos de antenas, a gastos de manutenção, gastos com o pessoal etc., etc., etc..

Tudo isto é muito sério e tudo isto necessita que uma Comissão Parlamentar da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, ao ter pelas mãos uma proposta que é oportuna e tem o seu grau positivo, necessita de alguma reflexão e acima de tudo de alguma ponderação antes de se avançar para estas questões que, quanto a mim, são bastante sérias.

Por estas razões, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata não entende ser necessário esse pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, porque realmente pelos argumentos já aqui aduzidos por mim, estamos convencidos que não há matéria justificativa para que isto não baixe a uma Comissão e se analise conveniente e ponderadamente.

O resto, como já disse, nós estamos de acordo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas um pequeno esclarecimento suscitado pela intervenção do Sr. Deputado Jorge Nascimento Cabral.

Em primeiro lugar, quanto ao período eleitoral, não está em causa um caso desta natureza, porque isto só faz sentido se a proposta de resolução conseguir o máximo de consenso desta Assembleia, porque é apenas uma proposta de resolução e não passa disso. O vigor que lhe possam dar depende sempre muito mais do receptor,

neste caso do Governo Regional e das diligências que entenda por bem tomar, do que propriamente da carga política, é apenas pedir um novo concurso público nacional.

A segunda nota que queria deixar aqui, é que toda a legislação nacional, que existe até a esta altura, é bem clara. O despacho normativo que põe a concurso e que aprova o regulamento do concurso público diz: "Primeira condição de referência - os candidatos têm que possuir sede na área geográfica ou onde pretendam exercer a actividade radiodifusão." e o próprio Decreto-Lei 338/88, que vem regular a Lei 87/88, também diz: "Primeira condição de referência - ter sede no local."

À partida não há nenhum problema em a comissão não ser de âmbito local, todas as frequências têm que ser aprovadas pelo Instituto das Comunicações de Portugal de âmbito nacional. Não vamos agora discutir a essência, vamos discutir a urgência. Mas também não é levantando de uma maneira positiva "alguns fantasmas" de que os "holdings" da comunicação social vêm por aí abaixo e vão boicotar esta iniciativa. Não é isto que está aqui em causa.

Eu só queria deixar aqui esta última nota, porque em primeiro lugar serão aceites as empresas, as cooperativas que tenham sede nos concelhos. As frequências estão atribuídas, através do despacho normativo 86/88 e cada concelho do país sabe o que é que está atribuído à Região Autónoma dos Açores. Portanto não tenhamos esse problema de o querer estudar, embora eu o respeito.

Se estamos de acordo, como já foi dito, de que a iniciativa é válida, de que concordam com a iniciativa, não estou a ver neste caso concreto, que ouvindo esta ou aquela associação de rádios locais, poderemos melhorar a nossa iniciativa, porque os que não querem não vão ocupar o espaço radiofónico que hoje não está ocupado, que ninguém concorreu, porque não é um espaço radiofónico, normalmente, que dê fins lucrativos. Nos meios rurais, nós sabemos que, ou há boa vontade - passo também aqui a expressão popular - ou há "carolice", ninguém quer.

Estamos aqui, eu não quis usar a expressão que o Sr. Deputado Jorge Cabral usou, "legalizando situações", isso fica dentro do fórum de cada um, das situações que conhece ou que não conhece, não é isso que nos preocupa, mas sim as boas vontades que ainda hoje existem.

Era só para dar algum apoio às boas vontades que existem e algumas que estão ainda em embrião e têm vontade de existir, isto só no âmbito da cobertura do espaço de radiodifusão concelhio, não mantendo a outros espaços.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quem esteve na Ilha do Pico, nos trabalhos da Comissão de Juventude, e ouviu lá os homens ligados a uma cooperativa, se a memória não me falha, que gostariam de fazer rádio, tem que dar razão ao Sr. Deputado Rui Pedro Ávila. Percebemo-nos do entusiasmo, do interesse, do desejo por parte de um grupo de pessoas que ouvimos, em fazer rádio e até nos apercebemos que deve haver da parte deles um treino bastante grande no sentido de falar, porque a apetência em fazer rádio era sensível. Não estou a dizer que fizessem ou que faziam rádio. Estou convencido de que não faziam. Agora nada impede que qualquer cidadão ponha um microfone na sua frente e um gravador e que fale no sentido de se aperfeiçoar na sua dicção e no desejo de fazer rádio.

Nós compreendemos o desejo dessas pessoas, compreendemos e até conhecemos. O Sr. Deputado fala no caso de Santa Cruz das Flores, fala por exemplo no Corvo e nas Lajes das Flores em que também há pessoas com essas apetências e são atitudes que nós, responsáveis políticos, temos que alimentar, ajudar, contribuir e acho que é muito importante que aquelas pessoas nos locais que foram referidos, sem motivos financeiros, estão a procurar fazer algo de que gostam e a procurar contribuir para um serviço que no fundo, é um serviço que muitas vezes, deveria ser público. O caso das Lajes do Pico é um serviço que deveria ser público e este não o faz quando há pessoas desejosas de o fazer.

Perante esta questão, nós vamos votar favoravelmente este pedido de urgência, embora também ressalvando que o facto dele ser aqui aprovado talvez não tivesse aquelas consequências que o Sr. Deputado e todos nós desejaríamos.

Por outro lado, apesar de votarmos favoravelmente o pedido de urgência, não vemos que nos tempos imediatos não possamos aprofundar esta resolução e não possamos tê-la aqui em plenário.

Já posso anunciar, se ela voltar aqui quer neste momento, quer em futuro plenário para aprovação, ela vai merecer a aprovação do Partido Comunista Português, porque pensamos que o Governo da República já devia ter aberto, há muito tempo, os concursos destes pequenos concelhos que não foram atribuídas frequências e que estão desertos, há muito tempo. Nesta Casa ouve quem disse que essa situação ia ser resolvida mas, infelizmente, o Governo da República não a cumpriu.

**Presidente:** O Sr. Deputado Jorge Cabral pede a palavra com que finalidade?

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Para uma segunda e última intervenção, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito rapidamente para dizer que a argumentação do Sr. Deputado Rui Pedro Ávila não foi de modo a demover o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, estou em crer, de alterar a sua posição inicial, ou seja, fazer baixar à comissão esta Proposta de Resolução. Também as referências que o Sr. Deputado Paulo Valadão fez, sobre esta matéria, nomeadamente, no aproveitamento do entusiasmo de gente que quer fazer rádio, o meio rádio é muito responsável e não é só o entusiasmo que deve estar na base do acesso de pessoas ao microfone, porque há uma responsabilidade de quem comunica com as pessoas, de quem comunica com o público e o entusiasmo muitas vezes, como o Sr. sabe, esteve na base da constituição e do acesso a algumas rádios locais, pelo menos 13 rádios locais nos Açores e sabe perfeitamente, o triste espectáculo que algumas dão sobre essa matéria. Portanto, o entusiasmo não basta.

Nós reafirmamos a nossa posição e é importante que uma Comissão Parlamentar aborde e aprofunde esta problemática, porque só assim, Srs. Deputados Rui Ávila e Paulo Valadão, é que estaremos a fazer um acto consciente num meio tão importante que é o meio rádio.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Queria pedir um rápido esclarecimento ao Sr. Deputado Jorge Nascimento Cabral.

Não será apenas com o seu entusiasmo ou com o entusiasmo que estão ligadas a elas que ainda hoje vivem muitas das rádios locais que existem, nesta Região, inclusivamente, na cidade de Ponta Delgada?

**Presidente:** Para prestar esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Valadão tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados:

Eu respondo que sim. É verdade. Eu próprio fui e tenho sido desde a minha juventude, um entusiasta do meio rádio, mas também tenho que reconhecer e o Sr. Deputado também, que muitas das rádios locais, após o entusiasmo inicial de muitos dos seus carolas, dos fundadores e dos aderentes, hoje em dia, essas pessoas foram substituídas por outras que não garantem o mínimo de qualidade radiofónica.

O Sr. Deputado não vai querer dizer-me que a qualidade de todas as rádios locais está garantida apenas pelo entusiasmo. Há estações de rádio a funcionar em condições e com emissões que são uma autêntica vergonha, Sr. Deputado.

Muito obrigado.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão para esta Proposta de Resolução, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de sentar.

**Secretário:** O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi rejeitado com 26 votos contra do PSD, 14 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente.

**Presidente:** Passamos ao ponto 8 da nossa ordem e trabalhos, que se refere a um **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão para uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que visa a "Alteração do artigo 4.º do Decreto Regional n.º 2/80/A, de 7 de Fevereiro - Medidas de Protecção para a Paisagem das Sete Cidades."**

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Irei ser curto e conciso, porque estamos a discutir a urgência e dispensa de exame em comissão.

O Governo Regional apresentou a Proposta de Decreto Legislativo Regional agora em discussão, porque necessita de alterar a legislação em vigor, ou seja, o Decreto Regional n.º 2/80/A - Medidas de Protecção para a Paisagem das Sete Cidades - para permitir que se inicie neste Outono, a recolha mecânica de vegetação aquática.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não era minha intenção levantar questões sobre este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, da proposta do Governo. E não as vou levantar, relativamente, à questão material, ou seja, ao conteúdo do diploma. Também não vou levantar acerca da fundamentação, porque de resto eu próprio tive uma conversa com o Sr. Presidente acerca dessa matéria e dispensar-se-ia a fundamentação do pedido de urgência.

Agora, eu creio que é lícito levantar aqui outro problema. O que temos na nossa frente Srs. Deputados, é uma coisa que diz depois de três considerandos, o seguinte: "Assim, solicita-se que o Governo, atento ao disposto na alínea... apresente à Assembleia Regional o seguinte...". Quer dizer, temos uma coisa de um Sr. Secretário a propor ao Governo que faça outra coisa. E depois temos um despacho manuscrito do Sr. Presidente do Governo a dizer "Submeta-se à Assembleia com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão".

Eu não quero ser formalista, mas quero ser respeitador do mínimo de regras. O que está aqui, penso que está errado nos termos do artigo 160.º do nosso Regimento, que manda apresentar um requerimento de qualquer deputado, ou do Governo Regional para ser declarada a urgência. Isto nem requerimento teve, Srs. Deputados! O que temos é um pedido de um Secretário Regional ao Governo para apresentar um despacho manuscrito.

Sem querer ser formalista, entendo que esta Assembleia Regional merece o mínimo de cuidado. De resto, nesta era de computadores, não custa nada meter isto no computador, dar aqui um jeitinho e isto sai como deve ser.

Eu penso que esta forma de apresentação está errada e é isso que não quero deixar passar aqui.

**Presidente:** No seguimento desta intervenção do Sr. Deputado Fernando Menezes, não me vou desculpar, nem vou tentar desculpar situações que são patentes e reais.

De qualquer forma, há aqui uma situação que resulta um pouco da urgência da aprovação deste diploma, pelo facto de se pretender, conforme foi explicado, dar uso a uma máquina que chega um destes dias. Portanto, tal como é habitual dizer-se na fundamentação destes pedidos, a eficácia deste diploma depende da sua apreciação nesta Sessão.

Também, como o Sr. Deputado poderá observar, a forma manuscrita, está pelo próprio proponente deste diploma ao Governo, anotando que foi aprovado em Conselho, na Horta, em 6/9/85, na segunda página.

O Sr. Presidente do Governo, como é seu hábito e no maior respeito por esta Assembleia, submete à Assembleia Legislativa, com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão. Admito que nem todas as formulações e as pequenas nuances regimentais estejam observadas, mas o que não posso de maneira nenhuma deixar de observar, é que há aqui de alguma forma o respeito habitual pela Assembleia.

Sem prejuízo de se tentar encontrar solução para que estas coisas cheguem à Assembleia mais bem formalizadas, queria dar esta explicação, fazer estas observações e daria a palavra de imediato ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão(PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É relativamente a esta matéria que me inscrevi para pronunciar.

Em meu entender, o nosso Regimento é claro e na interpretação do Regimento penso que não pode haver burocracias.

O Regimento diz:

" 1- A requerimento de qualquer deputado ou a solicitação do Governo Regional, pode a Assembleia declarar a urgência de qualquer projecto ou proposta de decreto legislativo regional.

2 - O pedido de urgência deve ser fundamentado."

Eu admitia que isto chegasse assim desta maneira dada a urgência, se ali, naquela bancada, estivesse o Sr. Presidente do Governo Regional, o Sr. Secretário Regional, o

Subsecretário Regional qualquer que fosse, a vir aqui fundamentar a urgência, que só por eles deve ser fundamentada. De acordo com o Regimento, não é ao Sr. Deputado Rui Melo que cabe fundamentar a urgência.

Eu respeito muito o Sr. Deputado Rui Melo, como deputado desta Casa, como respeito todos os outros e procuro fazê-lo aqui pela minha actuação. Mas penso que cada um de nós deve assumir a sua própria responsabilidade e, para mim, a grande falha deste processo é a ausência do Governo Regional. Essa é a grande falha, porque o respeito que merece esta Casa, merecia que nós fôssemos informados dos motivos, dos fundamentos desta urgência. Podíamos até dispensá-los, se estivesse ali algum dos Srs. responsáveis pelo Governo Regional, eu próprio me dispensaria disto. Agora, neste momento, perante esta situação, eu penso que tenho que lavrar aqui um profundo protesto, um veemente protesto, porque isto que está aqui, no entender do Partido Comunista Português, é um desrespeito pelo principal órgão da autonomia regional.

Estou convencido, que qualquer um dos funcionários do Governo Regional, se escreverem numa folha de papel ao Secretário Regional pedindo-lhe para transferir uma verba desta ou daquela rubrica do orçamento, ou para abrir um concurso para isto ou para aquilo, se o escrevessem numa simples folha desta maneira, eles não aceitariam. No entanto esta Assembleia aceita isto.

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Valadão, no meu ponto de vista, eu já dei as explicações da responsabilidade que me cabe, na aceitação formal deste documento. Não tenho nada a acrescentar ao que já disse. Aceito a parte que me cabe pelo facto de ter admitido e aceite o documento.

Continua aberta a discussão a este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Cada vez mais curto e mais conciso.

Depois do Conselho do Governo, após a proposta ter dado entrada na Assembleia, o Sr. Secretário esteve sempre disponível. Ainda hoje esteve aqui todo o dia e se repararam foi dos que esteve mais tempo nesta Sala, a aguardar que chegasse ao

ponto da discussão deste diploma. Contudo, devido a um compromisso inadiável que tem amanhã, teve que seguir no avião ao fim da tarde. Esta é a verdade.

Porém, admite-se que alguém poderia estar cá a discutir isto em nome do Governo. Mas nós chegámos à conclusão que esta proposta é tão simples. Penso que todos nós estamos de acordo a não ser que os partidos da oposição queiram agora criar entraves em se aplicar as medidas curativas a favor ou contra a utilização, mas penso que não. Julgo que todos queremos salvar as nossas lagoas.

Como tal, se houve aqui uns erros formais, e admito que os há na apresentação do documento, quero lembrar-vos que a alínea j) do artigo 56 do Estatuto Político Administrativo, diz claramente que "é competência do Governo apresentar à Assembleia propostas de decreto legislativo regional e antepostas de lei.". Bastava só pôr "nos termos do artigo", mas não o fizeram e puseram outro aditamento.

Nós estamos todos de acordo, já assumimos que há aqui um lapso e vamos ter muito prazer em dar uma ajuda e rectificar este lapso que todos nós constatámos.

Sobre as outras matérias, penso que aquando da discussão do diploma, podemos trocar mais algumas impressões, sobre o conteúdo do mesmo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós consideramos que as razões aduzidas pelo Sr. Deputado Rui Melo não vieram modificar, absolutamente, nada naquilo que, efectivamente, se passa.

Estou convencido que se, durante o dia de hoje, o Sr. Presidente tivesse ouvido os líderes parlamentares para que esta diligência tivesse transitado do último ponto da ordem de trabalhos para segundo ponto, poderíamos ter em tempo útil, no fim da manhã ou até mesmo no início da tarde, analisado este documento. Penso que não colhe as razões para estas coisas.

Eu não sou pessoa para graças, mas em relação a esta matéria, vou ter que fazer graça. Se eu tivesse aqui peso político para atrasar isto, eu atrasaria, mas não era por qualquer acção contra a limpeza das nossas lagoas, mas sim para que o Governo Regional fosse limpar a Lagoa da Lomba nas Flores e depois então fosse limpar as de São Miguel.

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos votar este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Conforme tínhamos combinado, passaremos à apreciação deste diploma. Está aberta a discussão na generalidade sobre esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós pensamos que o que aqui está, vai contribuir para a recuperação duma das lagoas da Região Autónoma dos Açores, em função de equipamentos altamente caros que, de acordo com a comunicação social, foram adquiridos pelo Governo Regional.

No entanto, nunca iria deixar passar esta oportunidade sem lembrar que o problema não se põe apenas em relação a uma lagoa ou em relação a uma das nossas ilhas. Esta é uma situação que tem que ser olhada para o todo regional e, fundamentalmente, em ilhas, como é o caso, que aliás já referi, da ilha das Flores, onde existe uma lagoa com eutrofização e existem problemas graves. É necessário que as situações de recuperação das nossas lagoas sejam uma realidade em toda a região.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou dar mais algumas informações que tive o cuidado de colher junto do Sr. Secretário e que me parecem ser úteis para nos apercebermos da realidade e da importância desta iniciativa legislativa.

Encontra-se em viagem dos Estados Unidos para Ponta Delgada - chegará brevemente no navio "Paulina Maria" - a ceifeira mecânica.

Todos nós sabemos que essa ceifeira irá proceder à colheita de algas. A recolha mecânica dessa vegetação aquática é uma terapia curativa e não a solução definitiva.

O Governo e o Grupo Parlamentar do PSD continuam a apostar em não encontrar soluções definitivas para combater a eutrofização das lagoas. A solução definitiva também neste momento está a ser implementada, pois o processo do ordenamento

hidrográfico e a reconversão da utilização dos solos, neste momento, está acordado com técnicos da Universidade dos Açores que irão proceder ao projecto de ordenamento das Lagoas das Sete Cidades e das Furnas.

**Presidente:** Não havendo mais inscrições vamos votar na generalidade esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade na generalidade.

**Presidente:** Uma vez que estamos a utilizar um processo de urgência só há discussão sobre os artigos que recaírem na proposta de alteração. Como não há qualquer pedido de proposta de alteração passamos ao n.º 2 do artigo 4.º.

Os Srs. Deputados que concordam com este n.º 2 do artigo 4.º, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O n.º 2 do artigo 4.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora à votação do artigo único.

Os Srs. Deputados que concordam com este artigo único, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo único foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este Decreto Legislativo Regional, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade na globalidade.

**Presidente:** Agradecia ao Sr. Presidente da Comissão de Economia Finanças e Plano o favor de proceder à redacção final deste diploma.

Srs. Deputados chegámos ao fim da nossa ordem de trabalhos, resta-me em nome da Mesa fazer a seguinte Proposta de Resolução "A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Setembro".

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Srs. Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos e estamos no final da nossa hora regimental por isso dou-os por encerrados.

Muito obrigado.

Boa noite.

*(Eram 20.00 horas)*

*(Deputados que entraram durante a Sessão: **PSD** - Carlos Morais, José Gonçalo Botelho; **PS** - Duarte Pires, Fernando Menezes, Mário Machado, Rogério Serpa)*

*(Deputados que faltaram à Sessão: **PSD** - Victor Evaristo; **PS** - Carlos César).*

—

**A Redactora de 2.<sup>a</sup> Classe:** *Maria da Conceição Fraga Branco*